

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MICHELLE MARIA LOUZEIRO NAZAR SAFADY

**AS ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DO RECONHECIMENTO EM
ASSOCIAÇÕES DE CATADORES EM SÃO LUÍS: AS DIMENSÕES INDIVIDUAIS E
COLETIVAS**

São Luís

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MICHELLE MARIA LOUZEIRO NAZAR SAFADY

**AS ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DO RECONHECIMENTO EM
ASSOCIAÇÕES DE CATADORES EM SÃO LUÍS: AS DIMENSÕES INDIVIDUAIS E
COLETIVAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais da Universidade Federal do
Maranhão, como requisito para obtenção do
título de Doutora em Sociologia.

São Luís
2021

SAFADY, Michelle Maria Louzeiro Nazar. **AS ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DO RECONHECIMENTO EM ASSOCIAÇÕES DE CATADORES EM SÃO LUÍS: AS DIMENSÕES INDIVIDUAIS E COLETIVAS.** São Luís, Ma: Universidade Federal do Maranhão/PPGCSoc, 2021.

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para o exame de qualificação do texto de tese de doutorado.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Sampaio Carneiro - Universidade Federal do Maranhão
Orientador

Prof. Dr. Tadeu Gomes Teixeira - Universidade Federal do Maranhão
Examinador Externo

Profª. Dra. Flávia de Almeida Moura - Universidade Federal do Maranhão
Examinadora Externa

Prof. Dr. Juarez Lopes de Carvalho Filho - Universidade Federal do Maranhão
Examinador Interno - PPGCSOC

Prof. Dr. José Benevides Queiroz - Universidade Federal do Maranhão
Examinador Interno - PPGCSOC

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese de doutorado para minha mãe, Conceição Louzeiro (*in memoriam*), que esteve ao meu lado à época da realização do mestrado, mas não poderá estar fisicamente comigo agora, na realização de um dos maiores sonhos dela, a conclusão deste caminho. Permanecem os conselhos, as lembranças, o amor e a certeza de que pessoas como ela, impedidas de ter acesso amplo à educação e vítimas do trabalho infantil e das mazelas da vida, deveriam ter muito mais reconhecimento por todo caminho que trilharam para sobreviver.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Conceição Louzeiro e Michel Nazar (*in memoriam*), pelo incentivo constante para o caminho da educação como meio de transformação social e, principalmente, pela dedicação de ambos para a formação do meu caráter.

À família que construí com meu companheiro, amor e amigo Júlio Henrique que tanto me incentivou para dar continuidade ao doutorado quando tantas vezes pensei em desistir devido a tantos percalços. Família que formamos e deu origem ao meu maior estímulo para continuar vivendo: nosso filho Nicholas Miguel.

À Fundação de Amparo à Pesquisa no Maranhão – FAPEMA – pelo incentivo e pela oportunidade que me ofereceu e oferece a tantos alunos sem condições financeiras para realizar um doutorado, fazendo valer a teoria de que a pesquisa e a formação acadêmica são os principais meios de gerarmos indivíduos com meios para empreenderem melhorias sociais.

Ao meu orientador, o Professor Dr. Marcelo Carneiro, sempre atento às minhas questões, pertinentes ou não à pesquisa.

À banca, pelos conselhos e orientações fundamentais para a elaboração e correção deste estudo.

Aos meus sogros, Francisco e Antônia, por estarem ao meu lado em momentos tão tristes pelos quais passei nos últimos anos, dando suporte ao meu filho e a nós.

Aos amigos que se mantiveram ao meu lado mesmo na imensa distância física que nos separa: Cíntia Paraíso, Gabriela Interlenghi, Alexandre Fraga, Marcelle Carvalho e Tatiana Lopes.

Ao meu cunhado, e hoje bom amigo, Francisco Veras Júnior, sempre presente como conselheiro, no campo pessoal, e incentivador, no campo profissional.

Aos catadores de materiais recicláveis, da ASCAMAR e da COOPRESL, não somente pela disponibilidade para as entrevistas que nortearam este trabalho, mas pela atividade que desempenham como protagonistas de uma luta pelo reconhecimento que travam diariamente.

Às minhas queridas amigas caninas, companheiras fiéis em momentos de tristeza, Nina e Paloma (*in memoriam*), Layla e Lua Minguante.

SAFADY, Michelle Maria Louzeiro Nazar. **AS ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DO RECONHECIMENTO EM ASSOCIAÇÕES DE CATADORES EM SÃO LUÍS: AS DIMENSÕES INDIVIDUAIS E COLETIVAS.** São Luís, Ma: Universidade Federal do Maranhão/PPGCSoc, 2021.

RESUMO

As abordagens sociológicas que analisam a atividade dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis muitas vezes se concentram nos aspectos econômicos e ambientais que permeiam a situação desse grupo social. Porém, percebemos que esses agentes passam fortemente pelo processo de estigmatização social, por vezes permeado por um conjunto de constrangimentos e classificações generalizantes, tanto no que concerne à atividade que desempenham quanto no que tange ao processo de invisibilidade pelo qual passam individualmente durante suas trajetórias. Contudo, esse processo de estigmatização e invisibilização não é inexorável, pois, como mostram estudos acerca da mobilização de grupos sociais subalternos baseados na teoria da luta pelo reconhecimento (Axel Honneth), é possível superar essa situação a partir do desenvolvimento de uma gramática e de ações que consigam reverter a situação de humilhação vivenciada. Nessa tese, elaborada a partir do estudo da atuação de catadores de materiais recicláveis em duas organizações localizadas no municípios de São Luís (ASCAMAR e COOPRESL), identifiquei o desenvolvimento de uma luta pelo reconhecimento de caráter bidimensional, ou seja, um processo de afirmação positiva desses(as) catadores (as) que ocorre tanto no plano individual quanto no plano coletivo, ou seja, na trajetória individual de cada um (a) deles(as) e no processo de construção das respectivas organizações. Nesse sentido, a partir de uma investigação de natureza qualitativa, baseada na realização de entrevistas e num processo de observação participante, busquei observar quais os mecanismos de luta por justiça social e de busca por autorrespeito que foram acionados pelos(as) catadores(as) de materiais recicláveis na ASCAMAR e da COOPRESL. Os resultados obtidos pela pesquisa apontam para um processo de construção do reconhecimento contínuo através da conquista de diversos aportes para a realização de suas atividades, advindos de várias parcerias com entidades privadas e órgãos públicos, assim como verificamos a criação de uma gramática própria que se alinha com o crescente reconhecimento público da atividade, sobretudo no que tange às ações coletivas empreendidas por esses grupos. Desta forma, a luta de caráter bidimensional dos catadores (as) nas organizações analisadas vem conseguindo subverter através da ação coletiva as experiências de constrangimentos (recorrentes na atividade isolada dos catadores), bem como tem fornecido as bases para o aumento da visibilidade daqueles(as) que compõem tais ações.

Palavras-chave: luta pelo reconhecimento; ação coletiva; movimento de catadores; economia solidária; reciclagem.

SAFADY, Michelle Maria Louzeiro Nazar. **STRATEGIES FOR BUILDING RECOGNITION IN ASSOCIATIONS OF WASTE PICKERS IN SÃO LUÍS: THE INDIVIDUAL AND COLLECTIVE DIMENSIONS.** São Luís, Ma: Universidade Federal do Maranhão/PPGC Soc, 2021.

ABSTRACT

Sociological approaches that analyze the activity of recyclable material collectors often focus on the economic and environmental aspects that permeate the situation of this social group. However, we realize that these agents go through the process of social stigmatization, sometimes permeated by a set of generalizing constraints and classifications, both with regard to the activity they perform and with regard to the process of invisibility that they go through individually during their trajectories. However, this process of stigmatization and invisibility is not inexorable, because, as shown by studies on the mobilization of subaltern social groups based on the theory of struggle for recognition (Axel Honneth), it is possible to overcome this situation by developing a grammar and actions that manage to reverse the situation of humiliation experienced. In this thesis, elaborated from the study of the work of recyclable material collectors in two organizations located in the municipalities of São Luís (ASCAMAR and COOPRESL), I identify the development of a struggle for recognition of a two-dimensional character, that is, a process of positive affirmation of these collectors, which occurs both on an individual and collective level, that is, in the individual trajectory of each of them and in the process of building their respective organizations. In this sense, based on a qualitative investigation, based on interviews and a process of participant observation, I sought to observe which mechanisms of struggle for social justice and the search for self-respect were triggered by collectors. of recyclable materials at ASCAMAR and COOPRESL. The results obtained by the research point to a process of construction of continuous recognition through the achievement of various contributions to carry out its activities, arising from various partnerships with private entities and public bodies, as well as the creation of its own grammar that aligns itself with the growing public recognition of the activity, especially with regard to the collective actions undertaken by these groups. In this way, the two-dimensional struggle of collectors in the analyzed organizations has managed to subvert, through collective action, the experiences of constraints (recurring in the isolated activity of collectors), as well as providing the basis for increasing their visibility.) that make up such actions.

Key Words: struggle for recognition; collective action; movement of scavengers; solidarity economy; recycling.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01	Distribuição regional da coleta seletiva no Brasil de 1994 a 2010.	44
Figura 01	Fluxograma ideal do processo de reciclagem.	45
Figura 02	Quantidade de cooperativas e de ações empreendidas no Brasil.	46
Figura 03	Processo de logística reversa.	60
Figura 04	Algumas diferenças entre as economias linear e circular.	61
Figura 05	Processo de economia circular.	61
Figura 06	Economia circular e destinação final.	62
Figura 07	Renda das entidades de catadores.	124
Gráfico 02	Distribuição dos EES por região e por área de atuação.	66
Gráfico 03	Composição dos EES por gênero.	67
Gráfico 04	Taxa de informalidade do primeiro trimestre de 2020.	167
Gráfico 05	Taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2020.	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Pessoas entrevistadas na ASCAMAR e na COOPRESL	26
Quadro 02	Entidades cadastradas junto ao CEMPRE em São Luís.	48
Quadro 03	Diferenças entre Associação e Cooperativa.	52
Quadro 04	Siglas das categorias dos estudos.	71
Quadro 05	Estrutura das Relações Sociais de Reconhecimento.	87
Quadro 06	Perspectivas de atuação na vida dos catadores.	108
Quadro 07	Síntese da situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável no Brasil.	116
Quadro 08	Perfil dos associados da ASCAMAR.	126
Quadro 09	Perfil dos cooperados da COOPRESL.	127
Quadro 10	Tipos e valores de materiais comercializados pela ASCAMAR e pela COOPRESL.	133
Quadro 11	Motivações apresentadas para participação em ações coletivas de catadores.	171

LISTA DE TABELAS

- | | | |
|----------|---|-----|
| Tabela 1 | Distribuição, absoluta e relativa das Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos e do pessoal ocupado assalariado, segundo faixas de pessoal ocupado assalariado – Brasil – 2010. | 42 |
| Tabela 2 | Principais motivações para a constituição dos EES. | 66 |
| Tabela 3 | Rendimento médio da população ocupada no Maranhão no comparativo com outros estados | 129 |

LISTA DE SIGLAS

ASCAMAR – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis.

ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte.

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações.

CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem.

CATAUNIDOS – Catadores Unidos

CNDDH – Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos da População em Situações de Rua e Catadores de Material Reciclável.

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.

COOPRESL – Cooperativa de Reciclagem de São Luís.

COOP – Central de Reciclagem do Maranhão.

COOPAMARE – Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais reaproveitáveis.

COVID – Corona Virus Disease.

CPF – Cadastro de Pessoa Física.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócios Econômicos.

EES – Empreendimentos de Economia Solidaria.

EPI – Equipamento de Proteção Individual.

FASFIL – Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos.

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDG – Índice de Desenvolvimento de Gênero.

IDH – Índice de desenvolvimento Humano.

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada.

MNCR – Movimento Nacional dos catadores de Materiais Recicláveis.

OAF – Organização de Auxílio Fraternal.

OMT – Observatório Maranhense do Trabalho.

OMS – Organização Mundial de Saúde.

ONESC – Observatório da Economia Solidaria e Cooperativismo.

ONG – Organizações Não Governamentais.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PIB – Produto Interno Bruto.

PINADE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

PNDH – Programa Nacional dos Direitos Humanos.

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

PNUDE – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PRONAMPE – Programa Nacional de Apoio as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

SETRES – Secretaria de Estado de Trabalho e Economia Solidária.

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão.

UFMA – Universidade Federal do Maranhão.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.

UNB – Universidade de Brasília.

USP – Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ACADÊMICO SOBRE OS CATADORES	31
1.1 A configuração histórica à época da origem da atividade dos catadores	31
1.1.1 Aspectos históricos relativos à gestão da limpeza urbana	31
1.1.2 O surgimento da atividade do catador no Brasil: Aspectos históricos da questão	36
1.2 Da atividade isolada ao início do processo de fortalecimento em grupo: nova configuração na atividade laboral dos catadores	41
1.3 Meio ambiente, sustentabilidade e economia circular: as relações com os catadores	53
1.4 A relação entre os catadores e a economia solidária	62
1.5 As discussões e produções acadêmicas acerca dos catadores de materiais recicláveis	69
CAPÍTULO 2: O ARCABOUÇO TEÓRICO DA LUTA PELO RECONHECIMENTO	80
2.1 O campo de análise da chamada Teoria Crítica no que se refere ao reconhecimento	80
2.2 A perspectiva de Axel Honneth sobre reconhecimento e a gramática moral do conflito	84
2.3 Desrespeito e degradação dos sujeitos: aspectos preponderantes para uma análise bidimensional dos catadores de materiais recicláveis	89
2.4 A operacionalização da Teoria Crítica nas análises sobre a ação coletiva	92
2.5 A localização da luta pelo reconhecimento na discussão acadêmica sobre a ação coletiva	97
CAPÍTULO 3: O MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES (MNCR)	102

COMO PONTO DE ARTICULAÇÃO E ATUAÇÃO DOS CATADORES BRASILEIROS

- 3.1 As origens históricas do Movimento Nacional de Catadores 102
- 3.2 Resignificação da atividade laboral dos catadores e a questão da 105
governança ambiental
- 3.3 A agenda do MNCR sob as lentes de suas publicações 109
- 3.4 Um breve panorama socioeconômico dos catadores no Brasil 112

CAPÍTULO 4: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO RECONHECIMENTO 119 NA ASCAMAR E NA COPRESL

- 4.1 Origens históricas do surgimento da ASCAMAR e da COOPRESL 119
- 4.2 O perfil socioeconômico sobre os membros das duas entidades 125
- 4.3 A organização de produção nos dois empreendimentos de reciclagem 129
- 4.4 A questão da visibilidade e o estigma 134
- 4.5 Principais constrangimentos compartilhados pelos catadores 140
- 4.6 O reconhecimento enquanto membros de ações coletivas e o 148
reconhecimento enquanto sujeitos detentores de respeito e dignidade
- 4.7 Os efeitos da pandemia do COVID-19 sobre as atividades dos catadores de 161
materiais recicláveis

CONCLUSÃO 170

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 174

APÊNDICES 183

ANEXOS 186

INTRODUÇÃO

Discorrer sobre os catadores de resíduos na atualidade muitas vezes nos faz ir ao encontro de uma questão polêmica e tratada com opiniões acaloradas, pois as mesmas perpassam pelo maniqueísmo puro e simples. Nota-se uma visão, por parte do senso comum, por vezes romantizada acerca dessa atividade, como se os que dela vivessem necessitassem de porta-vozes de uma causa que é percebida por quem está de fora com o viés do chamado vitimismo social; ou como sujeitos que praticaram algum delito e não quiseram adquirir nenhuma forma de conhecimento devendo eles estarem mesmo onde estão.

Mensurar essas constatações não é, ao nosso modo de ver, papel do sociólogo, mas sim arguir sobre, por exemplo, o panorama socioeconômico que propiciaria o aumento significativo de indivíduos imersos nessa realidade e as consequências da entrada dos mesmos nessa atividade.

O Ofício do Sociólogo (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2007), busca nortear os pesquisadores das Ciências Sociais a deixarem de lado a obrigação de uma neutralidade total em suas pesquisas, visto que ela seria um entrave na construção do objeto de investigação do pesquisador.

Não devemos, segundo os autores, buscar o elixir da neutralidade ou da originalidade, muito menos desempenharmos alguma espécie de “missão social” nem em relação às temáticas escolhidas nem em relação aos que acerca delas são pesquisados; mas, sim, desempenharmos nosso trabalho como realmente um verdadeiro ofício que não pode pretender resultados sem um caminho de pesquisa.

A análise sociológica que pretendemos ensejar com a elaboração desta tese não vem puramente com a premissa de apontar falhas na estrutura capitalista ou de criticar ações de certas elites no Brasil. Também não buscamos sublinhar que esta ou aquela alternativa ao modo de produção vigente e dominante é a mais correta ou que este ou aquele grupo mereceria mais ou menos aportes.

Nossa intenção diz respeito ao desejo de apreendermos quais soluções têm sido possíveis para que agentes mais à margem do sistema econômico, no caso os catadores de materiais recicláveis, lancem mão como estratégias – individuais e como resultado de ações coletivas - dos mais variados meios possíveis e que serão discutidas ao longo deste estudo sociológico.

E, ainda mais, buscamos perceber que mecanismos de luta por reconhecimento seriam engendrados pelos catadores como formas de se estabelecerem não somente no meio produtivo, mas sobretudo como seres humanos dignos de respeito e de visibilidade e com histórias tão relevantes quanto as de qualquer outro ser humano. Sendo assim, entender como essa busca por dignidade e reconhecimento social vem sendo desenvolvida pelos catadores em dias mais recentes é o que discutiremos por todo este estudo.

Escolhemos trazer à tona um estudo acerca dos catadores de materiais recicláveis devido a uma experiência pessoal e profissional que tivemos com eles por quase três anos. Trabalhei numa ONG de caráter ambiental na cidade de São Luís entre os anos de 2007 e 2010. A instituição atuava junto aos catadores a fim de oferecer capacitação profissional a eles, engendrar possíveis parcerias e fornecer meios para que esses sujeitos pudessem ter melhores condições de renda e trabalho. Para a consecução desse objetivo, a ONG escolheu atuar junto a uma associação de catadores na cidade.

Meu cargo era de supervisora administrativa da referida ONG para a qual eu deveria produzir relatórios diários sobre como era o cotidiano da associação, quais eram os anseios dos catadores, quais eram os parceiros em potencial na cidade para existir o incremento de doações de materiais recicláveis para a entidade e de como estava a produção e a comercialização dos materiais na associação, dentre outras funções.

Até então, nunca tinha chegado a ter um contato mais estreito com algum catador na vida, apenas acompanhava a atuação de alguns deles no Centro da capital. Com o cotidiano do meu trabalho junto a eles, o meu olhar sobre a atividade se expandiu e passei a entender um pouco mais acerca dos objetivos dos catadores, a história da associação e o tamanho dos desafios e constrangimentos que todos ali já tinham passado.

Todos aqueles que formavam a associação naquela época já se sentiram extremamente humilhados desde que escolheram essa atividade como forma de trabalho e de sustento próprio e de suas famílias. E essa dimensão da humilhação foi citada por todos como algo presente tanto em suas relações familiares, como nas relações estabelecidas por eles com alguns dos financiadores de seus projetos e com os fornecedores de materiais para a associação.

E um dos dados que mais nos impactou foi o de saber que todos os catadores entrevistados na associação já foram comparados ao próprio lixo tanto por algum membro de suas famílias quanto pelos agentes com os quais desempenhavam alguma relação de trabalho.

E, por consequência, todos os catadores também já chegaram a, ao menos uma vez, se compararem ao lixo, visto que, segundo eles, eram forçados a passar por diversas formas de humilhações.

No caso citado, a degradação contínua e presente na maneira como os catadores eram tratados enquanto desempenhavam tal atividade de forma isolada, antes de criarem a associação, fez com que, segundo eles, se reconhecessem como portadores dos mesmos sofrimentos e os conflitos sociais gerados com diversas pessoas ligadas à sua atividade potencializou o desejo de formação da instituição, apontada por eles como uma possibilidade de reconhecimento não só deles enquanto pessoas dignas de respeito, mas sobretudo acerca da importância da atividade desempenhada por eles.

Uma fala em especial chamou a nossa atenção enquanto pesquisadora – e não como supervisora - e como ser humano. Uma determinada catadora nos afirmou que estar na associação era o único fator que ainda lhe fazia estar viva, pois ali ela se via, segundo ela, na presença dos seus iguais. Ela era a única que residia na associação por ter sido totalmente excluída do convívio com seus familiares, sendo proibida de se referir aos seus dois filhos como mãe dos mesmos, já que era considerada um fracasso para a sua família.

Ela se referia sobre si mesma e sobre sua vida como um lixo e em várias passagens da entrevista nos disse que seu maior sonho era desaparecer de vez porque não tinha mais nenhum objetivo como ser humano. Muito tempo depois soubemos que, infelizmente, ela desapareceu sem deixar vestígios para os demais associados e para a família.

A minha própria experiência enquanto supervisora de projeto de uma ONG que atuava junto à associação de catadores me trouxe profundas intervenções como ser humano. Sempre que participava de reuniões com empresas ditas parceiras da associação de catadores e comprometidas com a chamada responsabilidade socioambiental, não era tratada pelo meu nome, mas sim com expressões jocosas como “a menina do lixo” ou “a defensora dos lixeiros”. Interessante ressaltar aqui que os mesmos empresários que faziam tais comentários nas pequenas reuniões, eram os que mais demandavam por recursos para projetos que tivessem como objetivos os catadores.

Nota-se a ambivalência que os catadores, em determinados momentos, geram enquanto indivíduos que ora são desprezados como seres humanos e totalmente desprestigiados como profissionais; ora são percebidos por alguns segmentos específicos como possíveis fontes de renda e/ou de certificações de selos de responsabilidade ambiental.

A despeito de toda essa problemática que os envolve, é claro que existem inúmeros agentes, das esferas privada e pública, que implementam projetos os quais buscam melhorias para esse grupo específico, mas trouxemos nossa experiência pessoal como forma de ilustrarmos quanto desprezo e desinformação pairam acerca de quem trabalha como catador e até sobre quem pesquisa ou trabalha junto a eles.

Ainda sobre as motivações que me levaram a pesquisar academicamente os catadores de materiais recicláveis, gostaríamos de sublinhar como a realização de uma disciplina no doutorado fez com que considerássemos a teoria referente à luta pelo reconhecimento uma via de análise extremamente válida para nosso estudo sobre esses sujeitos.

Durante a disciplina Tópicos Avançados em Ciências Sociais II, ministrada pelo Professor Dr. Marcelo Sampaio no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCSOC) da Universidade Federal do Maranhão, recebemos muitos conhecimentos acerca da discussão acadêmica sobre a ação coletiva. Até então, meu objetivo era analisar os catadores em relação aos mecanismos de dependência que pudessem existir em relação aos agentes públicos e privados pensados como parceiros de projetos de suas associações e cooperativas.

Porém, no decorrer da disciplina citada, pude perceber que eu mesma estava tirando os catadores de um possível papel de protagonistas das ações coletivas por eles formadas ao dar ênfase apenas às instituições financiadoras e deslocando a análise para uma mera relação desigual de interdependência.

A disciplina do PPGCSOC trouxe à luz o arcabouço teórico tanto no que tange à ação coletiva, como no que se refere a um olhar mais atento em relação às dimensões jurídico morais, para citarmos apenas uma, pertencentes à discussão engendrada por Axel Honneth (2003) sobre a luta pelo reconhecimento de grupos formados a partir da criação de uma gramática moral advinda de experiências compartilhadas.

Podemos dizer, assim, que tanto a experiência prática – quando da minha atuação junto aos catadores como supervisora de uma ONG – quanto a teórica se combinaram de modo decisivo tanto para a escolha do grupo que busquei analisar sociologicamente, como do referencial teórico que subsidiou a presente pesquisa.

OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

De forma recorrente, percebemos que causas sublinhadas como “socialmente relevantes” acabam por ensejar o surgimento de porta-vozes os quais se mostram aptos a debater temáticas como causas em si pelos aspectos morais e tomadas como sendo de uma gramática normativa pertencente a eles. Essas causas poderiam ser debatidas, muito mais, não somente pela sua importância indiscutível para o social, mas, principalmente, pelos aspectos morais e de lutas travadas por indivíduos e pela ação destes em ações coletivas de que eles fazem parte, produzindo toda uma gama de efeitos sociais.

No caso dos catadores de materiais recicláveis, estes são percebidos como pessoas reconhecidamente marginalizadas pela sociedade, porém, notamos que seria como se essa atividade pairasse sobre outras questões, tais como a coleta seletiva, a reciclagem, a sustentabilidade, a economia solidária ou os efeitos da globalização no mundo do trabalho. Estas questões seriam fortemente utilizadas como eixos de análises e apresentando grande produção acadêmica nessas vertentes.

Isso nos chamou atenção, pois a forma como essas discussões deixam de lado aspectos subjacentes ao cotidiano da atividade desempenhada pelos catadores de materiais recicláveis e da própria vivência desses agentes que poderiam ser determinantes para a compreensão de suas experiências e objetivos, bem como seriam capazes de fornecerem subsídios para o embasamento de políticas públicas de maior sucesso para a área citada.

Por exemplo, para que uma empresa X produza artigos Y e estabeleça seu funcionamento, em tese, foi preciso que uma pessoa – ou um certo número de pessoas – tivessem a motivação de sua criação e reunissem um certo número de agentes motivados para o seu funcionamento e que esse conjunto de pessoas estivesse apto a desempenhar funções que gerassem lucro, bem como a continuidade espaço-temporal para tal empresa.

Mas esta lógica empresarial acima citada possui matizes diversificados em entidades, sejam associações ou cooperativas, que têm como ênfase a coleta de materiais recicláveis. Como esta dinâmica de formação, construção e manutenção foi engendrada por estes agentes? De que maneiras se deu o processo de identificação entre os sujeitos a ponto de se reunirem para buscar melhores possibilidades de atuação nesse meio? E as motivações para se associarem, para além das possíveis melhorias na geração de renda dos mesmos, seriam de

ordem positiva ou negativa? Quais emoções estariam subjacentes a essas relações entre os catadores?

A presente pesquisa tem como justificativa a pertinência da análise sociológica que tem como base a ação coletiva e que busca apreender como grupos fortemente estigmatizados lançam mão de estratégias diferenciadas para se associarem. Desta forma, nosso campo de estudo é a ação coletiva que tem como alicerce de análise a luta pelo reconhecimento. Este estudo se insere na linha de pesquisa concernente às relações de produção e ação coletiva imersas nas questões agrária, de trabalho e meio ambiente analisadas pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão.

O objetivo de nossa investigação é a análise sociológica das estratégias de construção do reconhecimento dentro de associações e cooperativas de catadores na cidade de São Luís, tendo como foco de observação específica as dimensões deste reconhecimento a nível individual acerca dos catadores e destes enquanto membros de uma entidade que os representa de forma coletiva numa luta contínua para a aquisição de direitos e de melhores condições de trabalho.

A hipótese que buscamos verificar com o presente estudo é a de que os catadores, devido ao processo sistemático de estigmatização de suas atividades, estabeleceriam uma luta pelo reconhecimento alavancada por certas experiências compartilhadas, ensejando estratégias bidimensionais, que levariam em conta as esferas individual e coletiva, e tornariam tal processo singular.

Parece-nos que os esforços para este reconhecimento pretendido pelos catadores acabam por serem exigidos dos agentes externos às ações coletivas realizadas por eles, mas ainda assim dependentes deles, ainda que apenas em certa maneira. Assim, buscam reconhecimento enquanto ação coletiva para o poder público, para empresas possivelmente parceiras, para o Movimento Nacional de Catadores (MNCR) e, enquanto indivíduos, dignos de respeito e visibilidade para a sociedade e para si mesmos.

Nosso primeiro objetivo específico é situar os catadores no debate acadêmico que os inscreve em uma série de temáticas, como a economia solidária, o meio ambiente e sua relação com o desenvolvimento sustentável, e de que maneira as análises têm se configurado em relação a eles, sobretudo a partir da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), no ano de 2010.

Quanto ao nosso segundo objetivo específico, pretendemos situar de que forma acontece o fortalecimento das conquistas de objetivos dos catadores quando da reunião deles em uma associação ou cooperativa, configurando uma ação coletiva, a partir da criação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

E o nosso terceiro objetivo específico diz respeito ao desejo de verificarmos se de fato a análise sociológica a qual tem como base a chamada luta pelo reconhecimento pode ter operacionalização para estudos que tenham como base as discussões acerca dos catadores de materiais recicláveis.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

Situar a discussão sociológica referente aos catadores significa levarmos em conta aspectos e questões inerentes à própria atividade do catador, tais como a desigualdade social que o limita enquanto ser humano e profissional; a economia solidária que abrange a sua atividade produtiva e lhes fornece mecanismos de inserção na cadeia produtiva concernente à reciclagem e a chamada economia circular; as estratégias de luta por reconhecimento no que tange aos catadores enquanto indivíduos e como formadores de uma ação coletiva, dentre outras temáticas que fazem parte dos estudos voltados a esses grupos.

No que tange à primeira questão, a qual seja a da desigualdade social, trouxemos para este debate algumas discussões abordadas por Jessé de Souza (2009). Neste texto, o autor defende que tanto a naturalização da desigualdade como a formação de “subcidadãos” seria fruto de um processo de modernização que, desde o século XIX, teria fomentado sujeitos precarizados e sem propriedades anteriores, de quaisquer ordens, para possuírem o chamado reconhecimento social.

Para organizar o seu debate, Souza (2009) trouxe o embasamento teórico de Charles Taylor e a discussão ensejada por este no que tange à construção do *self* moderno. E aponta que seriam duas as fontes morais para o pleno funcionamento das sociedades modernas: a dignidade do trabalho produtivo e o expressivismo.

No que concerne ao primeiro aspecto, o reconhecimento só viria a partir do cálculo racional, feito pela sociedade, a respeito do trabalho desempenhado pelo sujeito e da dita importância da atividade realizada para o conjunto social. Já a expressividade teria mais a ver,

segundo a análise do autor, com a busca pela singularidade e pela autenticidade que os indivíduos travam ao longo de suas trajetórias.

Souza (2009) discute fortemente com a noção de meritocracia que, segundo ele, dita e normatiza as relações sociais e não atenta para o fato de que discutir divisões de classes no Brasil é sempre levar em conta apenas o fator econômico. Assim, segundo ele, se deixa de lado a percepção de que as condições de vida, sejam morais, econômicas ou emocionais, não são as mesmas para todos e que estas são herdadas de acordo com as classes ocupadas pelos indivíduos. Desta forma, o autor sublinha que existiriam, sim, pré-condições sociais adquiridas e que podem determinar o sucesso dos indivíduos.

Souza (2009) ainda nos diz que a dita “ralé” não possuiria os atributos incorporados pela classe média, os quais seriam a dignidade do trabalho, a autoconfiança, a sensibilidade e o autocontrole, pressupostos estes que estão incorporados no que se refere à classe média para a qual tudo seria possível, já que esta última agrega o conjunto de pré-condições de existência na sociedade brasileira; já as classes inferiores possuiriam apenas o desalento do abandono dos pais, a falta de acesso à escolaridade e a “impressão” de que nada pode dar certo, percebida na ausência também dos valores morais e emocionais herdados pela classe média brasileira.

No que se refere às contribuições sobre a chamada luta pelo reconhecimento, embasamento teórico primordial para a elaboração desta tese, trouxemos aspectos relevantes acerca da teoria de Honneth (2003), no tocante à gramática moral e os processos de busca por justiça social, por exemplo, assim como de autores que buscaram discutir a efetiva operacionalização de sua teoria.

Honneth (2003) é um autor que busca apreender como as dimensões de estima social e a jurídico moral podem ser notadamente importantes nos estudos sobre os catalisadores de conflitos sociais gerados a partir de relações sociais onde estariam subjacentes o desrespeito e a desvalorização das formas de vida de determinados agentes; o entendimento de como, por exemplo, a privação de direitos pode advir desses constrangimentos e gerar fortes tensões sociais é um dos grandes objetivos de sua obra.

O referido autor nos elucida que a tensão moral é um forte motivador de lutas sociais em prol do reconhecimento por respeito, dignidade e valorização das pessoas as quais têm essas dimensões diminuídas (ou totalmente retiradas) no que se refere tanto ao que são como no tocante à forma como escolheram levar a vida.

De certo que devemos sublinhar que uma dimensão de suma importância – e que buscamos discorrer neste estudo ainda que em linhas gerais – a qual seja a da análise da esfera emotiva dos indivíduos que apesar de ser apontada pelo autor citado como base fundamental nos processos de criação tanto da confiança como dos possíveis desejos de realização de cada pessoa, fora deixada de lado em sua análise. A mesma preconizou as dimensões da chamada esfera da estima social e da esfera jurídico moral dos indivíduos.

Para Honneth (2003), somente as duas esferas acima citadas poderiam ser geradoras de lutas capazes de formar conflitos sociais e, estes últimos, de serem passíveis de se tornarem ações coletivas advindas dos possíveis desrespeitos no tocante a estas duas dimensões. Assim, estas seriam, para ele, fatores os quais possibilitariam o reconhecimento das tensões morais por parte dos indivíduos os quais se reconhecem como privados de alguma maneira no que condiz a essas duas esferas.

Segundo o autor, a esfera emotiva não seria capaz de gerar os efeitos de possíveis ações coletivas em prol do reconhecimento, pois a mesma não conseguiria estruturar ou tornar factível uma determinada tensão moral capaz de embasar uma ação coletiva.

Convém ressaltar que nosso estudo pretendeu investigar se existiam, de fato, e como pensamos, duas dimensões que careceriam de estratégias dos agentes no que concerne à (s) luta (s) por reconhecimento em entidades que têm como enfoque a atividade produtiva de catadores de materiais recicláveis. Não fez parte de nossos objetivos e não nos interessou saber se esses agentes evocaram uma concepção X ou Y de justiça que se sobreponha ao *status quo*, mas sim quais seriam tanto os mecanismos de sobrevivência numa sociedade que, por vezes, os estigmatiza, como as percepções deles mesmos sobre as suas trajetórias de lutas nos âmbitos individual e coletivo.

METODOLOGIA

A concepção metodológica que utilizamos no presente estudo foi a observação participante na associação e na cooperativa. Ainda que tenhamos realizado algumas entrevistas com roteiros semiestruturados com os catadores, sobretudo com as presidentes das entidades citadas, optamos por esse recurso metodológico devido ao fato dele fornecer melhores subsídios para a produção de uma escuta ativa daqueles que busquei analisar os processos de luta pelo reconhecimento.

Sobre a observação participante, o Dicionário de Sociologia, elaborado por JOHNSON (1997, p. 160) nos diz que:

Observação participante é um método de pesquisa no qual o observador realmente toma parte no fenômeno social que estuda. (...)Embora a observação participante esteja mais ligada à pesquisa antropológica em sociedades tribais, ela é usada por sociólogos em uma grande variedade de ambientes, de processos relativos a pequenos grupos e instituições maiores ao estudo de interações entre homens e mulheres. A principal vantagem desse método é que permite que os pesquisadores estudem o comportamento social da maneira como ele realmente ocorre. A principal desvantagem é que na medida em que os pesquisadores se envolvem no que estudam, podem desenvolver interesses, fidelidades e pontos de vista que influenciam suas observações e interpretações, sem que se deem conta disso. Dessa maneira, como acontecem com muitas estratégias de pesquisa, os principais pontos fortes da observação participante são também seus pontos fracos mais claros.

A despeito do que o dicionário citado nos alerta, buscamos levar em consideração os pontos levantados por Florence Weber no livro “Trabalho fora do trabalho – uma etnografia das percepções” (2009), onde a autora explicita o porquê de sua preferência por esta ferramenta metodológica. Tal estudo realizado pela autora teve como enfoque a análise da vida cotidiana de operários de uma usina em Borgonha, na França, entre os anos de 1978 e 1985.

Tal autora sublinha que, muito mais que roteiros e entrevistas padronizadas, uma pesquisa pode se tornar bastante rica com o exercício de se estar com aqueles que buscamos observar, gerando um processo genuíno de escuta das pessoas. Acerca disso, a autora reitera que “vale mais à pena escutar os nativos do que interrogá-los, não somente para ouvir suas próprias classificações, mas também para evitar receber as respostas que não seriam senão espelho das questões e das expectativas do pesquisador.” (WEBER, 2009, p. 29).

Mas a autora faz algumas importantes ressalvas sobre a reflexão que deve existir do próprio pesquisador em relação ao seu lugar e papel na pesquisa e, sobre isso, ela nos diz que

[...] Por intermédio das dificuldades de sua posição – ligadas não somente à sua condição de pesquisador intelectual, mas vivenciadas, em parte, por qualquer recém-chegado, passa assim por um verdadeiro aprendizado social. É neste sentido que qualquer pesquisa comporta uma dimensão de auto análise. Não há exterioridade absoluta do pesquisador: este último torna-se um nativo, isto é, um sujeito a ser observado, na medida em que um lugar lhe foi atribuído no espaço social local (WEBER, 2009, p. 16).

Ainda sobre a observação participante, Beaud e Weber (2007), em seu Guia para Pesquisa de Campo, nos chamam atenção para o notar. Os autores frisam que, muito mais do

que tentativas de memorizações e de relatos de grandes eventos ou acontecimentos, a atenção do pesquisador deve se voltar para os detalhes inerentes ao cotidiano daqueles que se deseja observar. Sobre esse notar, os autores sublinham que:

Acima de tudo, nada de neutralidade axiológica (postura neutra) no momento da observação, pois estaria condenando-se a nada notar além do que os manuais lhe pedem que note. A neutralidade axiológica é um princípio de análise após fato, não um princípio de observação no local. Evite, todavia, expressar suas observações sob qualquer forma, pois em pesquisa (e malgrado as aparências a partir do momento em que está em situação, mesmo familiar, se está em pesquisa), a neutralidade não é um princípio científico, mas um princípio deontológico ou, mais simplesmente, um princípio prático de prudência. Portanto,, expresse suas observações mentalmente (BEAUD; WEBER, 2007, p. 105).

Cabe aqui ressaltarmos um ponto específico – que aprofundaremos mais à frente enquanto discussão sociológica nesta pesquisa – e que de antemão já deve ser aqui sublinhado. Atentamos neste estudo para uma problemática que paira fortemente sobre pesquisas que discutem acerca de sujeito altamente estigmatizados e/ou marginalizados pela sociedade. Tal problemática se refere ao que Lenoir et al. (1996) designa como “ajuda social” e que tal autor destaca fortemente como obstáculo aos sociólogos.

O autor citado nos elucida que a Sociologia é vista pela sociedade – e até mesmo por muitos sociólogos – como fonte de resolução dos problemas sociais. E sobre isso ele nos diz que “[...] uma das particularidades dos problemas sociais é que estes se encarnam, de forma bastante realista, nas ‘populações’ que apresentam ‘problemas’ a serem solucionados” (LENOIR et. al., 1996, p. 62).

Segundo o autor, desta forma, não deveríamos procurar características “específicas”, de grupos “específicos” para solucionarmos “problemas sociais” que demandassem de soluções que só poderiam vir de nós enquanto sociólogos solucionadores de “questões”.

Levamos em consideração, igualmente, no final de nossa pesquisa, a importância da utilização de ferramentas metodológicas extremamente importantes em tempos de pandemia do vírus COVID-19, tais como as entrevistas através do uso de redes sociais, assim como também verificamos a validade da utilização de entrevistas por plataformas online do tipo Zoom e Google Meet, visto que as medidas adotadas em relação ao distanciamento social se impuseram como cruciais para o combate do coronavírus.

Ainda sobre essa questão, trouxemos neste estudo as experiências relatadas pelos catadores no que se refere aos impactos da pandemia em suas vidas, tanto em relação ao

aumento dos riscos de contágio em decorrência da própria atividade que exercem, como acerca dos efeitos negativos na produção na associação e na cooperativa aqui analisadas, visto que tiveram que paralisar as suas atividades por um período de tempo relativamente longo.

Dedicamos uma seção desta tese para discorrermos sobre como se deu esse impacto, advindo da pandemia, sobre os catadores de materiais recicláveis e como todo o processo de luta pelo reconhecimento ganhou novas demandas a partir de todas as discussões geradas a partir da crise sanitária.

Para a realização deste estudo, escolhemos duas entidades formadas essencialmente por catadores para serem analisadas sociologicamente, as quais sejam a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (ASCAMAR) e a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de São Luís (COOPRESL).

Nessas duas entidades, a análise se deu da seguinte forma: a nível de levantamento de dados socioeconômicos, entrevistei 33 pessoas, ou seja, a totalidade dos membros da associação e da cooperativa, para obter um panorama daqueles que as compuseram no período de realização deste estudo.

Já no que concerne às entrevistas relativas ao período de observação participante, para análise da luta pelo reconhecimento discutida neste estudo, entrevistei 12 pessoas, conforme descrito no quadro abaixo.

Vale ressaltarmos que foram usados nesta pesquisa nomes fictícios para os entrevistados, com as exceções das entrevistas realizadas com as presidentes da associação e da cooperativa. Tal recurso fora utilizado a fim de preservar suas identidades e proteger tanto os sujeitos que foram entrevistados, bem como a própria realizadora da pesquisa.

Quadro 1 – Pessoas entrevistadas na ASCAMAR e na COOPRESL.

Nome	Entidade	Sexo	Idade
Maria José Nascimento	ASCAMAR	Feminino	42 anos
Maria José Castro	COOPRESL	Feminino	70 anos
Marcela	ASCAMAR	Feminino	24 anos
Luana	ASCAMAR	Feminino	29 anos
Luiz	COOPRESL	Masculino	42 anos
Vanessa	COOPRESL	Feminino	22 anos

Anderson	ASCAMAR	Masculino	42 anos
Flávio	ASCAMAR	Masculino	37 anos
Maria	ASCAMAR	Feminino	39 anos
Carla	ASCAMAR	Feminino	45 anos
Marcos	ASCAMAR	Masculino	35 anos
Rosa	ASCAMAR	Feminino	68 anos

Fonte: Elaborado pela autora.

As duas entidades são os empreendimentos de economia solidária, no tocante à coleta seletiva, mais antigas e mais reconhecidas como responsáveis por tal atividade produtiva na cidade de São Luís. Sendo assim, buscamos, num primeiro momento, realizarmos um levantamento do histórico de formação da associação e da cooperativa citadas, assim como uma análise tanto da natureza como da quantidade das parcerias do poder público, como as oriundas da esfera privada no tocante a elas.

No período de outubro de 2018 a janeiro de 2019, realizamos entrevistas exploratórias tanto na associação quanto na cooperativa, colhendo informações mais gerais sobre os catadores de materiais recicláveis, no que concerne aos dados socioeconômicos, por exemplo, bem como no que tange à produção nas duas entidades e o levantamento dos materiais comercializados e as modificações que ocorreram na rede de comercialização a partir de diferentes aportes advindos de editais, dentre outras fontes de fomentos às instituições citadas.

Também demos início, no período citado, à observação participante tanto na associação como na cooperativa, com utilização de um diário de campo e de gravador. De 15 de janeiro de 2019 a 10 de abril do mesmo ano, a pesquisa foi suspensa por mim devido ao falecimento da minha mãe que demandou muito de mim tanto emocionalmente como fisicamente, visto que eu já vinha de uma luta contra um câncer no ano anterior (2018) que me limitou muito. E, com a doença de minha mãe, travei uma luta de quase trinta dias contra o poder público para tentar sua transferência para um hospital com UTI com suporte de diálise. Quando consegui, através de reportagem na TV no dia 31 de janeiro de 2019, já era muito tarde e ela veio a falecer em 12 de fevereiro do referido ano.

Muito provavelmente tal relato não seja neutro como a ciência exige aos pesquisadores, mas se fez necessário tanto para o entendimento do período de realização da pesquisa, bem como para estimular – a quem eventualmente venha a ler este trabalho – a não

desistir do trabalho, dos filhos, dos parceiros, da vida, ainda que a realidade se mostre demasiadamente cruel e com um peso a mais para aqueles que não dispõem de recursos financeiros. Adquiri uma depressão, que até hoje me acompanha, mas que, ao mesmo tempo que me enfraquece, também me ensina a ser mais forte e me dá subsídios para efetuar a escuta ativa que tanto pretendi realizar ao longo deste estudo.

Em abril de 2019, dei continuidade ao processo de pesquisa no campo, ou seja, com minha presença nos dois locais pesquisados, o que se estendeu até novembro de 2020, mas de forma desigual. Enquanto tive o acesso facilitado na associação, o mesmo não ocorreu na cooperativa. Não fui proibida de estar nesta última, porém, notamos por diversas vezes que o acesso aos interlocutores não se dava da mesma maneira do que na associação.

A todo momento eu era questionada por funcionários tanto de órgãos públicos, como por representantes de parcerias sobre a minha presença. Fora o fato da própria presidente da cooperativa se apresentar como porta-voz dos catadores do local que lidera e ter respostas pouco espontâneas em relação ao que eu buscava observar. Num primeiro momento, pensei que a falha estivesse com minha maneira de pesquisar, mas ao longo do tempo, diversas questões foram emergindo e explicando os motivos que levaram à diferença de postura para comigo nas duas instituições.

O que era para ser um obstáculo dos maiores acabou por fortalecer a hipótese que pretendemos discorrer nesta tese. Também avaliamos como positivo, mais uma vez, que os problemas à realização de uma pesquisa possam ser mostrados, pois são reais e deveriam ser muito mais debatidos e construídos no meio acadêmico, servindo para nos mostrar o que não se apresenta de forma tão clara e demanda muitas observações e estudo por parte dos pesquisadores.

Assim, realizamos nesta pesquisa a seguinte estrutura de análise: entrevistas exploratórias; análise de documentos históricos tanto da associação quanto da cooperativa; revisão bibliográfica referente ao campo de pesquisa acerca dos catadores de materiais recicláveis; entrevistas semiestruturadas com as presidente da ASCAMAR e da COOPRESL acerca da formação atual das duas entidades, bem como da produção de ambas as ações coletivas; observação participante nos dois locais de outubro de 2018 a novembro de 2020; e, por fim, fizemos entrevistas com as presidentes, por meio de aplicativos como Whatsapp, dentre outros, a fim de acompanharmos o período de pandemia em relação aos catadores das duas instituições no período de abril de 2020 a janeiro de 2021.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Na elaboração do capítulo I desta tese, fizemos um amplo debate sobre a construção do pensamento acadêmico acerca dos catadores de materiais recicláveis onde tivemos dois grandes objetivos: o primeiro foi buscar alguma forma de delimitação histórica tanto em relação às origens da atividade de catador no cenário mundial, como perceber os marcos evolutivos mais importantes no que tange à preocupação do Estado com a gestão dos resíduos historicamente; e, segundo, optamos por situar de que maneira os estudos sobre os catadores têm se articulado com as mais diversas temáticas.

Em relação ao primeiro objetivo do referido capítulo, também pontuamos historicamente tanto o surgimento da atividade de catador no Brasil, como discorremos sobre os eventos que fizeram com que a mesma no país passasse a não ser mais apenas desempenhada de forma isolada, mas também as novas configurações do setor produtivo com as ações coletivas as quais se fortaleceram com o surgimento do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

No que se refere ao segundo objetivo do primeiro capítulo, sublinhamos que a produção acadêmica se mostra bastante robusta na relação entre os catadores e o meio ambiente e entre eles e a sua inserção na economia solidária. Mas, igualmente, também procuramos mostrar, na última seção do capítulo, de que maneira o meio acadêmico vem se aprofundando sobre a análise das experiências e trajetórias dos catadores e das associações e cooperativas que podem vir a fazer parte, levando em consideração outros eixos de pesquisa.

Já no capítulo II da presente tese, discutimos o chamado arcabouço teórico da luta pelo reconhecimento, visto que este foi o referencial teórico que fora tomado como base para este estudo. Discorremos tanto sobre a Teoria Crítica, como acerca dos pilares da teoria de Honneth (2003) no tocante ao reconhecimento. Mais à frente, também frisamos as possibilidades de operacionalização de sua teoria, trazendo algumas produções acadêmicas embasadas por ela.

Por fim, no que concerne ao segundo capítulo, discutimos sobre como a chamada ação coletiva tem sido debatida sob diversos pontos de vista e de que forma a luta pelo reconhecimento foi inscrita como ferramenta teórico-metodológica no que tange aos estudos sobre as ações coletivas.

No capítulo III, nosso enfoque se voltou para o surgimento do MNCR e de que maneira o movimento foi crucial para o desenvolvimento das ações coletivas dos catadores, bem como para o fortalecimento – e reconhecimento – da atividade enquanto ocupação neste país. Também elencamos como o MNCR continua sendo um dos principais agentes propulsores de conquistas de objetivos para os catadores de materiais recicláveis.

No penúltimo ponto do terceiro capítulo, também debatemos como a agenda do MNCR pode ser percebida através de um olhar mais atento sobre suas publicações e de que forma o movimento se faz presente para representar os interesses dos catadores em diversos aspectos. Fechamos o capítulo citado mostrando o panorama socioeconômico dos catadores no Brasil e as configurações por região, gênero e renda deste setor produtivo.

No último capítulo, trouxemos as origens históricas referentes à formação tanto da ASCAMAR como da COOPRESL, assim como discutimos o processo de luta pelo reconhecimento das duas instituições, também sublinhando como a produção nas mesmas vem se configurando e de que forma tem sido as relações estabelecidas entre as entidades e os órgãos públicos e entre elas e o setor privado.

No quarto capítulo, igualmente, trouxemos as experiências advindas dos relatos feitos pelos catadores, assim como elencamos as estratégias de luta pelo reconhecimento – bem como as conquistas e os desafios – levantados pela associação e pela cooperativa no que tange ao atendimento de suas demandas.

Também discutimos, no mesmo capítulo, a hipótese que trouxemos para esta pesquisa, ou seja, a de que existe um processo bidimensional de luta pelo reconhecimento que não se esgota nos objetivos das ações coletivas, mas, sim, que se fortalece a partir das congruências entre possíveis experiências compartilhadas entre os catadores e capazes de gerar lutas por aquisição de direitos e de estima social.

CAPITULO 1: A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ACADÊMICO SOBRE OS CATADORES

Neste capítulo fizemos uma ampla discussão teórica sobre as temáticas que perpassam pela análise de questões referentes aos catadores de materiais recicláveis. Na primeira seção deste capítulo, dividida em duas partes, realizamos um levantamento sobre a configuração histórica relativa à origem da atividade dos catadores. E discutimos tanto sobre como a gestão de resíduos se tornou uma preocupação para o poder público como trouxemos, também, os trabalhos que fizeram o esforço de debater as origens da atividade de catação no Brasil.

Já na segunda seção deste capítulo, falamos das novas configurações laborais relativas aos catadores que, para além da atividade isolada, passaram a ver na formação de ações coletivas uma nova opção para o desenvolvimento de suas atividades. Na terceira seção do presente capítulo, analisamos como as temáticas concernentes ao meio ambiente, à sustentabilidade e à economia circular estão bastante relacionadas com a ocupação dos catadores de materiais recicláveis.

E nas duas últimas seções deste capítulo, verificamos de que maneira a economia solidária permeia as ações coletivas formadas pelos catadores e, posteriormente, finalizamos este capítulo discutindo acerca da produção acadêmica relativa a esses sujeitos e suas organizações e quais as questões têm sido mais evocadas, pelo meio acadêmico, sobre os catadores de materiais recicláveis.

1.1 A configuração histórica à época da origem da atividade dos catadores

1.1.1 Aspectos históricos relativos à gestão da limpeza urbana.

Hoje é quase um clichê tanto para o senso comum como para o meio acadêmico sublinhar a relevância do papel dos catadores para o desenvolvimento sustentável de nossa sociedade. Porém, todo clichê possui uma origem, uma configuração histórica que permitiu seu surgimento e sujeitos os quais delimitaram o que poderia ter relevância ou não para uma determinada discussão.

Partindo dessa premissa, este estudo também busca situar como a atividade econômica dos catadores e a sua constituição enquanto sujeitos participantes da sociedade se tornou

possível, bem como pretende listar tanto os momentos históricos como os sujeitos que teriam sido responsáveis pela constituição dessa temática.

O surgimento do lixo enquanto problemática merecedora de uma discussão entre os indivíduos, segundo o minucioso trabalho feito por Eigenheer (2009) acerca da história que envolve o lixo ao longo dos tempos, remonta aos tempos da pré-história onde as pessoas tinham o costume de queimar o que produzia mau cheiro; mas somente durante a Antiguidade o lixo começou a perpassar pela questão econômica, já que o material orgânico passou a ser utilizado na agricultura com a finalidade de fertilização dos solos.

Segundo o referido autor, existem condições que não devem ser deixadas de lado numa reflexão que busque abordar o lixo ou qualquer atividade que perpasse pelo mesmo. Para ele “inúmeros fatores exercem influência sobre as características do lixo e sobre a forma como se lida com eles: posição geográfica, clima, disponibilidade de água, tipo de solo, modo de produção, distribuição de riquezas, religião e a concepção de vida e morte” (EIGENHEER, 2009, p. 25).

No que tange ao desenvolvimento de uma concepção acerca da chamada limpeza urbana, o autor destaca a noção de infraestrutura dos romanos e toda a preocupação que os mesmos já apresentavam sobre a pavimentação de suas ruas e estradas, bem como da associação que os mesmos já faziam entre o conforto e a segurança e a necessidade da limpeza urbana.

Segundo Eigenheer (2009), ainda em 45 a.C. uma lei romana (*Lex Julia*) já separava as cidades romanas em regiões, bem como distinguia o que caberia à administração estatal e o que ficaria a cargo dos proprietários das casas. Segundo esta lei, caberia ao Estado a pavimentação e a conservação das ruas, e aos últimos caberia a conservação das calçadas (inclusive no que diz respeito à limpeza das mesmas).

Porém, apesar de toda a preocupação romana, seja com a elaboração de leis, seja com a aplicação de multas, o autor sublinha que o crescimento urbano acelerado já naquele tempo e a crescente desigualdade socioeconômica naquelas cidades não permitiram a plena eficiência das leis e multas; a limpeza urbana ainda carecia de mais atenção por parte de todas as esferas sociais.

O autor ainda aponta que na Idade Média houve um grande retrocesso no que concerne à concepção de limpeza (tanto nas ruas como no interior das casas), cabendo apenas aos conventos a concepção de que se deveria conservar as práticas sanitárias. No geral,

naquela época, a eliminação do lixo era feita, de forma majoritária, pela utilização do fogo, pois três fatores tiveram preponderância sobre esta prática: a redução dos espaços livres; a construção de casas com vários pavimentos; e, principalmente, o aumento populacional.

Ele ainda nos apresenta um marco histórico entre a relação do descarte irregular de lixo e “águas servidas” e a poluição dos rios ao nos dizer que:

[...] a utilização de fossas acabou por trazer problemas aos poços e fontes d'água, com sérias consequências para a saúde da população; a canalização para águas servidas, tal como se conhecia em Roma, existia em poucas cidades, mesmo nos séculos XVI e XVII (EIGENHEER, 2009, p. 48).

A reflexão histórica deste autor traz para os dias de hoje a comparação entre, por exemplo, a preocupação romana ainda na Antiguidade com questões referentes às normas sanitárias e a ausência de tal preocupação por quase toda a Idade Média. Ele ressalta, por exemplo, que enquanto em Roma desde 451 a. C. já não era permitido enterrar cadáveres nas cidades, tal prática era rotineira nas cidades medievais, sendo um costume enterrar os mortos em igrejas e em seus arredores o que também contribuía para a insalubridade das águas para a população.

Ele nos diz que:

[...] só no século XIV, em Nuremberg e Strasburg, por ocasião das pestes, é que se determinou o sepultamento fora dos muros da cidade. Após a Reforma Protestante, essa tendência aumentou, principalmente depois da Revolução Francesa, quando se rompeu com a rígida relação entre igreja e cemitério (EIGENHEER, 2009, p. 48).

No que concerne ao reaproveitamento, o referido autor salienta que tal preocupação se apresentou com os romanos. Tal informação é de suma importância para o presente estudo, tanto para entendermos as bases históricas da atividade dos hoje assim chamados “catadores”, bem como para refletirmos a associação que a sociedade faz deles com o próprio lixo, seja de forma direta ou indireta.

O autor aponta que:

[...] em Roma existiam pessoas (chamadas *canicolae*) que buscavam coisas ainda uteis nos locais em que desembocavam as cloacas. Há indicações da presença, nesta mesma cidade, de serviços para manutenção de toaletes e latrinas privadas, mediante pagamento, e também de que urina e fezes eram comercializadas para uso agrícola (EIGENHEER, 2009, p. 54).

Outro marco temporal para a realização de tal atividade foi a crescente relação entre o calçamento das ruas – já na Idade Média – e a utilização de meios de transporte para as primeiras coletas de lixo de fato à questão da limpeza urbana. Com melhores pavimentações, existia maior viabilidade de circulação de carroças pelas cidades. Assim, com o uso de carroças, em Praga (1340) se iniciou tanto o serviço de coleta de lixo quanto o de limpeza das vias públicas (sob os cuidados de particulares).

O autor nos diz que:

[...] é a partir de 1666, em Londres, que se conta com um serviço organizado de limpeza de ruas. Sorteavam-se entre os cidadãos aqueles que, mediante juramento, responsabilizavam-se pela conservação de áreas da cidade. Eram designados *scavengers*, hoje, ironicamente, uma forma de designar catadores de lixo (EIGENHEER, 2009, p. 65).

Mas o sistema começou a falhar, pois a maioria não via com bons olhos tal atividade.

No que concerne à crescente desqualificação das atividades ligadas à limpeza urbana, o autor salienta que em Berlim, a partir de 1624, passou-se a utilizar os prisioneiros e as prostitutas para tais atividades, e estas últimas foram escolhidas porque, segundo o Estado da época, utilizariam mais as ruas do que os demais cidadãos.

Percebe-se, assim, uma presente desqualificação de indivíduos e a associação destes com uma atividade que passou a ser cada vez mais associada ao que é “sujo”, “menor”, “insalubre” e “pertencente aos não cidadãos de respeito”.

Porém, as principais bases históricas advindas da questão do lixo e de sua referida problematização por parte dos agentes públicos, visto o caos que viria como consequência de um não pensar adequadamente tal questão, se encontram somente na metade do século XIX, mais precisamente com tudo que veio como consequência da Revolução Industrial.

O surgimento de tal temática como foco de preocupação estatal, segundo Eigenheer (2009), veio tanto da percepção da insalubridade nos bairros operários, como – e principalmente – a pressão que acabou por surgir em áreas mais nobres da cidade (contaminação das águas, por exemplo). O problema que estava mais distante dos olhos dos segmentos mais abastados da sociedade, por serem cada vez mais associados aos pobres e aos tidos como “desqualificados” passou a trazer implicações nas chamadas áreas nobres. Eis quando se iniciaram as políticas públicas voltadas para tal problemática.

A teoria microbiana, de acordo com o estudo do autor citado, também se apresentou como base para um entendimento quase que consensual de que a sociedade deveria dar mais

atenção à saúde pública; com este novo pensamento, surgiu o tratamento das águas das cidades e a separação do esgoto dos resíduos sólidos. Mas a questão do tratamento do lixo ainda ficaria de lado até meados do século XX, sobretudo no que tange à destinação final dos resíduos que, na maioria das vezes, eram lançados no mar e nos rios.

Eigenheer (2009), no que tange ao marco histórico relativo à triagem, mais especializada, feita pelos catadores, nos diz que temos como primeiro modelo de usina de triagem a realizada em Bucarest no ano de 1895. À mesma época, surgiu nos Estados Unidos e em parte da Europa a concepção de coleta seletiva, mas ainda de forma bastante rudimentar.

E no que diz respeito aos chamados aterros sanitários, de acordo com o mesmo autor, foi também nos Estados Unidos que esses teriam surgido, com o nome de “sanitary landfills” em 1898. Em depressões de terrenos mais afastados dos centros urbanos, o lixo era depositado, recoberto por terra e gramado no final de todo esse processo. Mas ainda que ocupe o pioneirismo nesse aspecto e no que tange à coleta seletiva, teria sido a Alemanha o país que mais buscou, ao longo de sua história, as soluções mais profícuas acerca da limpeza urbana.

A Alemanha, segundo pesquisa de Eigenheer (2009), foi o primeiro país a acondicionar seus resíduos em latas e/ou vasilhames padronizados para cada tipo de resíduo, bem como efetuava a cobrança pelo serviço de coleta nas propriedades desde 1851. E tal padronização dos coletores também era verificada nos veículos públicos onde eram comportados os resíduos. E havia uma relação de extremo zelo por parte dos alemães com a questão da limpeza urbana que foi resultado da intervenção pública na questão citada.

Porém, duas leis foram fundamentais para a inovação alemã no que concerne ao tratamento dos resíduos de suas cidades, A primeira foi a Lei de Manejo das Águas (1957) e a segunda foi a Lei de Tratamento de Resíduos (1972). Desta forma, segundo o referido autor, a gestão do lixo na Alemanha passou a atender para a questão de forma holística, dando atenção desde a coleta do lixo e a limpeza das ruas até à destinação final dos resíduos, perpassando pela preocupação com a limpeza de suas águas.

Para Eigenheer (2009), no que concerne à Alemanha,

[...] sistemas de coleta seletiva facilitam a compostagem de matéria orgânica, a reciclagem de embalagens e a incineração de produtos perigosos. A coleta seletiva está disseminada em todo país, A proposta é primeiramente compostar, reciclar e incinerar. Só então o que resta segue para um aterro de inertes [...] (EIGENHEER, 2009, p. 77).

Neste primeiro tópico, nosso objetivo era discorrer sobre como alguns fatos históricos foram primordiais para a sociedade começar a pensar na questão do lixo, seja através do enfoque de saúde pública, seja como relação ao tratamento e gestão das águas ou simplesmente como forma de padronização da questão da higiene dos cidadãos em sociedade.

1.1.2 O surgimento da atividade do catador no Brasil: aspectos históricos da questão

Quando nos deparamos com a necessidade do entendimento da configuração histórica que propiciou o surgimento da atividade dos catadores no Brasil, esbarramos na problemática encontrada pelos nossos autores numa delimitação mais precisa de uma linha histórica que versasse tanto sobre a gestão do lixo no Brasil e alguma preocupação com a chamada limpeza urbana, assim como no que concerne aos primórdios da atividade dos catadores neste país.

Acreditamos que a explicação para tais problemáticas reside no fato de que o interesse pela escrita e pelo pensamento acerca deste tema, ao menos por parte do meio acadêmico, tenha origens muito mais recentes (a maioria dos estudos advêm de 1990 para os dias atuais), com enfoque nos estudos ainda mais a partir do surgimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305/10 implementada no ano de 2010. Mas no que tange à produção acadêmica sobre esta temática, a mesma será abordada mais à frente neste estudo.

Para solucionarmos nossa problemática da origem histórica da atividade dos catadores no Brasil, adotaremos neste estudo as discussões trazidas por Bosi (2015) e por Eigenheer (2009). O primeiro buscou fazer esse mapeamento histórico da referida atividade através da percepção da mercantilização da mesma no Brasil como resultado do processo ostensivo de pobreza de grande parte da população brasileira. E o último elencou a história do catador no Rio de Janeiro mediante a importância que tal cidade representava para o país na época analisada por este autor.

Nas palavras de Bosi (2015), acerca do surgimento dos catadores:

não há sinais visíveis dos catadores nos jornais e nas posturas municipais. O mercado de recicláveis, ainda bastante incipiente no país no século XIX, também não acusava a sua presença. Provavelmente foram vistos diluídos em meio aos mendigos e aos vagabundos nas grandes cidades da época (BOSI, 2015, p. 47).

O autor citado salienta que existia a preocupação do autor Paulo Barreto – conhecido como João do Rio – em discorrer sobre as assim chamadas por ele de “pequenas profissões”;

tal preocupação deu origem inclusive a uma crônica de mesmo nome e elaborada no ano de 1904. Nesta, João do Rio falava dos indivíduos que desempenhavam profissões que eram extremamente marginalizadas e mal vistas pela população.

Para Bosi (2015), ao trazer João do Rio para esta discussão, a crônica deste autor traria à tona inclusive a diferenciação entre os próprios catadores. Existiriam aqueles que lidariam com os “trapos limpos” e aqueles, ainda mais abaixo na cadeia das profissões, que se ocupariam dos “trapos sujos”. Estes últimos seriam responsáveis por catar papéis, cavacos e chumbo. Segundo o autor, João do Rio conseguiu perceber em sua crônica:

[...] que a miséria poderia ser feita de muitas misérias. Isto é, que uma experiência social devastadora poderia funcionar como um denominador comum para diferentes experiências que estratificavam homens, mulheres e crianças mobilizados na procura e na cata de sobras e restos nas ruas do Rio de Janeiro (BOSI, 2015, p. 53).

O autor sublinha que muito provavelmente antes da crônica de João do Rio, feita em 1904, deveriam existir os então chamados “trapeiros”, visto que existiam fábricas de móveis e de papéis as quais forneciam substratos pertinentes para uma possível troca realizada por esses trabalhadores em busca de alguma forma de sobrevivência nas cidades grandes. Ainda para este autor, o Capitalismo teria sido responsável pela reconfiguração da atividade dos catadores. Para ele:

[...] podemos afirmar que a ascensão do Capitalismo deu outro sentido para a reciclagem, associando-a à produção industrial, ao lucro e à exploração indireta do trabalho de gente muito pobre, marcada por tantas derrotas na vida que procurar e arrancar “da poeira e do esterco os pedaços de pano” passou a ser uma reação tão necessária quanto naturalizada (BOSI, 2015, p. 57).

Para entendermos a discussão sobre os catadores nos anos 40, 50 e 60 do século XX, precisamos recorrer à literatura e às artes brasileiras. Bosi (2015) trouxe para sua documentação histórica sobre os catadores as contribuições de Manuel Bandeira (1947); a obra autobiográfica de Carolina Maria de Jesus nos anos 50 e 60 do século XX; e a peça teatral de Plínio Marcos datada do ano de 1968.

Acerca do poema “O Bicho” de Manuel Bandeira, publicado em 1947, Bosi (2015) faz referência a dois fatos. O primeiro seria a perplexidade do poeta sobre a precariedade em que estaria o homem, capaz de exercer uma atividade comparada a de um bicho abjeto; porém, para o autor, Manuel Bandeira não veria a capacidade de reação desse homem a tamanha

adversidade. Seria uma espécie de fundo do poço onde determinados homens estariam renegados ao pior que adviesse da humanidade.

Cabe aqui a nossa observação sobre esta análise, ainda que de forma não aprofundada. Bandeira (1947) foi capaz de observar a realidade e expor a mesma para a sociedade que não se interessava até então em ler poemas que versassem sobre o pior da realidade. Não podemos esperar uma reflexão sociológica a respeito do ofício dos catadores; o que importa, com a visão tão rica e precisa deste autor, é a contribuição do seu olhar para indivíduos, algumas vezes, invisíveis para a sociedade.

Já no que tange ao livro de Jesus (1976), “Quarto de despejo”, escrito em 1955 sobre as vivências de sua própria autora, há uma narrativa sobre uma mãe de família, negra, moradora de uma favela de São Paulo e que sobrevivia as mazelas de sua rotina através da atividade de catadora de resíduos. Sua casa, inclusive, foi feita por ela mesma com materiais que ela encontrou no lixo.

Um dado extremamente relevante na narrativa desta autora diz respeito à citação sobre o papel do atravessador. Caberia a este o papel de classificar os materiais separados pelos catadores e revendê-los para as fábricas; fazia isso no “nicho de mercado” que surgia devido à distância entre os depósitos dos resíduos separados pelos catadores nas favelas – e em seus arredores – e as fábricas desejosas da reutilização de tais materiais.

E, muito mais, de acordo com Jesus (1976), cabia aos chamados atravessadores o endividamento dos catadores, visto que adiantavam o dinheiro para esses trabalhadores os quais prescindiam de tudo e viam nos atravessadores a perfeita forma de interlocução com as fábricas.

Nas palavras de Bosi (2015), a respeito de Jesus (1976), fica claro o dilema recorrente e angustiante enfrentado pelos catadores... “o Caso que Carolina decidiu relatar é tão emblemático quanto ambivalente. Um dia de trabalho equivalia à dieta alimentar diária para a família de três crianças e um adulto. Não obstante, nem sempre se conseguia isso” (BOSI, 2015, p. 65).

Para o presente estudo, interessa-nos outros dilemas vividos e narrados por Jesus (1976): o que significava o atravessador para o catador, esse seria um patrão ou qual seria o seu papel; a ambivalência de seu trabalho que significava, por um lado, a sobrevivência, e, por outro lado, o grande motivo de seu desejo por suicídio; e qual seria sua identidade em relação à sociedade, visto que não se enxergava como “favelada”, pois recebera uma educação

diferenciada por parte de sua mãe. A que grupo social ela pertenceria talvez fosse a grande dúvida presente em sua narração.

A autora deflagra muitas de suas angústias na seguinte passagem:

Percorri várias ruas e não havia papel. Quando ganhei 30 cruzeiros, pensei ‘já dá para pagar os sapatos de Vera’ (filha). Mas era sábado e precisava arranjar dinheiro para o domingo. E Vera já estava idealizando o cardápio de domingo (JESUS, 1976, p. 65).

Já no que concerne à linha de pensamento de Eigenheer (2009), outro autor que utilizaremos neste tópico para entendermos como se deram as origens da atividade dos catadores, vale ressaltar que o mesmo enxergava na cidade do Rio de Janeiro uma forma quase que emblemática para entender a questão dos catadores, como se tal cidade servisse de modelo para todo o país dada sua importância enquanto capital do país durante tanto tempo.

O autor citado salienta a importância dos escravos para a questão da limpeza urbana. Os que desempenhavam tais funções eram chamados de tigras ou de cabungos e eram alvos de deboches vindos de boa parte da população do Rio de Janeiro, dados os incidentes que ocorriam com os escravos no caminho até o despejo do lixo e pela repugnância que tal atividade acarretava nos que a enxergavam minimamente.

Sublinhamos já aqui, de antemão, essa ambivalência que é gerada acerca do trabalho dos que lidam com o lixo de alguma forma: ou despertam o nojo a quem os enxerga quase que como o próprio lixo; ou despertam a completa indiferença gerando o tão falado sentimento de invisibilidade que tanto discutimos nesta pesquisa.

Um marco histórico relevante para a discussão acerca da limpeza urbana e levantado por Eigenheer (2009), diz respeito à contratação da empresa de Aleixo Gary, em 1876, para cuidar especificamente do recolhimento do lixo. Tal implementação fora tão importante que até hoje muitas pessoas usam o termo “gari” para discorrerem sobre pessoas ligadas às atividades de limpeza urbana. A Superintendência de Limpeza Urbana foi criada somente no ano de 1901 e encontrou diversas dificuldades com a questão. Já a Companhia de Limpeza Urbana (COMLURB) fora criada somente muito tempo depois, em 1975.

Quanto à destinação final dos resíduos, Eingenheer (2009) reitera que coube primeiramente tal papel à incineração e anos mais tarde foram construídos aterros sanitários, sendo que inclusive o de Duque de Caxias, que teve suas atividades iniciadas nos anos setenta do século XX, continua em atividade até os dias de hoje. No que concerne à coleta seletiva no

Brasil, a primeira experiência nesse sentido ocorreu no bairro de São Francisco, em Niterói, no ano de 1985, e por iniciativa da associação de moradores daquele bairro. A primeira cidade a implantar tal sistema de coleta seletiva foi Curitiba, em 1988.

No que tange especificamente aos catadores, o autor nos diz que “já em 05/01/1806, temos notícia, pelo Jornal do Comércio, de sua presença nas ilhas de Sapucaia e do Bom Jesus, na Baía de Guanabara, para onde foi levado, por décadas, o lixo do Rio de Janeiro” (EIGENHEER, 2009, p. 114).

E ainda a respeito deles, o autor realiza um grande salto temporal e sublinha a atuação de diferentes frentes preocupadas com a vida dos catadores enquanto marginalizados pela sociedade e pelo sistema econômico vigente. Ele aponta os anos de 1982 e o de 1989 como cruciais para uma visão mais preocupada em relação a essa atividade. Em 1982, em São Paulo, organizou-se os catadores na Organização de Auxílio Fraternal (OAF). E, em 1989, surgiu a Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE).

Eigenheer (2009) ainda nos acrescenta que as buscas por melhorias das atividades voltadas para os catadores acabavam vindo de iniciativas de entidades religiosas e, mais tarde, por parte das prefeituras com algum tipo de parceria com as cooperativas de catadores ou com estes de forma isolada.

Acreditamos que os dois autores aqui citados neste tópico do presente estudo, como forma de pontuação histórica sobre os catadores no Brasil, foram bastante elucidativos sob muitos aspectos. Porém, sentimos falta de algo que os dois acabaram sublinhando em seus respectivos trabalhos: a falta de materiais e/ou registros históricos sobre as atividades desempenhadas pelos catadores.

Talvez essa seja uma das maiores provas de como a invisibilidade acerca dos mesmos se configura de forma sistemática e as políticas adotadas no tocante à limpeza urbana tinham fins apenas sanitários, não observando, durante muitas décadas, a importância daqueles que lidavam com o lixo e dele dependiam para sobreviverem aos dias.

1.2 Da atividade isolada ao início do processo de fortalecimento em grupo: nova configuração na atividade laboral dos catadores

Para entendermos de que forma os catadores promovem tamanho impacto para a sociedade em geral, para o campo econômico e sobretudo para o meio ambiente, é extremamente salutar o entendimento da função do catador de material reciclável. Para o IPEA (2013), o trabalho realizado pelo catador “consiste em catar, separar, transportar, acondicionar e, às vezes, beneficiar os resíduos sólidos com valor de mercado para reutilização ou reciclagem” (IPEA, 2013, p. 5).

A própria publicação, que pretendia oferecer um panorama sobre a situação dos catadores no Brasil até o ano de 2012, oferece uma excelente contextualização histórica referente à atividade desempenhada pelos catadores. Segundo o IPEA (2013), o segmento social concernente a eles fazia parte do país desde o século XIX, acompanhando o processo de urbanização brasileiro.

Este panorama feito pelo órgão citado ainda nos sublinha que uma triste característica vem acompanhando tal atividade historicamente, a qual seria a informalidade que resulta não somente na ausência de direitos trabalhistas para esses indivíduos, mas também a dificuldade de registros oficiais fidedignos relativos aos catadores.

Ainda segundo essa publicação do IPEA (2013), houve um incremento do número de associações e cooperativas de catadores a fim de somarem forças através do coletivo e tentarem assegurar maior visibilidade de sua atividade, assim como, principalmente, melhores condições de trabalho, como por exemplo a tentativa de assegurarem o uso de equipamentos de proteção individual.

E essa iniciativa de formar associações não é estratégia de sobrevivência só desse ramo de atividade e é apontada como fonte de fortalecimento produtivo para diversos segmentos principalmente nos últimos vinte anos. Também percebemos uma elevação notória nos índices de filiação a associações no país como notamos na Tabela 1.

No que concerne ao Brasil, o número de catadores, segundo o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (2019), passa de oitocentos mil e para o IBGE (2010) chegaria a 171.553 pessoas trabalhando nesta atividade e enquanto as associações e cooperativas de catadores reconhecidas chega a mais de 1.175 em todo o país segundo o

mesmo instituto; em São Paulo, por exemplo, o número de entidades chega a cento e setenta e três e em Pernambuco foram contabilizadas trinta e nove entidades pelo IBGE (2010).

Tabela 1 – Distribuição, absoluta e relativa das Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos e do pessoal ocupado assalariado, segundo faixas de pessoal ocupado assalariado – Brasil – 2010.

FAIXAS DE PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO	FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO	
	ABSOLUTA	RELATIVA (%)	ABSOLUTA	RELATIVO (%)
TOTAL	290.692	100,00	2.128.007	100,0
0	210.019	72,2	0	0,0
De 1 a 2	32.228	11,1	43.157	2,0
De 3 a 4	11.645	4,0	39.719	1,9
De 5 a 9	12.388	4,3	82.128	3,9
De 10 a 49	17.340	6,0	376.284	17,7
De 50 a 99	3.459	1,2	239.522	11,3
De 100 a 499	2.975	1,0	601.830	28,3
500 e Mais	638	0,2	745.367	35

Fonte: Extraído de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, FASFIL, 2010.

No comparativo, sem maiores aprofundamentos nas explicações e somente utilizando o componente quantitativo já percebemos uma elevada disparidade entre as regiões e, sobretudo, entre as próprias estimativas dos órgãos aqui mencionados sobre o total de indivíduos vivendo deste ofício.

Ainda a respeito do Brasil, vale ressaltarmos que a configuração em relação a coleta seletiva não é muito animadora com os seguintes dados fornecidos pelo Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE)¹: apenas novecentas e vinte e sete cidades praticam

¹ Um órgão de suma importância tanto para o levantamento de dados sobre os catadores e as atividades desempenhadas por estes no país é o CEMPRE. O mesmo fora criado em 1992, não por coincidência no mesmo ano da Rio 92, para buscar uma normatização para um modelo brasileiro de reciclagem e para promover a visibilidade desta temática para o poder público e para a própria população.

algum tipo de coleta e apenas treze por cento dos cidadãos brasileiros possuiriam acesso a programas de coleta seletiva (CEMPRE, 2010). E na correlação com a presente cidade a discrepância também se observa de forma ainda mais significativa, já que apenas duzentos e setenta e seis mil domicílios contariam com alguma forma de coleta seletiva, segundo o IBGE (2015).

E esses dados aqui mencionados só se efetivaram com a chamada Política Nacional de Resíduos Sólidos, do ano de 2010 e instituída pela Lei 12.305, ano em que este panorama começou a obter modificações positivas e a despertar interesse em relação aos investimentos das empresas. Estas passaram a ter um maior comprometimento com a responsabilidade socioambiental e o estudo da consultoria Verdantix (2012) mostra que a alocação de recursos empresariais para questões como a consultoria em sustentabilidade, por exemplo, além de aumentar bastante de 2010 para o ano da pesquisa, ainda apontou o Brasil como o país que mais gasta, por empresa, com este tipo de consultoria: 6,1 milhões de reais.

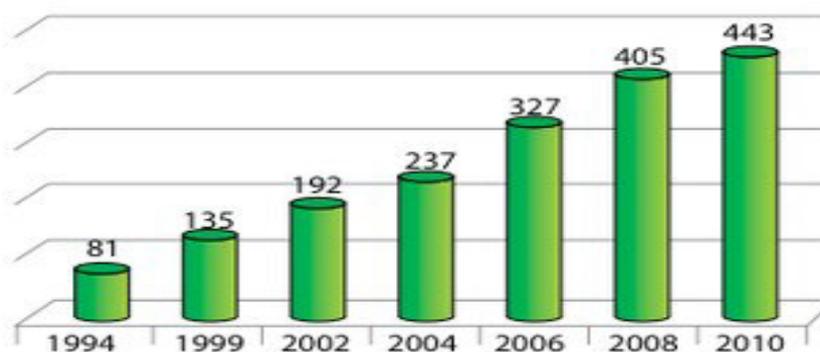
A seguir, mostraremos um gráfico (ver Gráfico 1) a respeito da coleta seletiva no Brasil ainda com os dados oferecidos pelo panorama do IPEA (2010) em parceria com o CEMPRE (2010) e aqui discutidos brevemente. Vale sublinharmos que tal gráfico apresenta abordagem longitudinal, por apresentar série histórica – de 1994 a 2010 – no que se refere ao quesito regional do incremento ou manutenção de municípios os quais oferecem coleta seletiva para a sua população.

Como percebemos com a observação do gráfico utilizado, a alocação dos resíduos foi mais adequada – mas ainda longe de parâmetros verdadeiramente sustentáveis – nas regiões Sudeste e Sul; e ínfimas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Um órgão de suma importância tanto para o levantamento de dados sobre os catadores e as atividades desempenhadas por estes no país é o CEMPRE. O mesmo fora criado em 1992, não por coincidência no mesmo ano da Rio 92, para buscar uma normatização para um modelo brasileiro de reciclagem e para promover a visibilidade desta temática para o poder público e para a própria população.

A entidade citada lançou no ano de 2019 uma publicação acerca dos resultados do impacto da Política Nacional de Resíduos Sólidos tanto para a atividade dos catadores, como para o fortalecimento da coleta seletiva e conseqüentemente da reciclagem. Essa publicação serve de base para profícuas comparações e análises sobre a questão da coleta seletiva e sobre os catadores no Brasil numa série histórica relativa à última década.

Gráfico 1 – Distribuição regional da coleta seletiva no Brasil de 1994 a 2010.

Municípios com coleta seletiva de lixo sólido no Brasil*Percentual do total dos 443 municípios brasileiros, por região, que mantêm coleta seletiva de lixo sólido, 2010*

(www.cempre.org.br. Adaptado.)

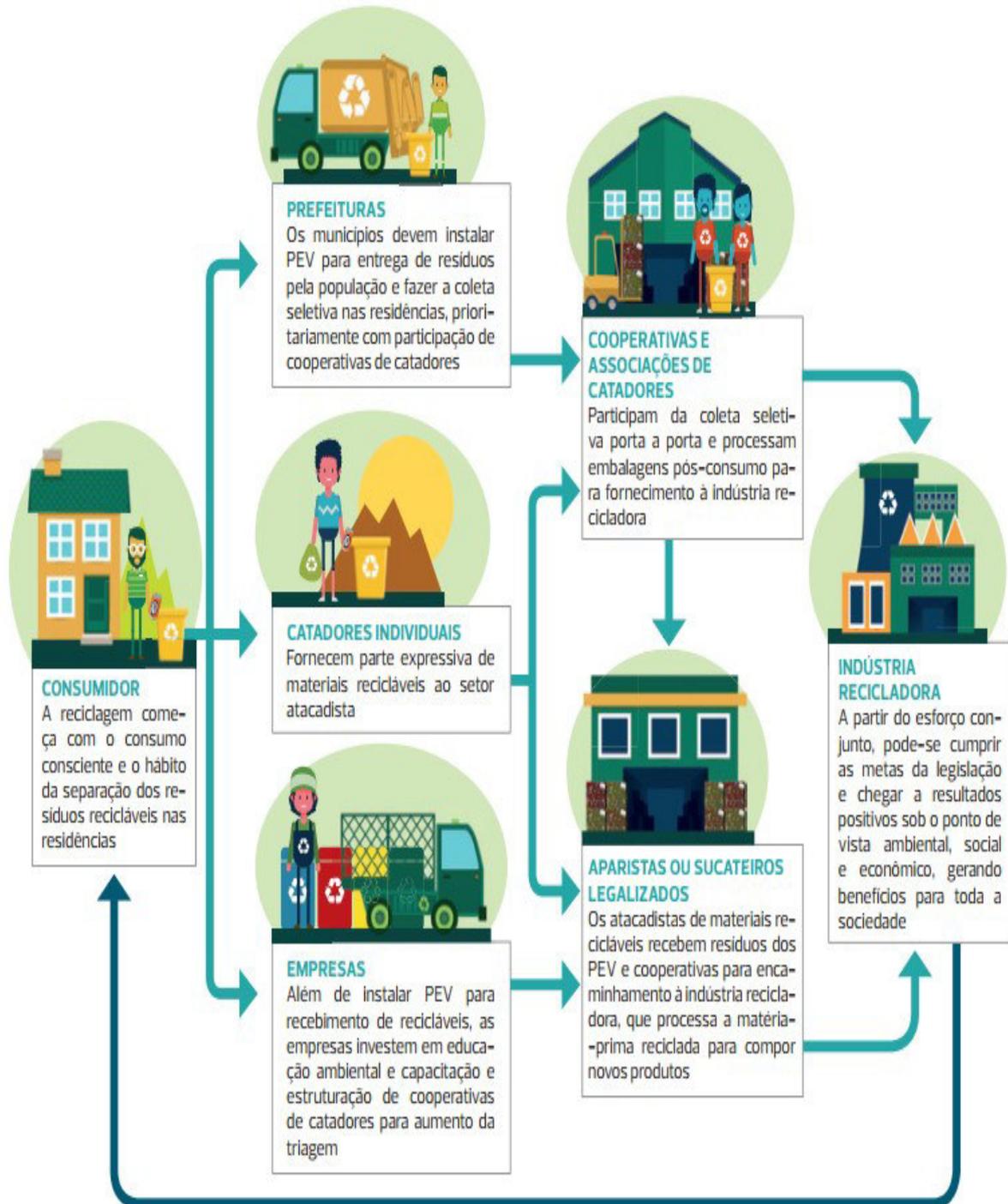
Fonte: Extraído de CEMPRE (2010).

A seguir, elencaremos brevemente alguns dados atualizados e fornecidos pelo CEMPRE (2019) sobre a atividade que tanto discutimos neste estudo sociológico. Vale, antes, sublinharmos que o enfoque principal da referida publicação gira em torno dos resultados obtidos, segundo eles, pelas empresas que fazem parte desta entidade a fim da implementação da primeira fase da chamada logística reversa a qual fora firmada entre as empresas e o governo federal no ano de 2015. Mas, de qualquer maneira, a publicação oferece dados mais atualizados sobre os catadores e a coleta seletiva.

A Figura 1 que abre a publicação do CEMPRE (2019) serve para ensejar o entendimento acerca do funcionamento idealizado de uma cadeia produtiva de reciclagem. Em tese, era esse fluxograma que deveria fornecer embasamento para a sustentabilidade advinda do bom funcionamento da coleta seletiva e do conseqüente processo de reciclagem. O mais interessante acerca dessa ilustração é nos fazer pensar sobre a realidade das cidades onde

vivemos e atentarmos onde o processo possa estar apresentando falhas que inviabilizam a consecução total desse fluxograma.

Figura 1 – Fluxograma ideal do processo de reciclagem.



Fonte: Extraído de CEMPRE (2019). Ilustração: Will Fernandes.

No que concerne à quantidade de cooperativas e ações no Brasil (Figura 2) que têm como objetivo primordial atenderem às atividades dos catadores, vale sublinharmos o fato de que, muito embora o mapa do Brasil conte com dados de todos os estados que possuem tais ações, infelizmente, no que tange ao comparativo sobre estas ações ao longo de quase uma década, não aparecem os dados de São Luís, visto que foi dada ênfase às capitais que foram sedes da Copa do Mundo de futebol em 2014. De qualquer maneira, ainda assim, o quadro comparativo se mostra eficaz para ilustrar o grande incremento dessas iniciativas dos anos de 2010 até o ano de 2018.

Figura 2 – Quantidade de cooperativas e de ações empreendidas no Brasil.



A meta em relação a triagem está em 81% do total para 2018.

Fonte: Extraído de CEMPRE (2019).

Segundo levantamento realizado por Conke e Nascimento (2018), as ações de coleta seletiva de lixo estariam presentes em 41,0% dos municípios brasileiros, concentradas nas cidades com mais de 500 mil habitantes (97% do total), enquanto no caso dos pequenos municípios, de até 50 mil habitantes, somente 37% possuem coleta seletiva. No que concerne à distribuição regional, os programas de coleta seletiva estão mais presentes nos municípios das regiões sul e sudeste, “que possuem 74% de todos os municípios com coleta seletiva” (CONKE; NASCIMENTO, 2018).

No tocante ao Maranhão, gostaríamos de ressaltar brevemente duas iniciativas, advindas do poder público, as quais preconizam objetivamente as políticas públicas relativas à reciclagem e, concomitantemente, o auxílio para o desenvolvimento de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

A nível estadual, a Secretaria de Estado de Trabalho e Economia Solidária (SETRES) realizou em março de 2019, em alguns municípios do Maranhão, algumas rodadas de discussões e oficinas para realizarem um diagnóstico da situação dos grupos de coleta seletiva no Maranhão. Esse diagnóstico visa, segundo o Governo estadual, tornar possível os objetivos do projeto Pró-Catadores, da SETRES, o qual busca fornecer capacitações e formações para estes grupos produtivos, assim como os equipamentos para o correto manejo durante a coleta seletiva.

Um desafio encontrado no que se refere ao programa estadual Pró-Catadores, realizado no Maranhão, é que no *site* do mesmo encontramos as ações realizadas até o momento, bem como os municípios atendidos pelo projeto, porém, não encontramos os dados quantitativos acerca dos grupos de catadores atendidos, nem um detalhamento sobre as características desses grupos nos municípios citados pela SETRES.

A nível municipal, desde 2016, foram instalados na cidade de São Luís os chamados Ecopontos, tendo sido o primeiro Ecoponto no bairro Parque Amazonas. No biênio 2016 – 2018, segundo a Prefeitura de São Luís, por meio do Comitê Gestor de Limpeza Urbana, a cidade citada passou a contar com dez Ecopontos distribuídos pela cidade, onde mais de 14 mil toneladas de resíduos já teriam sido recebidas e enviadas para a reciclagem.

O referido Comitê Gestor de Limpeza Urbana da cidade de São Luís sublinha que a renda bruta mensal das duas entidades de catadores beneficiadas pelo projeto, a qual sejam a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (ASCAMAR) e a Cooperativa de Reciclagem de São Luís (COOPRESL), teria tido um grande incremento. No caso da

ASCAMAR, tal rendimento teria passado de 6.000 reais em 2016 para 10.500 em 2017; e o da COOPRESL de 3.000 para 16.500 no mesmo período. Também inexitem dados estatísticos mais detalhados, até o momento, sobre esses dois grupos de catadores atendidos pelo projeto dos EcoPontos, assim como acerca do próprio projeto.

Para especificarmos um pouco mais a questão dos catadores na cidade de São Luís, faz-se necessária a análise do Quadro 2, presente neste estudo, o qual procurar elencar de forma sistematizada as cinco entidades – dentre associações e cooperativas – existentes na cidade citada e onde são levados em conta, pelo Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE), o nome de cada entidade, a localização das mesmas, bem como os materiais recebidos e separados por estas durante o processo de coleta seletiva.

Quadro 2 - Entidades cadastradas junto ao CEMPRE em São Luís.

ENTIDADES CADASTRADAS JUNTO AO CEMPRE EM SÃO LUÍS		
ENTIDADES	ENDEREÇO	MATERIAIS
COOPRESL - Cooperativa de Reciclagem de São Luís	Travessa 29, 50 Bairro: Anjo da Guarda Cidade: São Luís / MA CEP: 68058-000	Plástico, Plástico, Metal, Pneu, Papel, Pilha, Bateria, Vidro, Longa Vida
Cooperativa de Resíduos Industriais e Automotivos do Estado	Estrada da vitória Bairro: Apeadouro Cidade: São Luís / MA CEP: 65036-505	Plástico, Metal, Pneu, Papel, Bateria, Vidro, Tinta, Lâmpadas, Óleo, Eletrônicos, Borracha
COOP Central de Reciclagem do Maranhão	Rua Rio Pimenta Bairro: boa vista Cidade: São Luís / MA CEP: 65067-570	Plástico, Papel, Eletrônicos
ASCAMAR - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis	Rua São Pantaleão, 1.904, Bairro: Centro Cidade: São Luís / MA CEP: 68058-000	Não cadastrados pelo CEMPRE.

Fonte: Extraído de CEMPRE (2019).

É importante salientarmos, mais uma vez, que esses dados foram sistematizados pelo referido órgão, mas ainda carecem de confirmações advindas de outros órgãos que, ao nosso olhar, possuem atuações diretas para com essas entidades de catadores, os quais seriam dados oriundos da SETRES, do Comitê Gestor de Limpeza Pública, assim como os do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

Desta maneira, acreditamos que a discussão sobre os catadores é bastante profícua por ensejar vários debates os quais se inscrevem nessa abordagem. Realizar estudos sobre esses agentes é possuir a noção de que o debate é muito amplo e perpassa por questões como o desenvolvimento sustentável, as políticas públicas voltadas para esse público, as possibilidades de aportes de recursos oriundos das esferas pública e privada, a desigualdade social, a luta por representatividade junto ao poder público e até uma questão que se apresentou como preponderante para nossa pesquisa.

Se é fato que certas experiências, de diferentes ordens e passadas pelos catadores, fizeram com que muitos destes, ao longo da última década, segundo os dados aqui antes expostos, buscassem a associação no lugar de atuarem de forma solitária, há de se levar em conta que discorrer sobre eles é tentar dimensionar essas experiências pelas quais eles passaram e as motivações para serem reconhecidos como participantes de uma cadeia produtiva e, ainda mais, como seres humanos.

Com o passar dos anos, de acordo com IPEA (2013), os catadores passaram a perceber na formação de grupos uma possibilidade real para serem ouvidos de alguma maneira e passaram a se mobilizar na busca por uma efetiva ação coletiva que fosse capaz de promover mudanças nas condições de vida desses sujeitos.

Três fatos históricos teriam fornecido as bases necessárias para o início da ação coletiva promovida por esses agentes em prol do reconhecimento de sua atividade econômica como fundamental para as engrenagens do processo de reciclagem funcionarem.

O primeiro evento foi o Fórum Nacional Lixo e Cidadania, promovido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no ano de 1998 e que tinha como uma de suas premissas a erradicação do trabalho infantil com o lixo no Brasil. O segundo grande evento foi a realização, no ano seguinte, do I Congresso Nacional dos Catadores de Papel o qual debateu de forma intensiva a ideia sobre a criação de um movimento nacional de catadores. E o terceiro – e mais importante evento – foi a efetiva criação do Movimento Nacional de

Catadores de Materiais Recicláveis no ano de 2001 durante a realização do I Congresso de Catadores de Materiais Recicláveis MNCR (2003).

Um importante embasamento para a consecução de objetivos dos catadores foi primordialmente o surgimento do MNCR, ou seja, o Movimento Nacional dos Catadores (as) de Materiais Recicláveis que teve origem em meados de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, sendo fundado em junho de 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores (as) de Materiais Recicláveis em Brasília. No congresso, foi lançada a Carta de Brasília, documento que expressa as necessidades e anseios dos catadores MNCR (2011).

A criação do movimento citado contou com a participação de 1.700 catadores de todas as partes do Brasil e gerou o documento denominado Carta de Brasília em que constava as demandas dos catadores para a efetivação de melhorias e políticas específicas para a categoria. Aliás, essa foi a grande consequência da criação do MNCR, ou seja, a institucionalização da percepção dos catadores da importância de se enxergarem enquanto uma categoria a qual possui a sua própria identidade e objetivos comuns e específicos.

Outro fator resultante da criação do MNCR foi a percepção desses agentes encontrarem um nome que substituísse os termos depreciativos com os quais eram tratados e, assim, os mesmos definiram a terminologia, em 2001, que seria mais adequada a atividade desempenhada por eles. Assim, passaram a usar a terminologia catadores de materiais recicláveis, o que também surge como um fator que os agrega enquanto categoria de trabalho e que fortalece o reconhecimento de uma identidade comum (SCHERER-WARREN; LUCHMANN, 2011).

Os princípios fundamentais que servem de regimento para as ações do MNCR são:

[...] incentivo à autogestão e à organização dos catadores; independência de classe em relação aos partidos políticos, governos e empresários; luta pela gestão integrada dos resíduos sólidos com participação ativa dos catadores; busca de tecnologias viáveis que garantam o controle da cadeia produtiva; apoio mútuo e solidariedade de classes em busca da garantia de acesso a direitos fundamentais; luta contra a privatização dos serviços públicos de saneamento básico, incluindo os de limpeza urbana (SILVA, 2017, p. 19).

Com tais diretrizes a serem buscadas cotidianamente, o MNCR angariou várias conquistas de suma importância para o grupo social que representa e tais conquistas foram regulamentadas por leis as quais discorreremos a seguir. A primeira diz respeito à Portaria 397/2002 do Ministério do Trabalho o qual passou a reconhecer a atividade “catador de

material reciclável” como pertencente à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) o que, na prática, foi a conquista do reconhecimento desses agentes como categoria profissional.

O segundo marco legal conquistado pelo MNCR junto ao Governo Federal foi o Decreto de 11 de setembro de 2003 que instituía o Comitê para a Inclusão Socioeconômica dos Catadores que teria como objetivo a formulação de políticas públicas voltadas para os catadores. Depois veio o Decreto 5.940/2006 que destinava o material reciclável dos órgãos públicos para os catadores. No ano seguinte veio a Lei 11.445/2007 a qual permitia a celebração de contrato de prestação dos serviços com dispensa de licitação.

Em 2010 foi promulgada a Lei 12.305/2010 que decretava o fim dos lixões e a efetiva inclusão dos catadores no processo de coleta seletiva. E, por fim, veio o Decreto 7.405/2010 que criou o programa Pró-Catador, destinando recursos para a organização de empreendimentos de catadores os quais tivessem caráter coletivo Arantes (2015).

Para a conquista efetiva dos objetivos preconizados por essas legislações voltadas exclusivamente para os catadores de materiais recicláveis, eles buscaram nas associações e nas cooperativas formas possíveis para desempenharem suas atividades laborais para que, de fato, fossem contemplados pelas políticas e benefícios determinados pela legislação citada.

São muitas as especificações para um empreendimento poder vir a ser chamado de associação assim como de cooperativa. Se por um lado a organização dos catadores enquanto grupos de ação coletiva pode lhes conferir mais benefícios e, por vezes, a segurança da preservação de alguns direitos e de sua identidade enquanto categoria profissional, gostaríamos de salientar algumas dificuldades que por vezes podem aparecer como entraves à consecução de seus objetivos. A seguir, observaremos o Quadro 3, com algumas distinções entre associações e cooperativas necessárias para um melhor entendimento sobre a questão aqui abordada.

O desconhecimento de certas diretrizes administrativas e dos próprios dispositivos legais que poderiam lhes auxiliar no incremento de suas rendas, ao menos no que tange nas primeiras sondagens que realizamos na ASCAMAR e na COOPRESL, revelaram que a falta de conhecimento sobre certos trâmites burocráticos acabou por diminuir a possibilidade de realização de alguns objetivos das entidades citadas. Mas este ponto será mais debatido nesta pesquisa no capítulo que versa exclusivamente sobre tais entidades.

Quadro 3. Diferenças entre Associação e Cooperativa.

Itens	Associação	Cooperativa
Legislação	Lei nº 9.790/1999 ¹ Lei nº 10.406/2002 ²	Lei nº 5.764/1971 ³ Lei nº 12.690/2012 ⁴
Constituição	Mínimo de duas pessoas.	Mínimo de vinte pessoas até 2012. A partir de 2012, mínimo de sete pessoas, no caso de cooperativas de trabalho.
Capital social	Não possui capital social.	Possui capital social formado por quotas.
Patrimônio	Não pertence aos associados, mas sim à sociedade.	Pertence aos associados em proporção ao capital subscrito de cada um.
Nota fiscal	Não emite.	Emissão por bloco ou meio eletrônico.
Previdência	Sem obrigatoriedade de recolhimento.	A cooperativa não recolhe. Mas tem que reter 11% da remuneração dos cooperados e repassar para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
Programa de Integração Social (PIS)	Isenta.	Recolhe 0,65% do faturamento total.
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	Isenta.	As cooperativas devem pagar 3% sobre o faturamento total.
Imposto de Renda (IR)	Isenta, com declaração obrigatória.	Isenta, com declaração obrigatória.
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	Isenta.	Isenta.

Fonte: Arantes (2015).

Notas: - 1 Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm>.

- 2 Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>.

- 3 Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm>.

- 4 Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112690.htm>

Ainda sobre o contexto histórico responsável pela reconfiguração da atividade laboral dos catadores de materiais recicláveis, é salutar discorrermos sobre o surgimento das primeiras associações e cooperativas que foram formadas por eles e como essa reconfiguração tornou possível o fortalecimento de uma ação coletiva defendida e organizada pelos catadores.

Segundo Silva (2017), a primeira cooperativa de catadores de que se tem notícia foi a Cooperativas dos Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE) que foi fundada em São Paulo, primeiro como associação, e depois veio a se tornar uma cooperativa. Em 1990, surgiu a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material

Reaproveitável de Belo Horizonte (ASMARE), primeiramente com o apoio da Pastoral de Belo Horizonte e, mais tarde, com o auxílio do município; no início, tal associação contava com dez membros, depois passou a contar com trezentos catadores sendo considerada um modelo a se seguir nesse tipo de empreendimento.

A ASMARE formou junto com outras nove cooperativas de catadores em Belo Horizonte a primeira rede de economia popular neste segmento - a qual recebeu o nome de Cataunidos – no ano de 2006. De acordo com o autor citado:

[...] a formação de redes e articulações para melhorar seu potencial comercial pode evitar ou ao menos diminuir a dependência da intermediação que restringe as margens de ganho na venda de seus produtos, além de possibilitar a inserção de grupos residentes em regiões distantes de indústrias compradoras (SILVA, 2017, p. 29).

Fechadas essas pontuações históricas, gostaríamos de ressaltar a importância da formação do MNCR enquanto movimento que confere identidade aos catadores e lhes possibilita a formação de entidades que, por meio da ação coletiva, podem ser capazes de obter mais recursos – como por exemplo maquinários necessários à produção ou equipamentos de proteção individual – gerando conquistas diversas aos catadores.

Porém, também vale à pena sublinharmos que a construção dessa identidade dos sujeitos citados perpassa, por vezes, pela série de constrangimentos e lutas por alguma visibilidade pela qual passam, e essas experiências permitem que sejam considerados tão relevantes para o debate sociológico no qual gostaríamos de lhes inscrever.

1.3 Meio ambiente, sustentabilidade e economia circular: as relações com os catadores.

Para estabelecermos tal relação, faz-se necessário situarmos em que panorama econômico, histórico e social os catadores estão inscritos e quais são os aspectos mais fortemente levados em conta no que concerne a este tema. Sendo assim, a seguir, elencaremos a presente discussão com as temáticas da origem histórica da problemática do meio ambiente para a comunidade científica; a sustentabilidade no Brasil e as relações desta com os catadores; a política nacional de resíduos sólidos como marco histórico de mudança para a atividade; e os índices sobre a coleta seletiva e a atividade dos catadores no Brasil.

Na obra *O Aquecimento Global*, Ângelo (2007) conseguiu sistematizar, numa espécie de linha do tempo, o crescimento da preocupação com o meio ambiente. Esta abordagem, a

princípio, nos parece interessante e objetiva, visto que não encontramos um consenso histórico no que tange a essas preocupações ambientais; alguns autores apontam o marco inicial dessa abordagem ainda nos tempos da Revolução Industrial e tantos outros só concebem esse eixo de pensamento a partir de meados do século XX.

Ângelo (2007) toma como base para a formação de sua linha do tempo a qual desvela a preocupação com o meio ambiente as publicações de obras inteiras no tocante a esta temática. Segundo sua sistematização, em 1896 houve a primeira relação entre liberação de gás carbônico e aquecimento global, realizada pelo físico sueco Svante Arrhenius. Já em 1957, o oceanógrafo Revelle publicou um artigo científico acerca da não absorção, pelos mares, do gás carbônico produzido pelas atividades humanas. Alguns anos depois, em 1962, a bióloga Rachel Carson publicou um livro sobre os efeitos nocivos do DDT nas lavouras.

Em 1971, de acordo com Ângelo (2007), o grande marco histórico seria o surgimento de grupos ambientalistas, destacadamente o grupo Greenpeace que, à época, organizava mobilizações contra as atividades de usinas nucleares. Em 1988, fora realizado o IPCC – *Intergovernmental Panel on Climate Change* – Painel Intergovernamental sobre mudanças climáticas, órgão criado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) logo após o Jornal *New York Times* fazer uma ampla reportagem, no mesmo ano, com as primeiras reportagens em tom mais alarmante sobre a questão ambiental em sua totalidade, dando ênfase ao aquecimento global.

Para termos outro parâmetro, além da publicação de importantes artigos científicos e jornalísticos, podemos sublinhar a importância de três grandes encontros mundiais que tiveram como tema principal a preservação do meio ambiente. O primeiro, em 1972, foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizado em Estocolmo, e que debatia, pela primeira vez, que os recursos naturais não eram inesgotáveis.

O segundo grande encontro mundial relativo a este tocante fora a Rio 92, realizado em 1992 no Rio de Janeiro, onde houve tanto o reconhecimento dos efeitos nocivos do desenvolvimento econômico para o meio ambiente, bem como produzem dois importantes documentos para a preservação ambiental: a Convenção da Biodiversidade e a Agenda 21. E, em 2012, a terceira grande reunião, a Rio + 20 (Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável). O documento produzido pelo encontro desta cúpula de líderes mundiais foi considerado um fracasso pelos especialistas, pois apenas constatou os problemas

socioambientais, não trazendo soluções nem grandes comprometimentos no que tange à agenda de preservação ambiental.

No que concerne à utilização do conceito de “desenvolvimento sustentável”, o mesmo passou a ser concebido em 1987, quando a ONU lançou o Relatório *Brundtland* (1987). Tal documento definiu que o desenvolvimento seria “um processo que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (RELATÓRIO *Brundtland*, 1987, p. 9).

Apesar da atual concepção de desenvolvimento sustentável estar atrelada ao meio ambiente, o relatório discorria, principalmente, sobre os papéis dos países vistos como ricos e os dos países do chamado Terceiro Mundo, dando especial ênfase ao papel da educação e de uma suposta missão das religiões em ofertar essa educação ambiental e econômica sem apontar como isso poderia ser operacionalizado.

Feil e Schreiber (2017), em um artigo sobre as possíveis distinções entre os termos “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade” e “sustentável”, esclarecem que a sustentabilidade teria ganhado espaço a partir das discussões acerca das fontes energéticas e dos recursos naturais; enquanto que “sustentável” seria um alicerce que abrangeria tanto o “desenvolvimento sustentável” quanto a ideia de “sustentabilidade”, visto que tem como premissa toda iniciativa que possui como preocupação o futuro do meio ambiente, dos recursos naturais e da vida humana.

Para os autores citados:

[...] os atributos de sustentável, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável possuem significados distintos, pois cada um relaciona-se a uma *práxis* específica. Entretanto, não podem ser consideradas práticas isoladas, pois o êxito no alcance do sustentável ocorre via combinação do conjunto de atributos da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável (FEIL; SCHREIBER, 2017, p. 12).

Segundo as diretrizes da Organização das Nações Unidas, no que concerne aos objetivos do milênio, percebemos que a preservação do meio ambiente é condição *sine qua non* para consecução dos seus maiores pontos de observância e especificamente o sétimo objetivo estabelecido pelo Programa das Nações Unidas o qual seria garantir a sustentabilidade ambiental. Segundo eles, percebemos sobretudo os objetivos sociais que permeiam a questão e norteiam a ONU, o Brasil melhorou, nas últimas duas décadas, em termos de água e saneamento básico, mas ainda fica a desejar em relação às moradias e à destinação do lixo.

Para a Organização das Nações Unidas, o papel dos catadores é visto como preponderante no que o organismo denomina como “círculo virtuoso” da reciclagem. Para a ONU (2012), os catadores teriam a oferecer os serviços de coleta, a triagem, a recuperação e a reciclagem de resíduos a custo razoável. E o organismo citado aponta frequentemente dois agentes os quais poderiam fortalecer os programas de reciclagem realizados pelos catadores: os agentes públicos municipais e o Banco Mundial, mas nesta publicação acaba por não especificar de forma mais aprofundada quais seriam os papéis desses agentes.

O detalhamento que buscamos e organizado pela ONU, no tocante ao tema dos catadores, foi divulgado no início de 2019 e será tratado um pouco mais à frente nesta pesquisa quando abordarmos especificamente a questão da economia circular.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2013), a questão referente ao tratamento devido aos resíduos sólidos só passou a ser mais discutida após o início dos anos 1980, quando o desenvolvimento sustentável passou a integrar mais comumente a agenda política mundial e a reciclagem – a qual seria, em linhas gerais, um processo de conversão de desperdício em materiais ou produtos de potencial utilidade – passou a ser considerada parte *sine qua non* da possibilidade deste tipo de desenvolvimento que preconiza a soma entre economia e meio ambiente e não o antagonismo entre ambos.

A coleta seletiva integrada, de acordo com a pesquisa do IPEA (2013), ativamente o processo de reciclagem, visando tanto a triagem dos diferentes tipos de materiais a serem reutilizados e/ou reaproveitados, assim como diminui os custos para a reciclagem, pois impede – ou diminui no princípio desta cadeia de produção – a contaminação dos materiais os quais serão comercializados.

As principais formas de coleta seletiva no mundo são: porta a porta (quando veículos fazem o recolhimento dos recicláveis em dias diferentes da coleta normal de lixo); os postos de entrega voluntária (onde o cidadão deposita os recicláveis em contêineres dispostos pelos municípios); os postos de troca (troca dos recicláveis por algum bem ou benefício); e o programa interno de coleta seletiva, que é realizado em instituições parceiras de associações de catadores).

No que concerne à economia circular e como se situariam nesse campo os catadores de materiais recicláveis, vale ressaltarmos que é relevante trazermos à mesa a temática concernente à logística reversa, bem como o incremento de produções bibliográficas referentes a essa forma de economia.

A nível de negócios ou do chamado mundo empresarial, há um crescente uso do termo específico logística reversa. Este conceito também tem suas origens imprecisas, mas sublinharemos aqui seu fortalecimento enquanto base de pensamento utilizada pelo mundo acadêmico a partir dos anos 70 do século XX. Para Barreto et al. (2015):

A logística reversa é parte integrante da gestão da cadeia de suprimentos, preocupando-se com o que acontece nas etapas de pós-venda e pós-consumo dos bens distribuídos pela cadeia. Os bens de pós-venda voltam ao ciclo produtivo antes de chegar ao cliente final (BARRETO et al.,2015, p. 3).

Assim, a logística reversa se preocupa fortemente com as maneiras de retorno dos materiais ao ciclo de produção a fim de atingir dois grandes objetivos: baratear o processo de produção através do reaproveitamento de materiais e a manutenção da sustentabilidade como afluente de todo o processo produtivo. No Brasil, essa preocupação se intensificou a partir da Lei 12.305/2010 a qual estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), o que acabou gerando uma maior atenção para o potencial de recuperação e de possíveis reaproveitamentos dos materiais.

Barreto et al. (2015) apontam como a logística reversa tem agregado cada vez mais potencial no sentido estratégico de fortalecimento das empresas, visto que a utilização de práticas sustentáveis tem sido capaz de conferir algumas vantagens na competição entre as empresas, bem como salientam a importância que os consumidores têm passado a dar para as empresas as quais não conferem prioridade apenas para a questão do consumo, mas primordialmente para aquelas que se preocupam com o meio ambiente de alguma forma.

Porém, os referidos autores nos dizem que muito embora a lógica de maior credibilidade aos agentes participantes da cadeia produtiva que tem como base a logística reversa seja cada vez mais divulgada, parece que esse fortalecimento econômico, essa maior rentabilidade, não chegou para o segmento dos catadores. A PNRS trouxe sim, segundo os autores, maior visibilidade para os catadores no que seja relativo ao processo da logística reversa, sobretudo para os catadores pertencentes a associações e a cooperativas. Mas algumas implicações acabaram por surgir e outras por se manter.

Um primeiro fator apresentado pelos autores diz respeito ao baixo preço pago pelos materiais recicláveis. Eles sublinham que:

[...] por não conseguirem vender diretamente para a indústria, ou por limitação de estrutura física ou baixa quantidade de materiais, ou por não conhecerem toda a

cadeia de reciclagem de resíduos sólidos, realizam suas vendas diretamente aos atravessadores que exploram o valor do produto por não haver diversidade de compradores (BARRETO et. al., 2015, p. 5).

O segundo fator levado em consideração por estes autores como obstáculo a um maior desenvolvimento econômico da atividade dos catadores é relativo à falta de sedes próprias, o que acarreta uma contínua e sistemática dependência em relação a outros agentes. Eles nos dizem que:

[...] para aqueles que estão organizados por entidades representativas, ainda são dependentes de recebimento de apoio e muitos ainda não possuem sede própria e àqueles que possuem ela é cedida ou emprestada, o que mostra que os catadores estão em situação desfavorável para conseguir a autonomia pelos meios de produção (BARRETO et. al., 2015, p. 5).

Os autores também sublinham a importância da compreensão de todo o processo do ciclo de produção dentro das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis e como a logística reversa funcionaria de forma holística dentro de cada uma delas caso houvesse maior independência das mesmas, tanto em relação aos atravessadores, como em relação à posse de sede própria e de meios de transporte dos materiais.

As associações e cooperativas de catadores coletam ou recebem os resíduos e a partir daí se inicia o processo de triagem do que é reutilizável e do que é orgânico, visto que em grande parte das vezes esses resíduos não chegam previamente separados de forma adequada no Brasil. Os passos seguintes seriam a prensagem, o picote, o enfardamento, o armazenamento e o repasse para os compradores que os fazem chegar até o usuário final do produto. Também ressaltam que o processo de logística reversa nas associações e cooperativas não terminaria somente nas indústrias, visto que os produtos por elas gerados podem ser transformados em artesanato, bem como em mobiliário o que, como percebemos, vai muito além da mera separação e classificação dos resíduos.

Barreto et. al. (2015) buscaram analisar as contribuições ditas sustentáveis advindas das práticas associativas de catadores de materiais recicláveis no município de Palmas, no Tocantins. Os autores concluem, em seu estudo, que apesar da presença do associativismo nas entidades por eles estudadas, as mesmas carecem ainda em demasia de aportes tanto na questão referente à infraestrutura do local onde desempenham suas atividades, bem como no que concerne ao maquinário necessário para uma efetiva melhoria na produção. Também

apontam um certo descaso do poder público municipal que ainda, segundo eles, não teria efetivado a coleta seletiva na cidade de Palmas.

Toda essa coleção de fatores seria, segundo os autores citados, responsável tanto pelo baixo valor pago pelos atravessadores quando da compra dos materiais recicláveis, quanto da baixíssima renda mensal obtida pelos associados, fatores esses que precarizam a atividade, bem como não permitem o desenvolvimento do potencial econômico de tais empreendimentos no que se refere ao processo assim chamado de logística reversa.

Ainda no que se refere à economia circular, o estudo realizado por Araújo e Queiroz (2017) se apresenta como bastante relevante para entendermos um outro ponto crucial sobre essa discussão: o aumento das produções acadêmicas sobre a economia circular. As autoras se debruçaram sobre a produção intelectual realizada sobre esse tema na base da CAPES entre os anos de 2007 e 2017 e chamam a atenção para as transformações que vieram com a passagem da chamada economia linear para a circular.

A economia circular seria assim definida pelas autoras citadas:

[...] consiste em um ciclo de desenvolvimento contínuo que preserva e aprimora o capital natural, otimiza a produção de recursos e minimiza riscos sistêmicos administrando estoques finitos e fluxos renováveis, oferecendo diversos mecanismos de criação de valor dissociados do consumo de recursos finitos (ARAÚJO; QUEIROZ, 2017, p. 5).

O artigo das pesquisadoras traz à luz uma polêmica que serve de reflexão para os pesquisadores da área: a baixíssima produção de artigos brasileiros no tocante à economia circular. Elas concluem seu estudo com inúmeros quadros comparativos sobre as produções pelas origens dos países de atuação dos autores. O país que possui o maior número de publicações com esse tema é a China, seguido do Reino Unido.

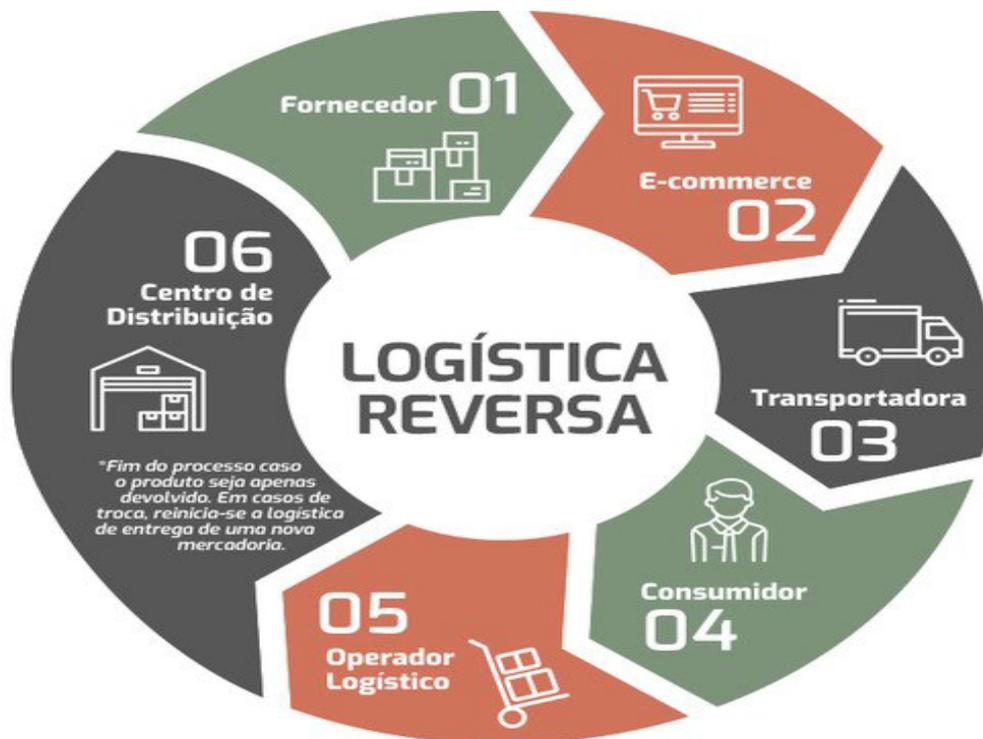
As autoras chegam à seguinte conclusão ao final do referido estudo:

[...] observou-se que o assunto ainda é novo em relação às demais abordagens de sustentabilidade, mesmo assim apresenta convergência com relação a essas questões...nota-se também o predomínio de pesquisas bibliográficas, o que significa que as análises ainda estão no campo teórico e conceitual, sendo necessários esforços para viabilizar a implementação do modelo (ARAÚJO; QUEIROZ, 2017, p. 16).

A seguir, podemos ver de forma mais resumida, mas que ainda assim suscita possíveis reflexões, os processos tratados durante todo este tópico acerca da coleta seletiva, da logística reversa e, por fim, sobre a economia circular (ver Figura 3, Figura 4, Figura 5 e Figura 6).

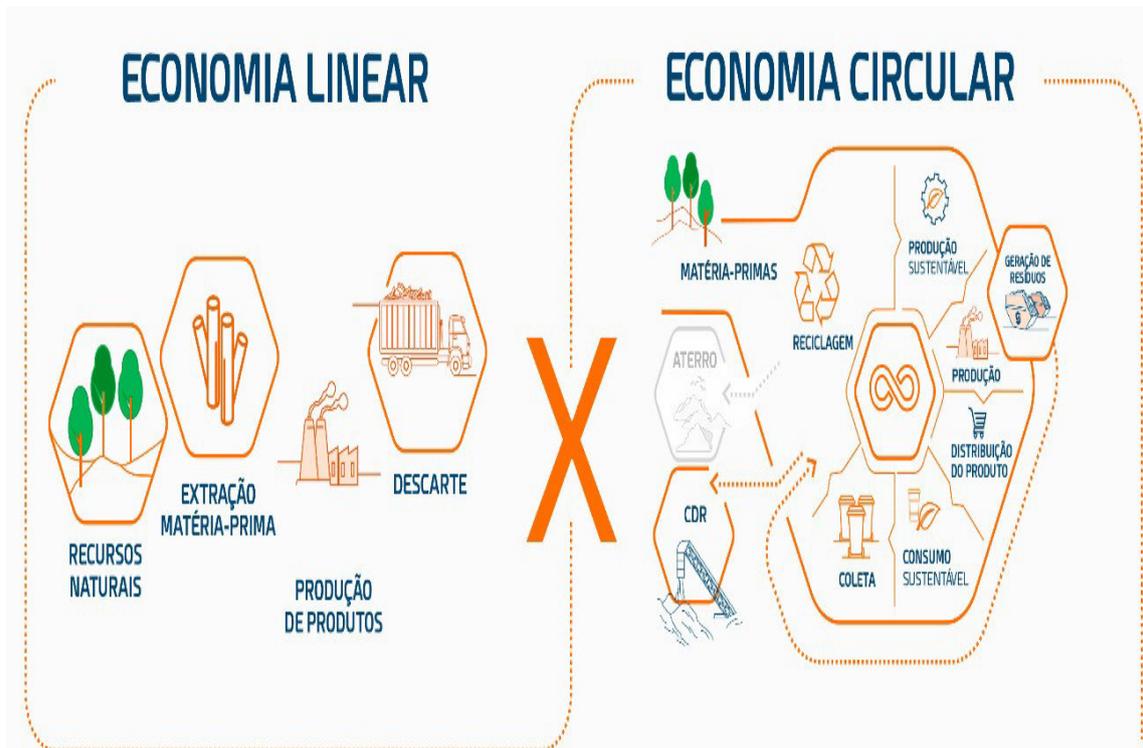
Até o presente momento, percebemos o quanto a questão do meio ambiente baseada na preconização do desenvolvimento sustentável está altamente imbrincada com a atividade desempenhada pelos catadores. Percebemos uma crescente atenção e utilização do debate sobre esse grupo e a confluência de fatores que os tornam primordiais para a sustentabilidade do planeta.

Figura 3– Processo de logística reversa.



Fonte: Traycorp, 2018.

Figura 4 – Algumas diferenças entre as economias linear e circular



Fonte: Grupo Salmeron, 2018.

Figura 5 – Processo de economia circular.



Fonte: Ideia Circular, 2018.

Figura 6 – Economia circular e destinação final.



Fonte: Sustentabilidade e a Economia Circular – APECER, 2018.

As perguntas que desejamos ensinar ao possível leitor desta pesquisa são apenas estas: podemos perceber, da mesma maneira, uma maior visibilidade do catador enquanto ser humano? Em que medida os catadores são, de fato, colocados como protagonistas do processo de gestão de resíduos?

1.4 A relação entre os catadores e a economia solidária

Já no que se refere às contribuições teóricas sobre a economia solidária – vertente econômica que abrange as associações e cooperativas de catadores – buscaremos trazer não só as concepções mais aceitas sobre tal temática, mas também as problemáticas apontadas pelos próprios estudiosos da mesma e as relações de tal segmento econômico com os catadores.

Para Singer (2002), autor percebido como o maior entusiasta da economia solidária no Brasil, “a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa

proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais” (SINGER, 2002, p. 29).

O referido autor sublinha e defende que nem a competição generalizada nem a desigualdade são processos naturais, ou seja, inerentes aos indivíduos; estes seriam processos frutos de construções de dominação numa estrutura desigual alicerçada por um modo de produção específico, o qual seja o capitalismo. De acordo com o mesmo, a economia solidária seria um novo modo de produção no qual existiria a preconização das liberdades individuais e a ênfase no poder advindo da associação.

E um dos pontos cruciais para que isto, segundo ele, fosse possível seria a diferenciação entre salário e retirada. Esta última seria praticada nos EES e equivalente à receita produzida pela entidade a cada mês. Mas, que fique claro que o autor atentava sim para os níveis de hierarquização dentro desses empreendimentos de acordo, por exemplo, com as qualificações de seus associados.

Coube a este autor também enfatizar que “a reinvenção da economia solidária não se deve apenas aos próprios desempregados e marginalizados. Mas também à Igreja Católica e a outras igrejas, a sindicatos e às universidades” (SINGER, 2002, p. 47). Assim, ele reitera a importância desses segmentos no apoio à fomentação de novos EES e sublinha a importância das chamadas incubadoras de tais empreendimentos organizadas por universidades, por exemplo.

Há quem possua uma visão mais dura – ou menos utópica – acerca dos empreendimentos de economia solidária. Araújo, Lima e Rodrigues (2011) elucidam que:

[...] os empreendimentos solidários respondem mais a políticas compensatórias do que efetivamente a uma alternativa a um emprego formal [...] sua predominância em setores historicamente precários, além de serem de baixa remuneração, concentram trabalhadores pouco qualificados (ARAÚJO; LIMA; RODRIGUES, 2011, p. 128).

A perspectiva de solidariedade, assim, é vista pelos referidos autores como algo menor frente ao caráter misto dessas entidades as quais ainda possuiriam os pés fincados no capitalismo, assim como são percebidas por eles como novas formas de políticas assistencialistas serem implantadas no Brasil.

Vale reiterarmos a importância da influência de Leite, Araújo e Lima (2015) para a nossa pesquisa no que condiz a observância da formação de redes de movimentos sociais tendo como ponto de aglutinação os mecanismos de cooperação e de solidariedade. Assim,

temos um grande interesse na percepção de como os EES locais trazem em suas identidades causas diversificadas e cada vez mais plurais e de que forma se relacionam com as causas dos EES de caráter nacional em relação a essas mesmas causas.

E, assim como os referidos autores, gostaríamos de observar se houve uma mudança profunda no caráter dos EES no que concerne a possíveis mudanças nas nuances de movimentos sociais para uma mudança de natureza, sendo estes possíveis resultados de políticas públicas, dada a relevância desta temática da economia solidária para os Estados nos últimos anos no Brasil.

Outro aspecto que certamente levamos em consideração em nossa pesquisa se refere às dimensões do trabalho e da formação de redes de movimentos sociais abordadas de forma singular por Leite, Araújo e Lima (2015) os quais elucidam tanto a pluralidade de cooperativas de geração de renda como e, principalmente, se inscrevem no debate sobre o fato dos EES serem parte de um movimento social ou de um somatório de movimentos sociais.

Os autores citados sublinham que o aspecto de rede é crucial para que os EES consigam aglutinar uma gama tão diversificada de agentes e de demandas de diferentes movimentos sociais, pois estes seriam reunidos por essas entidades pelos princípios de liberdade, de autogestão e de democracia. Assim, a economia solidária, segundo estes autores, seria formada por diversos movimentos sociais imersos num movimento mais amplo que tem como base o trabalho e que propõe a liberdade no que tange à gestão e a solidariedade como ponto de coesão e de identidade.

Silva (2017) fez a análise dos principais dados disponibilizados pelo SIES e sublinhou algumas considerações pertinentes em relação a essa área de atuação produtiva, assim como operacionalizou alguns dos fatores que sublinhamos até aqui. Como veremos mais à frente nas próximas tabelas, o autor nos revela que a região que apresenta maior concentração de empreendimentos de economia solidária (EES) é a Nordeste, com 40,8% da participação mapeada na área.

Outro dado revelado pela análise de Silva (2017) é o que nos diz que mais da metade da atuação das EES se concentra em áreas rurais, ou seja, apresenta participação de 54,8% em zonas rurais contra 34,8% de EES em áreas urbanas. Segundo o autor, esse último dado não representaria, necessariamente, uma contraposição, mas sim uma possível revitalização dos processos de mobilização nas chamadas zonas rurais.

Um dado interessante debatido por Silva (2017) é que, muito embora as iniciativas de economia solidária tenham recebido maior visibilidade a partir do final do século XX, e inclusive a grande quantidade de EES brasileiras terem surgido a partir dos anos 2000, a primeira iniciativa de economia solidária brasileira data do final do século XIX, mais precisamente do ano de 1885.

A iniciativa pioneira acima citada faz referência a um grupo de artesanato de mulheres em uma comunidade quilombola no Nordeste. Apenas outros dez empreendimentos de economia solidária teriam dito no mapeamento que foram criadas antes do ano de 1930 e a maioria também no setor de atividade econômica do artesanato.

Outro dado interessante revelado pela pesquisa de Silva (2017) diz respeito às motivações elencadas pelos sujeitos para se inserirem na área dos empreendimentos de economia solidária. A maior motivação, segundo a pesquisa citada, seria a busca por uma fonte complementar de renda. Vale aqui ressaltarmos que, segundo o autor, essa motivação foi preponderante em relação às demais devido ainda ao grau elevado de informalidade no setor produtivo citado.

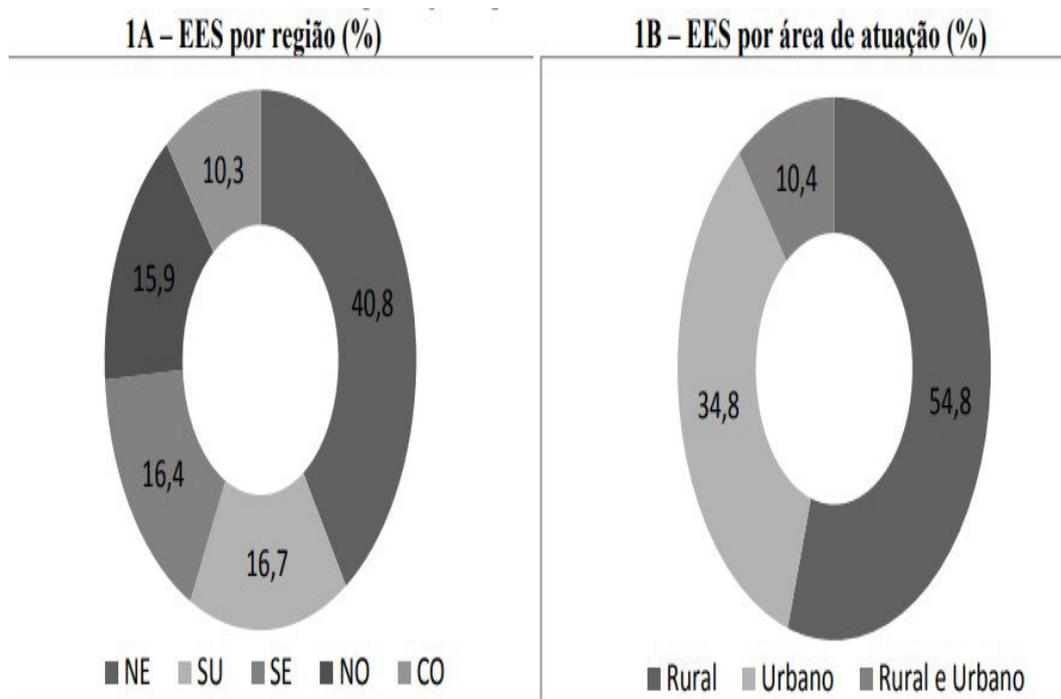
Segundo ele, no que tange às cooperativas legalmente constituídas e organizadas, o que mais prevaleceu como motivação para as suas criações foram tanto a possibilidade de geração de renda, quanto o acesso a financiamento e a diversos apoios para o crescimento das mesmas.

Essas considerações serão mais percebidas a partir da verificação do Gráfico 2 e da Tabela 2 a seguir.

Em relação à questão de gênero, os dados a princípio nos surpreenderam, mas quando melhor trabalhados em comparação à forma de organização dessas EES, ficou mais tangível a percepção do tipo de desigualdade de gênero presente no mercado de trabalho brasileiro, que não se torna muito discrepante inclusive nos dados sobre os empreendimentos de economia solidária.

Sobre a questão citada, de acordo com a pesquisa realizada por Silva (2017), mais da metade do quadro social nas EES é do sexo masculino apresentando participação de 56,4% contra 43,6% do sexo feminino (ver Gráfico 3). Mas quando o autor nos mostra o comparativo dentro do próprio setor produtivo analisado o quadro fica mais claro.

Gráfico 2 - Distribuição dos EES por região e por área de atuação.



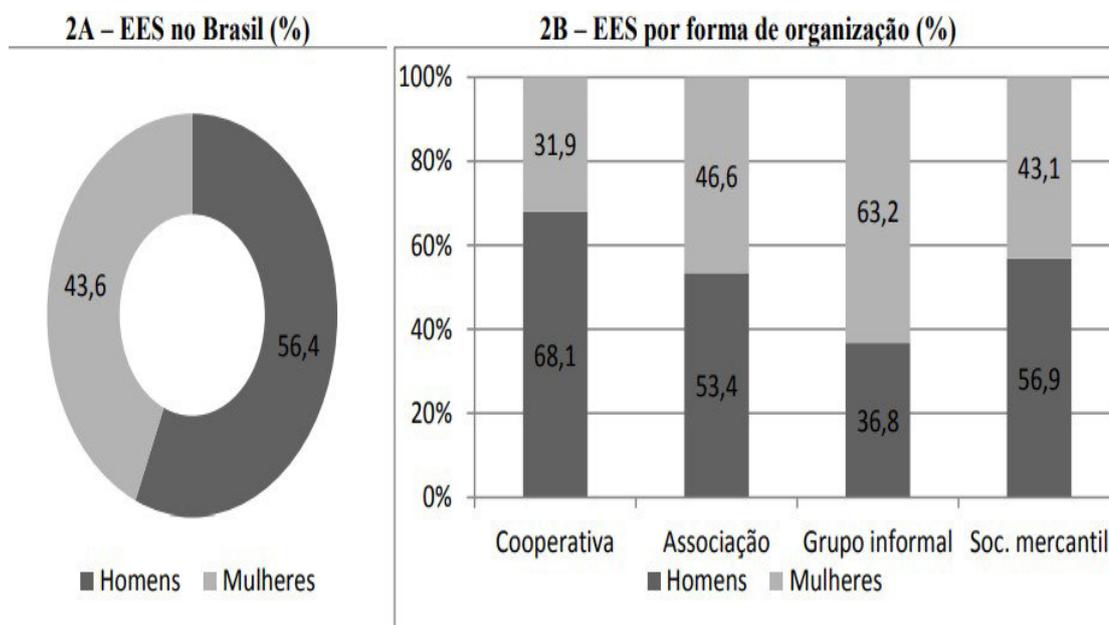
Fonte: Banco de dados do SIES, Silva, 2017.

Tabela 2 - Principais motivações para a constituição dos EES.

Motivações	Total	%
Fonte complementar de renda	9.624	48,8
Alternativa ao desemprego	9.106	46,2
Maiores ganhos em empreendimento associativo	8.471	43,1
Atividade na qual todos são donos	8.024	40,7
Desenvolvimento comunitário	5.646	28,6
Condição para ter acesso a financiamentos e apoios	4.130	21,2
Motivação social, filantrópica ou religiosa	3.801	19,3
Alternativa organizativa e de qualificação	3.160	16,1
Incentivo de política pública	3.113	15,8
Atuação profissional em atividade específica	2.828	14,3
Fortalecimento grupo étnico	1.912	9,7
Produção/comercialização de produtos orgânicos	1.607	8,2
Organização de beneficiários de políticas públicas	1.510	7,7
Recuperação de empresa privada	601	3,1
Outro	1.890	9,6

Fonte: Banco de dados do SIES, Silva, 2017.

Gráfico 3 - Composição dos EES por gênero



Fonte: Banco de dados do SIES, Silva, 2017.

Enquanto nas cooperativas a proporção acima citada é verificada, ou seja, há um maior número de homens nas mesmas em relação às mulheres, nas organizações informais de EES a proporção se inverte. Assim, os grupos informais apresentam um maior número de mulheres em sua atuação, com porcentagem de 63,2% do quadro social analisado. A questão de gênero não é o mote principal de nosso estudo, mas ainda assim é extremamente relevante, já que as duas entidades analisadas nesta pesquisa são lideradas por mulheres.

Silva (2017) termina sua análise discorrendo sobre as fragilidades que perpassam as EES no sentido de obtenção de capital de giro e da própria comercialização de seus produtos, assim como fala das dificuldades ainda enfrentadas no tocante à obtenção de crédito para implantação de investimentos e/ou compra de insumos. Porém, essas correlações de caráter puramente econômico não são os maiores objetivos da presente pesquisa.

No tocante aos dados apresentados pelo Observatório da Economia Solidária e do Cooperativismo (ONESC), entidade criada em 2015 em parceria entre o Ministério do Emprego e Trabalho e o DIEESE, com a finalidade de divulgar e mapear os dados do setor citado, nos chamaram a atenção inúmeros dados, mas de forma mais preponderante os que veremos a seguir.

Um dado diz respeito ao número de estabelecimentos ligados à economia solidária no país por unidade da Federação, e o outro faz menção ao número de cooperativas de crédito

por unidades da Federação. No Maranhão, no que tange a esse último ponto, conta-se com apenas seis cooperativas de crédito em todo o estado no ano analisado.

Já para Dowbor (2008), os EES trazem em seu cerne muitos desafios, mas também são percebidos por ele como formas de replicação de projetos a nível nacional tendo em vista os impasses, claro, com a concessão de microcrédito, mas ainda sim seriam instituições capazes, segundo este autor, de resolverem impasses locais os mais diversos, num primeiro plano; e num segundo momento ofereceriam ferramentas para mudanças de ordem maior.

Um estudo que nos oferece respaldo sobre a análise *quali-quantitativa* acerca da temática aqui abordada é o de Culti, Koyama e Trindade (2010), que procuraram equalizar o estudo dos recursos do EES que buscou analisar e os resultados efetivamente conquistados por eles levando em consideração tanto a identidade dos mesmos, bem como os movimentos sociais os quais perpassaram por estes EES.

Os referidos autores conseguiram abarcar a análise tanto da dimensão do trabalho nesses empreendimentos, no que concerne às tipologias mais relevantes, assim como reuniu muito matéria acerca da dimensão sociopolíticas das referidas entidades. Conseguiram, assim, definir características dos EES que analisou, estabelecendo parâmetros sociológicos e estatísticos para o seu estudo, o que de fato também buscaremos em nossa pesquisa.

No que se referem aos dados específicos dos EES ligados à reciclagem, de acordo com o levantamento empreendido por Culti, Koyama e Trindade (2010), 84,1% dos consultados disseram que a reciclagem é a atividade profissional desempenhada por eles; o restante disse que a mesma se trata de atividade para complementar sua renda familiar. A maior dificuldade apontada pelo EES de reciclagem seria a comercialização de seus produtos (56,7%). A maior desses empreendimentos é composta por um número muito reduzido de membros (59,8% disseram ter até 20 associados e/ou cooperados). A presença maior de mulheres também é algo marcante (59,9% dos EES de reciclagem é formado por elas) IPEA (2013).

Outro fator interessante para ressaltarmos aqui é que a maioria desses empreendimentos (56,5%) surgiu após o ano de 2005 e a região Sudeste concentra a maioria desses tipos de entidades (54,8%). E a maior parte deles ainda não é uma associação nem uma cooperativa, mas sim um empreendimento que ainda está na informalidade (40,3%).

Apesar de todos esses números e do quanto a ação coletiva passou a ser percebida como componente extremamente importante para o fortalecimento de EES de reciclagem, seja pela aplicação da legislação vigente específica para eles (e aqui já abordada), bem como

através da conquista da Política Nacional de Resíduos Sólidos, ainda existe um número que chamou muito mais a nossa atenção em relação à pesquisa de Culti, Koyama e Trindade (2010). Ele diz respeito ao fato de que apenas dez por cento dos trabalhadores ligados a esse setor esteja ligado a associações ou cooperativas. Ou seja, ainda preferem atuar de forma individualizada.

Alguns fatores podem vir a explicar a preferência pela atuação individual, como a desinformação das exigências para a adesão a uma associação ou cooperativa ou o sentimento e/ou opinião de que os ganhos poderiam ser mais altos numa atuação solitária enquanto profissionais. Tais questionamentos serão tratados de forma mais detalhada no tocante à ASCAMAR e à COOPRESL quando sublinharmos neste estudo a questão da alta rotatividade dos membros das entidades citadas.

1.5 As discussões e produções acadêmicas acerca dos catadores de materiais recicláveis

Para além das produções acadêmicas, já aqui abordadas, acerca das relações entre os catadores de materiais recicláveis e as origens históricas da atuação dos mesmos, bem como as relações entre eles e o meio ambiente e no que se refere à economia solidária, resolvemos pontuar como o meio acadêmico, referente às ciências sociais, tem discutido sobre eles.

Figueiredo, Silveira e Silva (2020) buscaram analisar como a produção acadêmica observou, por exemplo, a inclusão sócio produtiva dos catadores de materiais recicláveis no período entre os anos de 2002 e 2017. Os autores fizeram o levantamento de 112 estudos – artigos, dissertações e teses - relativos a essa abordagem ao longo do período citado.

Para discutir a abordagem sócio produtiva dos catadores, os autores citados situaram a discussão sobre eles a partir de dois momentos históricos importantes – e já aqui sublinhados nesta tese – os quais sejam o surgimento do MNCR e a criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Tais momentos históricos são apontados pelos autores como bases para o aumento do número de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Figueiredo, Silveira e Silva (2020) perceberam um incremento na produção de trabalhos acadêmicos com o referido eixo temático no período de 2011 a 2014 e associaram tal aumento com a promulgação da PNRS e o prazo para a inclusão das entidades formadas pelos catadores nos planos municipais de gestão de resíduos sólidos.

O estudo desses autores detalhou como se deu a evolução da produção acadêmica no período analisado e mostrou que houve um expressivo aumento de 140% nas publicações com o tema relativo aos catadores entre os anos de 2009 e 2012. O trabalho também sublinhou que no ano de 2013 houve o maior número de publicações voltadas para a análise sobre os catadores sendo vinte e uma as publicações no ano citado.

A maior parte da produção acadêmica sobre os catadores, segundo a pesquisa mencionada, veio da região Sudeste, com 31%, seguida da região Nordeste com 25%. A maioria dos estudos eram de artigos e dissertações. No que tange às abordagens escolhidas por essas produções acadêmicas, foi possível perceber que três temáticas prevaleceram em relação às demais, mas antes de falarmos delas, gostaríamos de sublinhar aqui quais foram as categorias de análise escolhidas pelos autores que versaram sobre os catadores.

Para nós é bastante válido observarmos o quadro a seguir, visto que o mesmo nos mostra detalhadamente quais foram as categorias de estudo levadas em consideração para as análises sócio-produtivas dos catadores de materiais recicláveis no levantamento feito por Figueiredo, Silveira e Silva (2020) no que tange ao período entre 2002 e 2017. É interessante notarmos também que não houve a escolha pela categoria de análise referente à luta pelo reconhecimento empreendida por esses agentes.

Ainda de acordo com esse estudo, as três temáticas, dentre essas categorias, que mais apresentaram produções acadêmicas sobre os catadores foram: a cadeia da reciclagem e o desenvolvimento de organizações de catadores, com dezoito estudos, seguida da formação e estruturação das redes de catadores e das condições de trabalho/saúde e a segurança do trabalhador na catação, que reuniram dezessete estudos sobre esse tema para cada um dos dois eixos de pesquisa.

As categorias de estudo que menos tiveram publicações, segundo Figueiredo, Silveira e Silva (2020), foram as relativas às organizações de catadores e gestão de resíduos eletroeletrônicos, com 0,9% e à questão de gênero, categoria que contabilizou 1,78% dos estudos relativos aos catadores de materiais recicláveis. Ainda sobre esse panorama sobre a produção acadêmica sobre esses agentes, os autores concluem o estudo nos dizendo que apesar do aumento de estudos sobre os catadores após a PNRS, um ponto em comum nos trabalhos que foram consultados por eles diz respeito à ineficiência dos planos municipais relativos à gestão de resíduos sólidos que tendem a não dar qualquer tipo de protagonismo aos catadores no que tange a tal gestão.

Quadro 4 - Siglas das categorias dos estudos

CRDOC	Cadeia da Reciclagem e Desenvolvimento de organizações de catadores
QG	Questão de Gênero
FERC	Formação e Estruturação das redes de catadores
PCTSSC	Percepção dos catadores quanto ao trabalho e à saúde e segurança na catação
CSPEFC	Coleta Seletiva com participação de empreendimentos econômicos solidários formados por catadores
PPICM	Políticas públicas voltadas à inclusão de catadores de materiais recicláveis
CTSC	Condições de trabalho/Saúde e segurança do trabalhador na catação
OCGRE	Organizações de catadores e gestão de resíduos eletroeletrônicos
GRS	Gestão de Resíduos Sólidos

Fonte: Figueiredo, Silveira e Silva (2020).

No que tange a outros tipos de abordagens relativas aos catadores de materiais recicláveis, gostaríamos de sublinhar que encontramos diversos estudos que levaram em consideração a chamada análise de trajetórias desses indivíduos, sendo que alguns deles buscaram apreender se houve o aspecto da militância no que concerne à formação de ações coletivas engendradas por esses agentes.

Silva (2015) buscou entender até que ponto o engajamento militante possibilitou a formação de uma identidade coletiva dos catadores de materiais recicláveis e de que maneira formou bases diferentes daquelas que, segundo o autor, produziram experiências de invalidação social para esses indivíduos.

Silva (2015) produz sua tese sempre nos lembrando que os trabalhos de cunho apenas quantitativo levariam em consideração o que ocorre com a maioria de um determinado grupo estudado. Já análises sócio históricas como a empreendida por eles conseguiriam captar as chamadas singularidades e que mesmo estudos qualitativos estariam dando ênfase a, por

exemplo, explicações digamos que fechadas advindas do social para compreender um determinado fenômeno.

Ainda de acordo com esse autor, a militância entre os catadores de materiais recicláveis, segundo sua pesquisa, se mostrou muito improvável devido a uma série de fatores, tais como baixa escolaridade e condições desfavoráveis no que tange ao âmbito familiar, e justamente por isso o autor buscou perceber como poderia ser singular analisar esse aspecto raro de engajamento militante, segundo ele, entre esses indivíduos.

Para o autor, a catação só passou a ser uma opção para os indivíduos analisados em sua pesquisa quando “o capital econômico esvaiu-se (...), o capital cultural não lhes dá acesso a empregos melhores e a rede de relações sociais, ou seja, o capital social disponível, não lhes permite encontrar uma alternativa de trabalho” (SILVA, 2015, p. 206).

Para cada um daqueles que Silva (2015) entrevistou, segundo o autor, a catação só virou uma possibilidade de trabalho para esses indivíduos quando houve uma confluência de situações de fragilidade relativas às dimensões moral, econômica e social, que só passa a ser vista como ponto de virada na vida deles a partir da adesão ao coletivo, ou seja, quando entram em associações ou cooperativas de catadores.

Segundo o autor citado, a entrada num movimento possibilitou aos catadores que ele pesquisou um novo olhar sobre a catação, com mais possibilidades profissionais nesse sentido, bem como ressignificou a visão que eles possuíam em relação à própria autoestima.

Particularmente nos chamou atenção um fato levantado pelo referido autor no que concerne ao processo de construção identitária pelo qual esses indivíduos passaram. Ele sublinha a importância deles terem recebido cursos de treinamento relativos ao cooperativismo, à economia solidária, à limpeza pública e ao processo de reciclagem.

Tais cursos, de acordo com o autor, tornaram possível o envolvimento mais efetivo dos catadores no que se refere à cooperativa como um ambiente de trabalho. Assim, se viu uma busca pela representatividade através do reconhecimento identitário enquanto grupo, bem como havia a busca subjacente pela ascensão social a qual passou a ser uma possibilidade com a adesão ao grupo.

Para o autor, sobre a militância dos catadores, “as trajetórias sociais dos catadores militantes que participaram dessa pesquisa nos mostram que temos que olhar para além das regularidades e das coerções externas que pretensamente moldam os sujeitos” (SILVA, 2015, p. 212).

Percebemos, neste tipo de análise citada, a preferência pela perspectiva de estudo voltado para as singularidades que são verificáveis nos chamados estudos de trajetórias que buscam aquilo que há de mais particular em cada indivíduo para o entendimento de um fenômeno social, no caso, a formação de um engajamento militante subjacente às ações coletivas formadas pelos catadores de materiais recicláveis.

Nessa mesma vertente, Couto (2020) buscou de que maneira seria possível observar as práticas sociais numa associação de catadores de materiais recicláveis no Oeste de Santa Catarina. Para tal, pesquisou acerca daqueles membros que participaram do processo de constituição da associação e também se debruçando sobre a análise de suas trajetórias.

Couto (2020) nos diz que, para além dessa perspectiva de análise, foi crucial para a autora as experiências educativas do chamado Ensino de Jovens e Adultos (EJA) para a consecução de seus objetivos de pesquisa. Frisamos que sua análise vem da área da educação e não da sociologia, ainda assim, trouxemos suas contribuições para esta tese visto que a temática relativa aos catadores é levantada como eixo de pesquisa de diversos cursos e se buscou neste tópico da tese sublinhar a variedade de categorias de estudo que fazem parte da produção acadêmica que se refere a esses sujeitos.

A autora dialogou com a noção bourdiana acerca do porvir para entender como se construiriam, segundo ela, as expectativas dos familiares daqueles que fundaram a associação de catadores do Oeste de Santa Catarina, atentando para a temporalidade referente ao passado ao presente e ao futuro (este justamente atrelado ao porvir). Seria o olhar da educação no que concerne às expectativas de um futuro através da percepção geracional em uma mesma família.

Os pioneiros na criação da associação não vislumbravam, quando da época da fundação da mesma, um futuro através da educação, mas, sim, a aquisição de uma renda para se manter a dignidade e assegurar a sobrevivência de seu núcleo familiar. Couto (2020), então, frisa a importância, ao decorrer de sua análise, da implementação do EJA no espaço da associação de catadores, ressaltando que seria salutar o aprendizado também fora do ambiente escolar., inclusive para o fortalecimento da autoestima desses sujeitos.

A autora também mostra um outro olhar sobre a inserção numa ação coletiva, distinto daquele oferecido por Silva (2015) que abordou o engajamento militante entre os catadores. Para a autora, sua pesquisa mostrou como a relação familiar se tornou altamente imbricada

em relação à ação coletiva a partir do ponto que os catadores por ela analisados veem na associação de que fazem parte uma extensão do próprio ambiente familiar.

Isto ficou muito claro na seguinte passagem:

[...] o ambiente de trabalho na ACMR é também marcado pelo vínculo entre os recicladores, sendo considerado uma segunda casa. A associação representa, nesse sentido, mais que trabalho, sendo um espaço de socialização, de convívio familiar e de ajuda mútua (COUTO, 2020, p. 265).

Outro fator profícuo de pesquisa foi revelar que alguns entrevistados da mesma frisaram que priorizam a autonomia que a associação lhes confere, enquanto trabalhadores, do que os ganhos materiais que outras funções em empresas poderiam lhe conferir, como no trecho de seu estudo que diz:

[...] para esta outra entrevistada da terceira geração que já teve experiências profissionais como servente em uma firma de limpeza e como caixa de supermercado, o ganho material muitas vezes não compensa o sentimento de perda da autonomia e de subordinação” (COUTO, 2020, p. 265).

Enquanto a referida autora buscou mostrar o diálogo intergeracional numa associação composta por 70% de membros de uma mesma família, observando como a concepção da atividade de catação e de perspectiva do futuro foi se alterando com o tempo e com a inserção de práticas educacionais naquele ambiente, outros autores buscaram outros pontos de análise sobre os catadores.

Pinheiro (2018), pertencente à área de direitos humanos, buscou observar como se formou o que ela denominou de identidade laboral dos catadores a partir de situações resultantes do distanciamento advindo dos agentes públicos em relação a esses indivíduos.

Essa autora preconiza que para se entender as relações entre os catadores e os agentes públicos, há de se entender a concepção do que seria um trabalho digno na visão desses grupos e perceber como a invisibilidade do trabalho dos catadores é rotineiramente imposta pela sociedade criando um abismo que os impediria de ir além da atividade de catação e receberem o poder de ter voz para dialogar com os agentes públicos de forma mais efetiva.

Pinheiro (2018) frisa que há um distanciamento dos agentes públicos em relação aos catadores que impossibilita aquilo que ela chama de diálogo horizontal. Para ela, a verticalização da relação entre os dois polos impossibilitaria a interlocução entre os agentes abordados, diminuindo a voz dos catadores no que tange aos interesses dos mesmos, como se

a atuação dos mesmos tivessem um âmbito menos digno, pondo nesses termos, no trâmite decisório das ações voltadas a eles mesmos.

Sobre a ausência da oferta de outras formas de capacitação dos catadores, no que concerne à esfera profissional deles, a autora nos diz que:

[...] é compreensível que os horizontes profissionais destas pessoas estejam restritos aos anseios por melhorias na própria atividade de catação, seja por meio do aumento da renda dos associados, ou mesmo melhorias nas instalações físicas em que estão localizados (PINHEIRO, 2018, p. 209).

Ainda que a autora seja de outra área acadêmica, gostaríamos de frisar que a escolha de mencionarmos seu estudo levou em consideração três fatores. O primeiro é que a mesma buscou mostrar como a chamada sociologia das ausências, de Boaventura Santos, serviu de aporte teórico-metodológico para sua pesquisa. Segundo, como se dá o processo de formação identitário em associações de catadores de materiais recicláveis e, por fim, quais são os desafios para a conquista de um diálogo que não esbarre em imposições entre esses indivíduos e os agentes públicos.

Este último fator dialoga bastante com vários acontecimentos que presenciamos ao longo desta pesquisa sociológica e nos lembra o quão ampla é a gama de desafios enfrentados pelos catadores para serem ouvidos no que se refere à criação de políticas, atividades, leis, formações ou qualquer coisa que lhes diga respeito, ainda que eles é que sejam o público-alvo das mesmas.

No que diz respeito à luta pelo reconhecimento dos catadores de materiais recicláveis, gostaríamos de mencionar nesta tese um artigo e uma dissertação de mestrado que levaram em consideração a análise de Axel Honneth (2003). Vale à pena sublinharmos que ambas não vêm da Sociologia, mas sim da Comunicação Social (dissertação) e do Direito (artigo).

Cortez (2019) trouxe as contribuições do referido autor analisando como pode ser verificada a formação do discurso sobre a luta pelo reconhecimento como eixo de formação de adesão ao movimento social dos catadores no Pará e de que maneira essa luta poderia vir a se articular com a questão da chamada colonialidade do poder observando as narrativas de catadores de materiais recicláveis.

A autora também traz uma importante reflexão sobre a territorialidade subjacente às questões socioeconômicas dos catadores, visto que de acordo com as entrevistas por ela

realizadas, conseguiu perceber que se apresentou um deslocamento da atividade de catação das ruas das cidades para os lixões, por exemplo.

Esse deslocamento ficou muito claro na discussão que Cortez (2019) trouxe acerca da noção de pertencimento. Ainda que o lixão fosse, por vezes, associado à degradação, o mesmo era visto como um lar para aqueles que retiravam dele seu sustento e lá construíram suas relações sociais e formavam, de um lado, suas famílias e, de outro, constituíram suas jornadas de trabalho.

Cortez (2019) também salienta que o lixão abarcava uma certa noção de autonomia no que concerne à atividade dos catadores, já que o tempo e o volume de trabalho seria moldado de acordo com cada catador, diferentemente do que ocorreria em associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis onde a perspectiva de gestão das atividades se configura de outra maneira.

Acerca dessa diferença entre as dinâmicas, a autora nos diz que:

[...] essa é uma característica que difere da dinâmica das cooperativas e associações, que possui diretrizes de gestão a serem seguidas, com institucionalidade, valores ligados à economia solidária que exigem, além da convivência coletiva, a aproximação com um processo político de debates, discurso, estratégias e disputas (CORTEZ, 2019, p. 29).

No que concerne propriamente à luta pelo reconhecimento, na perspectiva de Honneth (2003), a autora sublinha que:

[...] o contexto dos catadores em geral está relacionado com a abordagem de Honneth por se tratar muitas vezes de experiências em que o conflito moral se instala, visivelmente nas dimensões coletivas do conflito, no caso do direito e da solidariedade, em que é perceptível as relações de privações e degradação principalmente nas memórias sobre o Aurá (CORTEZ, 2019, p. 75).

A autora prossegue discutindo que:

[...] os relatos em geral retratam ainda muita precariedade em relação aos desafios e perspectivas profissionais, visto que a partir deste patamar de “dignidade” que conquistaram, o movimento hoje se organiza pela bandeira da inclusão dos catadores nas políticas públicas de coleta seletiva, o que reivindicam enquanto uma reciclagem popular (CORTEZ, 2019, p. 76).

De acordo com as entrevistas realizadas por esta autora com as catadoras (a escolha por gênero se deu, segundo ela, devido ao maior quantitativo de mulheres nas associações),

foi verificado que a luta pelo reconhecimento das catadoras produziu aquilo que a autora denominou crescimento pessoal a partir da conquista de profissionalização dos familiares das catadoras, bem como de escolaridade deles a partir do trabalho realizado pelas catadoras já em associações, diferente das possibilidades menores de ascensão social percebidas por elas no lixão.

Acerca de suas conclusões com o estudo a partir das narrativas das catadoras de associações no Pará, a autora nos diz que:

[...] no caso dos catadores, pode-se dizer que saíram de uma condição, no lixão, em que o único pilar de reconhecimento era a afetividade, ou amor, entre os catadores, por sobrevivência; passando pela organização social em grupos maiores para reivindicar direitos, tendo a partir de então alcançado um patamar de reconhecimento jurídico; e hoje pode-se dizer que o principal reconhecimento que buscam e ainda lutam é o da estima social (CORTEZ, 2019, p. 87).

Ainda no âmbito da discussão honnethiana sobre a luta pelo reconhecimento, Moreira e Pinheiro (2018) trouxeram à tona como certos efeitos da globalização poderiam acarretar o desemprego e gerar atividades percebidas com alternativas a ele e de que maneira os catadores de materiais recicláveis poderiam ter seu processo de reconhecimento impedido, tendo em face a invisibilidade pública imposta a eles, segundo os autores.

Sobre o aporte teórico de Honneth (2003), os autores nos dizem que:

A partir das considerações apresentadas sobre a teoria proposta pelo Honneth, infere-se que para um indivíduo – ou mesmo um grupo social – atingir o adequado reconhecimento é necessário o preenchimento das três etapas descritas: o amor, o direito e a solidariedade. O que nos remete a concluir que, por outro lado, quando não se preenche de forma adequada qualquer uma das etapas propostas, não se adquire, por conseguinte, o devido reconhecimento (MOREIRA; PINHEIRO, 2018, p. 14).

Tais autores partem do pressuposto que as dimensões do reconhecimento percebidas pela teoria honnethiana não são conquistadas pelos catadores de materiais recicláveis devido à falta de geração e, muito mais, de garantias de direitos sociais por parte do Estado. Ainda que percebam o fortalecimento da economia solidária como fonte alternativa para a aquisição de trabalho e renda tendo em vista os efeitos da globalização, os autores não a julgam como suficientemente forte para, de maneira isolada, gerar os efeitos de inclusão necessários à efetivação do reconhecimento em relação aos catadores.

Na discussão que trazem, os autores reiteram que:

[...] descrevemos, os catadores de materiais recicláveis constituem um grupo social – vítima do fenômeno da invisibilidade social – e, é possível afirmar, outrossim, que grande parte dessa situação advém da não efetivação dos direitos trabalhistas, já que tal atividade é classificada como uma ocupação e, por isso, excluída do rol de abrangência das normas trabalhistas. É nítido, portanto, que tal categoria já obteve muitas conquistas ao longo de sua história de luta, porém, ainda resta muito a que se fazer em busca do reconhecimento de tal atividade. Assim, torna-se necessário que o Estado garanta o exercício dos direitos mais básicos desses trabalhadores, tendo em vista a importância da atividade exercida por eles e, ainda mais, pelo fato deles serem cidadãos em um Estado Democrático – como é o brasileiro” (MOREIRA; PINHEIRO, 2018, p. 29).

Interessante notarmos que nos dois trabalhos mencionados aqui nesta seção, com enfoques na utilização da luta pelo reconhecimento para análise dos catadores de materiais recicláveis, não há uma confluência entre os estudos. Se por um lado a dissertação de Cortez (2019) nos diz que o reconhecimento almejado por esses agentes foi conquistado, sobretudo no que tange ao comparativo entre as realidades antes no lixão e, posteriormente, numa associação de catadores, por outro lado, o artigo de Moreira e Pinheiro (2018) sublinha que as dimensões do reconhecimento, descritas por Honneth (2003), não são conquistadas por esses sujeitos devido a, dentre outros fatores, negação de direitos trabalhistas e sociais que lhes seriam negados pelo Estado devido à invisibilidade pública em relação a eles.

Concluimos este primeiro capítulo da presente tese mostrando que a produção acadêmica sobre os catadores de materiais recicláveis no Brasil é muito ampla. Iniciamos o capítulo discorrendo sobre as origens históricas tanto da questão concernente à gestão de resíduos e à preocupação do Estado em relação ao lixo, como sublinhamos os momentos históricos fundamentais para ao longo do tempo para a formação da atividade do catador, inclusive em anos mais recentes, frisamos a importância do MNCR e da PNRS para o desenvolvimento da atividade neste país.

Também situamos os catadores no debate ambiental referente à economia circular e, sobretudo, no que concerne à coleta seletiva, à gestão de resíduos e ao desenvolvimento sustentável. E de que maneira os estudos acadêmicos têm posto os mesmos nas discussões citadas.

Da mesma forma, também situamos o panorama da discussão acadêmica que os inscreve na economia solidária, apresentando diversas vertentes de debates em torno das vantagens e desvantagens, segundo os atores que trouxemos, dessa presença dos catadores nessa via econômica.

E, por fim, trouxemos de que maneira esse agentes têm sido enfoques de estudos acadêmicos, para além das temáticas antes abordadas neste mesmo capítulo. Inclusive trouxemos visões distintas de como a operacionalização da teoria honnethiana sobre a luta pelo reconhecimento, a partir da gramática moral do conflito, não só foi possível nos trabalhos aqui citados, como sublinhou que diferentes resultados podemos obter a partir da utilização de suas bases teóricas para a observação de ações coletivas, ainda que acerca de um mesmo grupo, no caso, os catadores de materiais recicláveis.

A respeito dos trabalhos acadêmicos com enfoque na luta pelo reconhecimento e na sua relação com as pesquisas sobre os catadores, no capítulo dedicado ao arcabouço teórico concernente a esta temática, ampliaremos o debate sobre como tem sido realizada a operacionalização dessa categoria de análise, mas frisando que quase inexistem estudos com a utilização da mesma na área sociológica.

CAPÍTULO 2: O ARCABOUÇO TEÓRICO DA LUTA PELO RECONHECIMENTO.

Neste segundo capítulo, trouxemos a discussão teórica que embasou nossa tese acerca da luta pelo reconhecimento de maneira bidimensional de ações coletivas formadas pelos catadores de materiais recicláveis.

Na primeira seção do presente capítulo discorreremos sobre o campo de análise da Teoria Crítica no que tange à temática do reconhecimento e de que maneira foi construída por esse grupo o conjunto de críticas referentes à sociedade. Já na segunda seção, discutimos a importância da gramática moral do conflito para a teoria de Axel Honneth (2003) sobre a luta pelo reconhecimento.

Na terceira seção deste capítulo, debatemos como as noções de desrespeito e de degradação dos sujeitos, presentes na discussão trazida por Honneth (2003), são cruciais para as observações relativas às violações de direitos de grupos sociais. Na quarta seção deste capítulo, trouxemos a operacionalização da Teoria Crítica para as análises sobre a ação coletiva e os desafios que permeariam a mesma.

E na quinta e última seção deste segundo capítulo, discorreremos acerca da localização da luta pelo reconhecimento na discussão acadêmica sobre a ação coletiva e de que forma tem sido empreendida a articulação desta temática em relação às demais análises sobre tais ações.

2.1 O campo de análise da chamada Teoria Crítica no que se refere ao reconhecimento

A vertente intelectual denominada “Teoria Crítica” foi inaugurada, academicamente, em 1930 por Max Horkheimer, no Instituto de Pesquisa Social que funcionava junto à Universidade de Frankfurt. Tal teoria foi formulada de maneira interdisciplinar e teve como referência teórica o marxismo. Frequentemente esse campo de estudo é visto como um sinônimo da chamada Escola de Frankfurt – surgida em 1950 no contexto do Pós-Guerra – pelo fato da mesma ter sido criada como forma de intervenção política e intelectual, ainda que apartidária, por pensadores pertencentes ao Instituto de Pesquisa Social. Porém, a Escola de Frankfurt foi uma configuração histórica precisa de intervenção e a Teoria Crítica seria um campo teórico que abarcaria suas diretrizes.

Segundo o artigo de Horkheimer, elaborado em 1937 sobre a Teoria Crítica, a mesma não poderia ser limitada a um só objetivo e sobre isso Nobre (2003) nos diz que:

[...] não se limita a descrever o funcionamento da sociedade, mas pretende compreendê-la à luz de uma emancipação ao mesmo tempo possível e bloqueada pela lógica própria da organização social vigente. De sua perspectiva, é a orientação para a emancipação da dominação o que permite compreender a sociedade em seu conjunto, compreensão que é apenas parcial para aquele que se coloca como tarefa simplesmente ‘descrever’ o que existe (NOBRE, 2003, p. 9).

O autor ainda prossegue dizendo que:

A teoria crítica da sociedade, ao contrário, tem como objeto os homens como produtores de todas as suas formas históricas de vida. As situações efetivas, nas quais a ciência se baseia, não são para ela uma coisa dada, cujo único problema estaria na mera constatação e previsão segundo as leis da probabilidade. O que é dado não depende apenas da natureza, mas também do poder do homem sobre ele (NOBRE, 2003, p. 9).

Quem desejava se inscrever no conjunto de diretrizes do pensamento relativo à Teoria Crítica deveria levar em consideração, assim, a necessidade de um comportamento igualmente crítico em relação à produção intelectual quanto à realidade as quais permeassem uma determinada temática que gostariam de realizar uma análise. Conhecer algo, então, demanda a adoção de uma postura crítica sobre o que é produzido e sobre o que se pretende analisar.

No que concerne à Teoria Crítica, vale sublinharmos alguns aspectos históricos e metodológicos utilizados por dois autores inscritos nesse campo intelectual, os quais seriam Jurgen Habermas (1968) e Axel Honneth (2003), aqui frisando que este último servirá de norte para a presente pesquisa sobre a busca pelo reconhecimento bidimensional dos catadores de materiais recicláveis.

No tocante a Habermas (1968) e sua relação com a Teoria Crítica, cabe salientarmos que esse autor buscou criticar de forma bastante enfática as contribuições teóricas formuladas por Adorno e Horkheimer em “Dialética de Esclarecimento”.

Para ele, esses autores não teriam atentado para aspectos decisivos das relações sociais, resolvendo acrescentar à chamada racionalidade instrumental, formulada por aqueles, uma outra forma de racionalidade: a comunicativa.

Axel Honneth (2003), apesar de concordar com muitos dos pontos desvelados por Habermas, também fez críticas fortes à construção de seu conceito de mundo da vida. A primeira crítica seria concernente ao que ele denominou como “déficit sociológico” o qual residiria na análise puramente subjetiva, segundo ele, feita por Habermas no tocante à sociedade, visto que não levaria em conta dois aspectos essencialmente preponderantes nas relações sociais: a luta e o conflito.

Desta crítica, de acordo com a análise de Nobre (2003), decorre sua outra crítica e intervenção intelectual que nos diz que olhar a sociedade de maneira tão afastada não nos permite enxergar no conflito o componente essencial na interação advinda das relações sociais, o que também acaba por negligenciar a gramática moral do conflito que seria justamente o processo de luta pelo reconhecimento.

Desta forma:

[...] Honneth preferirá partir dos conflitos e de suas configurações sociais e institucionais para, a partir daí, buscar as suas lógicas. Com isso, torna-se possível, em princípio, construir uma teoria do social mais próxima das ciências humanas e de suas aplicações empíricas (NOBRE, 2003, p. 17).

E ainda nos acrescenta que:

[...] interessam-lhe aqueles conflitos que se originam de uma experiência de desrespeito social, de um ataque à identidade pessoal ou coletiva, capaz de suscitar uma ação que busque restaurar relações de reconhecimento mútuo ou justamente desenvolvê-las num nível evolutivo superior (NOBRE, 2003, p. 18).

Pretendemos deixar claro aqui que a chamada Teoria Crítica abarca um sem fim de autores, não somente os grandes autores clássicos e notoriamente percebidos como participantes da primeira e da segunda geração da escola de pensamento tão imbrincada a ela, mas ainda aqueles tantos que se valem de suas propriedades de pensamento e críticas à dominação velada (ou não) presente na sociedade capitalista; dominação esta aceita e apreendida de forma racional e pensada como forma inevitável de um modo de vida que já estava aí e que se impõe sistematicamente aos indivíduos.

E tal teoria ainda abarca, igualmente, um sem fim de contribuições da Filosofia, da Sociologia, da Antropologia, das Artes e de tantas outras ciências que perceberam na dominação racionalizada imposta a todos nós como algo que mereceria uma crítica

contundente e lógica, o que de fato a torna, por um lado, cada vez mais rica e interessante enquanto embasamento teórico, mas por outro lado cada vez mais complexa e desafiadora.

Partindo deste entendimento o qual seja a de que ela já possui um mosaico de contribuições e de desdobramentos escolhemos a Teoria do Reconhecimento como herança teórica preponderante para utilização de respaldo teórico para a presente pesquisa, sobretudo no que diz respeito às contribuições de Axel Honneth (2003) – em primazia – as de Charles Taylor e as de Nancy Fraser.

Patrícia Mattos (2009), em sua obra “A Sociologia Política do Reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser”, busca analisar justamente os três autores antes aqui mencionados e de que forma estes identificam a “bidimensionalidade” caracterizada pelo *self* e o que o torna conhecido para o outro.

Os três autores trariam para o eixo de suas análises, dentre outras questões, a questão que submerge a partir desse reconhecimento dual dos indivíduos, enquanto sujeitos reflexivos e enquanto sujeitos que transmitem uma imagem que é apropriada acerca dele pelos outros que com ele interagem.

Segundo Mattos (2009), tal reconhecimento bidimensional não viria tão somente de uma legislação aplicada, por exemplo, à questão da conquista e/ou da manutenção da dignidade humana, mas principalmente pela efetivação do reconhecimento baseado na tríade autoconfiança, autorrespeito e autoestima. E para tal efetivação, cada um dos três autores debatidos em seu estudo crítico elege alguns fatores primordiais para a consecução destes objetivos.

No que seria relativo a Charles Taylor, de acordo com a autora citada, este destacaria primordialmente a questão da singularidade de cada indivíduo como forma de reconhecimento social. O que significa nos dizer que “o sujeito só pode ser compreendido em situação, ou seja, fugindo-se do hábito intelectualista de imaginá-lo como possuidor de representações abstratas e deslocado da prática” (MATTOS, 2009, p. 39).

Já para Axel Honneth (2003), o traço mais marcante de seu pensamento sobre o reconhecimento, segundo a referida autora, seria o fato dele levar em consideração o outro, a coletividade. Para ele, assim, não existiria singularidade *per si*, mas sim uma singularidade que somente seria reconhecida nos processos de interação subjacentes às relações sociais entre os sujeitos.

Em suas palavras, no que tange a tal concepção honnethiana:

[...] só posso ter certeza de que minhas pretensões de garantias de liberdades individuais serão realizadas, se reconheço que elas só são possíveis porque são reconhecidas por meus outros parceiros de interação que são livres e autônomos (MATTOS, 2009, p. 91).

E, por fim, no que diz respeito à Nancy Fraser, a autora nos diz que o reconhecimento seria “[...] uma nova configuração da ordem mundial globalizada e multicultural, na qual as lutas por redistribuição são paulatinamente substituídas por reconhecimento” (MATTOS, 2009, p. 143). Sendo assim, para Mattos (2009), na equação de Fraser para a conquista da justiça social deveriam entrar, obrigatoriamente, a igualdade social e o reconhecimento cultural.

Desta forma, Mattos (2009) nos trouxe contribuições sobre a análise dos paradigmas propostos por estes três autores no que concerne ao reconhecimento, levando em conta o que cada um preconiza como fundamental para a conquista da dignidade e da estima social na análise dos sujeitos contemporâneos considerando as suas subjetividades e as diferenças nas práticas sociais subjacentes à existência de cada sujeito dotado de sua singularidade e desejoso de possuir sua identidade – individual ou no que tange ao coletivo em que está inserido – afirmada e reconhecida pela sociedade.

2.2 A perspectiva de Axel Honneth sobre reconhecimento e a gramática moral do conflito

Procuramos sublinhar as possíveis contribuições de Axel Honneth (2003) para um estudo sobre associações e/ou cooperativas formadas por sujeitos pensados e idealizados como invisíveis pela sociedade e discutimos quais os procedimentos seriam mais operacionalizáveis no que diz respeito à relação entre as contribuições teóricas na temática em que esse autor está inscrito e a aplicação das mesmas acerca da realidade.

O referido autor discorre em sua obra sobre a questão do reconhecimento e as três formas com que este pode vir a ser um fator de motivação dos conflitos, assim como se debruça como os teóricos anteriores a ele tratavam a questão do conflito, esmiuçando os eixos filosóficos e epistemológicos das referidas análises.

Porém, o que mais nos chamou a atenção em sua obra foi a indagação – e a sua explicação – acerca de como são possíveis e estruturados os processos de inscrição dos

indivíduos em lutas por reconhecimento estabelecidas sob a ótica da reciprocidade. Para tal, busca analisar a lógica moral das lutas sociais.

A discussão desse autor sobre a possibilidade dessa reciprocidade nos processos de lutas sociais em busca do reconhecimento se fez presente em sua crítica a autores como Karl Marx, George Sorel e Jean Paul Sartre. Mas foi na crítica a Sartre que encontramos uma colocação extremamente pertinente de Honneth (2003) sobre o autor que pretendeu debater.

Este nos diz que, para Sartre, todo indivíduo vive como um ser em permanente processo de transcendência acerca dos seus próprios projetos de ação e é nessa contínua experiência que o ser humano vive como um ser-para-si que pode conseguir apreender o olhar do outro.

E é esse olhar do outro, esse olhar externo que pode ser unicamente capaz de fazer com que o indivíduo obtenha a sua autoconsciência. Assim, é o olhar do outro que torna possível o olhar sobre si mesmo e que pode tornar capaz, depois desse processo de auto objetivação, o olhar sobre o outro e sobre os demais.

Honneth (2003) nos sublinha que tanto para ele como para Sartre ficou factível o fato de que os objetivos de auto realização, tanto a nível individual como no nível coletivo, estão potencialmente imbrincados às metas de expansão dos direitos de liberdade.

De acordo com a análise honnethiana:

Sartre, com seu conceito de “neurose objetiva”, pôde preparar o caminho para uma perspectiva na qual parece possível penetrar as estruturas sociais da dominação, considerando-as uma patologia das relações de reconhecimento. Mas nenhum dos três autores pôde contribuir para um desenvolvimento sistemático do próprio conceito fundado por Hegel e aprofundado por Mead no plano da psicologia social; as implicações normativas do modelo de reconhecimento, do qual eles fizeram amiúde um uso virtuoso em termos empíricos, permaneceram-lhes demasiado opacas e mesmo estranhas para que eles próprios pudessem colocá-lo numa nova etapa de explicação (HONNETH, 2003, p. 251).

O referido autor, depois de elaborar suas críticas aos autores com os quais se propôs a debater a moral – e a gramática moral – dos conflitos sociais, lança mão da sua própria definição sobre luta social a qual seria:

[...] um processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento (HONNETH, 2003, p. 257).

No que diz respeito à solidariedade, Axel Honneth (2003) nos diz que nas sociedades modernas ela estaria atrelada à chamada estima social simétrica, pressuposto advindo de seu pensamento acerca do paralelo entre reciprocidade e as relações sociais entre os sujeitos autônomos e que constantemente estão em processos de interação.

Mas ele sublinha que tal simetria não significa estimar o outro na mesma medida, mas sim partir da premissa que todos nós temos chances ao longo de nossas trajetórias de nos mostrarmos e, muito mais, de nos sentirmos valiosos para a sociedade.

Ao nosso modo de ver, a contribuição honnethiana mais profícua para nosso estudo reside na atenção desse autor aos mecanismos de desrespeito e de ofensas infligidos a sujeitos que são, assim, rebaixados socialmente e tendem a perder a valoração positiva que possuíam, em certa medida, em relação a si mesmos por meio da intersubjetividade que possuem e da forma de estima social recíproca que esperariam sempre para com seu *self*.

No que concerne a essas formas de desrespeito, segundo o autor existiriam três tipos relativos a eles: o primeiro, ligado aos maus tratos corporais infligidos a um indivíduo e que seriam capazes de destruir sua autoconfiança; o segundo, relativo a experiências de desrespeito em relação a moral dos sujeitos e que são infligidas a estes tendo por base a exclusão por eles não possuírem este ou aquele elemento que possa lhes conferir “igualdade” em relação aos demais; e, por último, viriam os desrespeitos em relação ao valor social de indivíduos e grupos, o que geraria forte depreciação dos sujeitos acarretando diminuição do sentimento relativo ao autorrespeito.

Podemos verificar no esquema (Ver Quadro 5) a estrutura das relações sociais do reconhecimento tendo por base a premissa citada sobre as chances de sentirmos e recebermos a estima social enquanto sujeitos dignos de participarmos dessa solidariedade social moderna a que muitas vezes o autor citado faz referência em sua obra.

Quadro 5 - Estrutura das Relações Sociais de Reconhecimento

Modos de reconhecimento	Dedicação emotiva	Respeito cognitivo	Estima social
Dimensões da personalidade	Natureza carencial e afetiva	Imputabilidade moral	Capacidades e propriedades
Formas de reconhecimento	Relações primárias (amor, amizade)	Relações jurídicas (direitos)	Comunidades de valores (solidariedade)

Potencial evolutivo		Generalização, materialização	Individualização, igualização
Autorrelação prática	Autoconfiança	Autorrespeito	Autoestima
Formas de desrespeito	Maus-tratos e violação	Privação de direitos e exclusão	Degradação e ofensa
Componentes ameaçados da personalidade	Integridade física	Integridade social	“Honra”, dignidade

Fonte: Esquema elaborado por Honneth (2003, p. 211).

Como resultantes desses processos de vergonha impostos aos sujeitos, o autor nos elucidada acerca de algumas possibilidades de reação. Sobre elas ele nos diz que:

[...] a experiência de desrespeito pode tornar-se o impulso motivacional de uma luta por reconhecimento. Pois a tensão afetiva em que o sofrimento de humilhações força o indivíduo a entrar só pode ser dissolvida por ele na medida em que reencontra a possibilidade de ação ativa (HONNETH, 2003, p. 224).

Porém, ele prossegue nos chamando atenção para o fato de que

[...] somente quando o meio de articulação de um movimento social está disponível é que a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política. No entanto, só uma análise que procura explicar as lutas sociais a partir da dinâmica das experiências morais instrui acerca da lógica que segue o surgimento desses movimentos coletivos (HONNETH, 2003, p. 224).

Esse autor finaliza sua obra chamando a atenção para dois fatores. O primeiro é que devemos levar em consideração atentamente que as inúmeras transformações sociais possibilitaram, segundo ele, as perspectivas de auto realização dos indivíduos, o que gerou uma enorme gama de processos de diferenciações, sejam estes individuais ou coletivos.

Essa busca pela chamada auto realização somada aos processos citados, segundo o autor, propiciaram uma variedade de movimentos políticos, mas ele crê que para o sucesso dos mesmos ser obtido devem ocorrer mudanças culturais profundas as quais possibilitem, de fato, a expansão das relações de solidariedade.

O autor ainda faz uma observação sobre uma tensão insuperável sobre a qual nos diz que “ela não pode renunciar à tarefa de introduzir os valores materiais ao lado das formas de

reconhecimento do amor e de uma relação jurídica desenvolvida, os quais devem estar em condições de gerar uma solidariedade pós-tradicional” (HONNETH, 2003, p. 228).

E ainda salienta que não pode afirmar se caminhamos para efetivas transformações sociais e estruturais nem quais seriam as direções e concepções dessas mudanças, muito menos se apontam para modificações socioeconômicas profundas ou se são somente ramificações e/ou continuações dentro do próprio sistema capitalista.

O fato é que Axel Honneth (2003) conseguiu efetivamente apontar críticas e questionamentos aos rumos das formas de reconhecimento, assim como as de reciprocidade e até da solidariedade entre os indivíduos na formação de possíveis conjecturas responsáveis por conflitos morais e sociais capazes de efetivamente estabelecerem lutas socialmente reconhecidas e potencialmente capazes de efetivarem certas mudanças na realidade socioeconômica.

No que se refere à chamada teoria crítica, levantada como bandeira, pela obra de Honneth (2003), como luta por reconhecimento e posse de gramática moral factível a essa luta, tiramos as seguintes conclusões.

A primeira diz respeito sobre a concordância do referido autor com Sartre, ao menos no que tange a esse ponto, acerca de como a incessante busca por auto realização dos indivíduos pode vir a possibilitar o olhar do outro sobre nós e como o impacto desse olhar pode propiciar mudanças em nós mesmos e, talvez, sob a forma de ações coletivas advindas desses possíveis *insights*.

Encontramos ensejo na explicação dessa referida obra por acreditarmos que somos frequentemente moldados pelas relações sociais as quais estabelecemos ao longo de nossas trajetórias assim como as que surgem a partir das diferentes percepções dos demais sobre nós.

Outra contribuição advinda do trabalho de Axel Honneth (2003) é a de ter como perspectiva o fato de que as insatisfações individuais vêm aumentando e incrementando cada vez mais as demandas por aquisição de direitos às liberdades dos sujeitos, especialmente no que concerne às diferenciações entre os indivíduos e à busca pela aceitação de novos padrões culturais e nas relações sociais em si.

2.3 Desrespeito e degradação dos sujeitos: aspectos preponderantes para uma análise bidimensional dos catadores de materiais recicláveis

Acreditamos que a discussão honnethiana acerca das formas de reconhecimento recusado é a que fornece maior arcabouço teórico para o estudo o qual empreendemos com os catadores de materiais recicláveis.

Para o autor:

[...] conceitos negativos dessa espécie designam um comportamento que não representa uma injustiça só porque ele estorva os sujeitos em sua liberdade de ação ou lhes inflige danos; [...] visa aquele aspecto de um comportamento lesivo pelo qual as pessoas são feridas numa compreensão positiva de si mesmas (HONNETH, 2003, p. 213).

A partir desse ponto, o referido autor chega ao cerne da questão que abordaremos logo a seguir, a qual seja a do entrelaçamento das dimensões da individualização e do reconhecimento onde experiências advindas da violação, da privação de direitos e/ou da degradação dos sujeitos fazem com que o desrespeito entre na esfera relativa à identidade pessoal dos mesmos.

Donde decorre que experiências as quais degradem o sujeito tanto a nível individual como a nível coletivo atingem-no fortemente no quesito vulnerabilidade que está presente em todos os seres humanos, ainda que possa se tornar preponderante com as mais diversas formas e experiências que os indivíduos possam passar ao longo de suas trajetórias.

No que tange aos catadores de materiais recicláveis, acreditamos, por tudo que foi mostrado aqui neste estudo sobre os aspectos históricos referentes a eles e o que ainda elencaremos a nível de pesquisa empírica mais à frente neste trabalho, que as experiências de desrespeito a nível individual, primeiramente, são na maioria das vezes (arriscamos dizer na totalidade das vezes) responsáveis pelo olhar enviesado e degradante que esses sujeitos tendem a sentir por inúmeras vezes ao longo do exercício de suas atividades.

Os mesmos são por vezes taxados com nomes que os diminuem e que os associam ao lixo o que são fatores que atuam na construção negativa da autoestima desses agentes os levando a um olhar depreciativos sobre a atividade laboral que desempenham e, ainda mais, sobre si mesmos.

Nas entrevistas exploratórias que realizamos com esses grupos, na primeira fase desta pesquisa, ficou extremamente notável o quanto eles se sentiam excluídos, humilhados e depreciados pela sociedade. A todo tempo tentavam sublinhar a importância da atividade do catador para a sociedade em geral, mas nunca sem uma correlação dessa relevância com

alguma história de humilhação que facilmente os levava às lágrimas, assim como também esta pesquisadora.

Um dos pontos em comum nessa primeira rodada de entrevistas foi o relato dos catadores de que as pessoas nunca se referiam a eles por seus nomes; eles seriam, segundo seus depoimentos, sempre as pessoas que estavam em meio ao lixo ou que separavam o lixo ou que seriam o próprio lixo. O direito ao nome é um aspecto legal de extrema importância para o Código Civil de todos os países, porém ainda não obteve a sua observância prática no que concerne a esses sujeitos.

Desses relatos decorrem as experiências de desrespeito tanto citadas pelos entrevistados, assim como outro aspecto altamente imbricado a ele o qual seria o referente à degradação dos sujeitos. Mas, antes de chegarmos nesse ponto de construção crítica, recorreremos mais uma vez à teoria honnethiana a qual versa sobre as três formas de desrespeito as quais podem ser infligidas a um sujeito tendo capacidade de gerarem colapsos de confiança até problemas psíquicos mais graves nos indivíduos.

A primeira forma de desrespeito está inscrita no que seria relativo aos chamados maus tratos corporais; segundo Honneth (2003) esta seria uma forma extremamente violenta de ferir um sujeito tanto na sua concepção individual tanto no que concerne a sua concepção de mundo, visto que nesse caso perde-se a confiança necessária para a coordenação prática entre a posse do próprio corpo e o arcabouço psíquico para que o sujeito se situe em sociedade, tamanho o trauma e as possíveis consequências que este pode lhe causar.

A segunda forma de desrespeito que afeta a autoconfiança pessoal dos sujeitos estaria inscrita no rol de direitos que seriam negados, na prática, a um agente: a ausência da posse de direitos os quais fazem de um sujeito digno de reconhecimento como um ente participativo da sociedade como um todo é capaz de torná-lo, nas palavras de Axel Honneth (2003):

[...] a denegação de pretensões jurídicas socialmente vigentes significa ser lesado na expectativa intersubjetiva de ser reconhecido como sujeito capaz de formar juízo moral; [...] uma perda da capacidade de se referir a si mesmo como parceiro em pé de igualdade na interação com todos os próximos (HONNETH, 2003, p. 216-217).

E, como última forma de rebaixamento dos indivíduos, estaria o valor social negativo imposto a indivíduos ou grupos. Aí estaria, segundo o ator que estamos abordando, o cerne da chamada degradação. Segundo Honneth (2003), à medida que os sujeitos são atacados no que diz respeito à honra, dignidade ou status, como assim preferirem a denominação, haveria uma

imensa diminuição da possibilidade de os agentes atribuírem o valor social às suas capacidades, restringindo, por conseguinte, os padrões de autorrealização necessários para a condução de suas vidas.

Honneth (2003) ainda discorre sobre as categorias de “morte social” (situações onde existem privação de direitos) e de “vexação” (situações onde persiste a degradação cultural), inclusive enumerando algumas pesquisas que se valeram dessas categorias para as suas investigações; esse ponto merece todo nosso destaque para a presente pesquisa, visto que o autor discute justamente sobre a chamada “morte psíquica” advinda de experiências de humilhação, desrespeito ou rebaixamento as quais são impostas para certos sujeitos.

No que tange aos catadores de materiais recicláveis, esse é um dos fatores cruciais para o possível entendimento de suas lutas pelo reconhecimento a partir das experiências degradantes pelas quais a maioria deles passa de forma individual e coletiva e que permite a criação de uma gramática moral própria a qual serve de potência para a criação, por vezes, de ações coletivas que buscariam subverter essas experiências e criar, quem sabe, novos parâmetros sociais de aceitação desses indivíduos e de reconhecimento mútuo.

Já no que concerne à discussão organizada por esse autor a respeito dos sentimentos morais, acreditamos que seja, sim, a vergonha o sentimento mais limitador e degradante dos sujeitos e é justamente esse sentimento que mais fora sublinhado pelos catadores nas entrevistas exploratórias para este estudo. A vergonha, tal como concebida pela teoria honnethiana, possuiria o potencial negativo suficiente para o indivíduo rebaixar o seu próprio valor enquanto pessoa e, por conseguinte, enquanto realizador de uma determinada ação.

Honneth (2003) inclusive frisa que essa vergonha seria tão potente e tão forte como agente negativo no campo psíquico do indivíduo que teria a capacidade para fazer com que o sujeito se imaginasse como alguém de menor valor até em situações as quais ele não teria sido exposto por ninguém ao sentimento de vergonha. Donde depreende-se que tal sentimento age no imaginário da mente de um indivíduo por um longo período – o qual não temos a capacidade de mensurar – atuando como gatilho de desvalorização constante dos sujeitos.

Sobre isso, acreditamos que a explicação de Honneth (2003) em sua completude deve ser assim aqui observada com bastante atenção.

Nessas reações emocionais de vergonha, a experiência de desrespeito pode tornar-se o impulso motivacional de uma luta por reconhecimento. Pois a tensão afetiva em que o sofrimento de humilhações força o indivíduo a entrar só pode ser dissolvida por ele na medida em que reencontra a possibilidade da ação ativa; mas que essa

práxis reaberta seja capaz de assumir a forma de uma resistência política resulta das possibilidades do discernimento moral que de maneira inquebrantável estão embutidas naqueles sentimentos negativos, na qualidade de conteúdos cognitivos. Simplesmente porque os sujeitos humanos não podem reagir de modo emocionalmente neutro às ofensas sociais, representadas pelos maus tratos físicos, pela privação de direitos e pela degradação, os padrões normativos do reconhecimento recíproco têm uma certa possibilidade de realização no interior do mundo da vida social em geral; pois toda reação emocional negativa que vai de par com a experiência de um desrespeito de pretensões de reconhecimento contém novamente em si a possibilidade de que a injustiça infligida ao sujeito se lhe revele em termos cognitivos e se torne o motivo da resistência política (HONNETH, 2003, p. 224).

Sendo assim, as experiências individuais de desrespeito, quando atuam de forma bastante contundente na cognição dos sujeitos e até em seus padrões de comunicação com o mundo exterior e nos referentes a suas próprias concepções sobre si mesmos, possuem as bases para a criação de ações coletivas advindas de lutas sociais de resistência com potencial para modificar concepções enraizadas no imaginário das pessoas e para aquisição de direitos, cidadania e valorações pertencentes ao campo da dignidade e do respeito.

2.4 A operacionalização da Teoria Crítica nas análises sobre a ação coletiva

No que diz respeito às análises científicas sobre a possibilidade de junção da crítica teórico-social realizada por Honneth (2003) e a aplicação empírica desta em estudos sobre o mercado de trabalho, citaremos, neste primeiro momento, duas contribuições que merecem destaque.

Para Rosenfield, Melo e Corrêa (2015), há de se levar em conta a contribuição teórica e, muito mais, normativa, de Axel Honneth, porém, segundo o artigo desses autores, existe um campo obscuro entre a teoria do autor e realidade encontrada na chamada pesquisa social.

Os fatores que, segundo os autores, provocariam essa tensão entre teoria e prática seriam: a atomização das formas alternativas de inserção produtiva; ausência de um verdadeiro projeto de liberdade social para todos; desequilíbrio entre os níveis “micro” e “macro” da teoria honnethiana; ausência de enfoque para identificação de “novos” valores de justiça na sociedade.

O artigo acima citado buscou correlacionar a discussão da concepção honnethiana de justiça com análises sociológicas, ou sociais, nas palavras dos autores, sobre o mercado de trabalho e as possíveis utilizações de reivindicações por justiça, mas, como vimos no exposto,

os autores julgaram improcedente a verificação de junção entre tal concepção teórica e a aplicação na realidade da pesquisa científica.

Quanto à concepção positiva referente a tal junção e aplicação na realidade, buscaremos sublinhar uma dissertação de mestrado, em Administração Pública, que realizou um estudo de caso longitudinal (1987 a 2010) a partir da concepção de Axel Honneth (2003) acerca da luta por reconhecimento, advinda do conflito social, tornando evidente o caso específico de uma associação de catadores em Minas Gerais.

Pereira (2011) buscou, desta forma, por meio da análise de narrativas dos catadores, perceber o processo de luta por reconhecimento numa associação de catadores em paralelo com as fases de embate e de aproximação do poder público em relação à entidade, evidenciando tanto as formas de desrespeito quanto o chamado “reconhecimento recusado”.

A autora também trouxe à tona toda a trajetória da associação mineira citada observando e tomando por base o processo de busca incessante dos associados por respeito e sobre os componentes percebidos por eles como um conjunto de expectativas morais de reconhecimento.

Até o presente momento, o trabalho de Pereira (2011) fora o estudo que mostrou reais possibilidades de operacionalização da junção entre as teorias que trouxemos, em linhas gerais, para este estudo, sobretudo as oriundas da questão da luta por reconhecimento enfatizada e problematizada por Honneth (2003); assim como a investigação citada nos trouxe interessantes aportes no que tange às possibilidades metodológicas para a consecução de nossos objetivos.

Fuhrmann (2013) apresenta um artigo acerca da necessidade de a Sociologia passar a atender mais para o possível embasamento teórico fornecido pela teoria do reconhecimento. A autora procura apontar subsídios teórico introdutórios, dentro da teoria citada, para aqueles que procuram analisar os conflitos urbanos mais contemporâneos.

Aponta, ainda, algumas origens históricas, dentro das Ciências Sociais, para a utilização do termo luta pelo reconhecimento, como o que fora empreendido em 1989 por Tavares dos Santos (2009) acerca da busca do Movimento dos Sem Terra pelo reconhecimento de seu movimento, assim como de suas bases e objetivos.

E aponta alguns aspectos no âmbito dos fenômenos sociais que poderiam se valer da teoria honnethiana, tais como: manifestações populares; violências nas suas mais diversas

acepções; situações de vulnerabilidade social; precarização no mundo do trabalho, dentre tantas outras esferas do espaço social por onde possa perpassar, por exemplo, o desrespeito.

Segundo a autora:

[...] o não reconhecimento é uma herança transgeracional, particularmente, das classes populares e segmentos marginalizados moralmente. A invisibilidade subjetiva e social é o verdadeiro estigma humano que deflagra as lutas sociais. Intervir nesse vácuo pode significar uma revolução silenciosa com desfecho expressivo (FUHRMANN, 2013, p. 5).

Desta forma, a referida autora expõe os conflitos urbanos onde possivelmente a humilhação e o menosprezo possam estar subjacentes a eles e atuarem como propulsores para as lutas e para os conflitos urbanos a fim de minorarem, por exemplo, aspectos da injustiça social por meio de sentimentos coletivos os quais possam gerar ações coletivas nesse sentido.

Outra abordagem profícua a nível de operacionalização da teoria honnethiana fora sistematizada por Batista (2011). Esse autor ensejou uma comparação entre as lutas pelo reconhecimento e os chamados direitos humanos. E faz esse paralelo através da discussão filosófica entre os principais autores das duas vertentes e os pressupostos teóricos debatidos pela teoria do reconhecimento.

A parte da operacionalização no artigo citado se encontra na discussão realizada no mesmo sobre os direitos humanos na contemporaneidade, onde o autor discorre sobre o terceiro Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3) e os desafios sobre a efetivação dos direitos humanos no Brasil no que se refere à aplicação, e não a simples elaboração da normatização desses direitos.

No tocante a esse assunto, o autor nos diz que:

[...] se o ser humano não pode ser tratado como objeto por seus semelhantes, parece certo que seu corpo deve gozar de imunidade, o que não implica apenas o repúdio à ação direta sobre ele, mas a garantia de todas as suas necessidades, a fim de evitar que, abandonado às próprias forças, ele deva se submeter à vontade do outro (BATISTA, 2011, p. 23).

O autor finaliza seu debate filosófico nos dizendo que:

A grande contribuição da retomada de uma teoria da luta pelo reconhecimento é apresentar-se como chave de compreensão para os conflitos sociais como reivindicações éticas que contribuem para a ampliação das possibilidades de subjetivação e que aperfeiçoam o panorama ético do todo. A transgressão, assim, vem apontar para a deficiência ética do coletivo, não do indivíduo transgressor.

Inverte-se o *locus* de intervenção do direito retirando-o do indivíduo, da necessidade de adaptá-lo às convenções sociais, e passa para a sociedade, para a necessidade desta de aceitar e incluir as mais diversas formas de existência, garantindo-as desde a sobrevivência física até a valorização de sua particularidade (BATISTA, 2011, p. 24).

Sobottka (2015) já propõe a observância de outro fator: se a teoria de Axel Honneth (2003) se aplicaria tão somente às sociedades economicamente centrais ou se poderia servir de base para investigações em contextos totalmente distintas das primeiras. Para essa observação, o autor fez uso de um estudo empírico sobre mulheres envolvidas no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) no que concerne ao contexto de violência contra as mulheres em Porto Alegre.

Durante as entrevistas biográficas, segundo o autor, ficou clara a percepção sobre desrespeito e humilhação subjacente aos maus tratos físicos e emocionais passados por essas mulheres. Segundo seu relato:

Desde o primeiro contato ficou claro que na vida cotidiana do público-alvo da política mencionada o sistema de relevância que orienta as expectativas normativas e os juízos cotidianos estava geralmente sobrecarregado e marcado por experiências de desrespeito e injúrias na esfera íntima. Justamente aquela esfera da vida social em que em tese se esperariam relações orientadas por afeto das pessoas mais próximas (SOBOTTKA, 2015, p. 8).

O autor prossegue sua articulação teórica traçando os parâmetros entre a teoria honnethiana e a política pública implementada com o nome de PRONASCI discorrendo sobre as formas de constrangimentos apontadas por Honneth (2003) e a aproximação de sua teoria com os relatos feitos pelo público-alvo do projeto.

A sequência de abusos de toda ordem no que concerne às mulheres atendidas pelo projeto consegue, segundo ele, se aproximar dos pontos enumerados pela teoria honnethiana. Para Sobottka (2015), o sofrimento é, de fato, um enorme propulsor para desencadear lutas pelo reconhecimento devido às similaridades numa determinada esfera de desrespeitos compartilhados por um certo grupo.

Infelizmente, ele acaba tendo que chamar atenção para a ineficiência das políticas públicas no Brasil, no geral, por apresentarem um componente extremamente nocivo: a apropriação simbólica. Sobre isso, ele sublinha que “o governante transforma a política pública em uma ajuda que ele ou seu grupo político concedem e pela qual os destinatários lhe devem alguma reciprocidade” (SOBOTTKA, 2015, p. 15).

Sobre isso, o autor nos diz que, muito embora o projeto por ele analisado tenha acabado logo em seguida, a teoria do reconhecimento seria uma excelente ferramenta para a análise de políticas públicas, pois “ela ajuda o pesquisador a formular e enquadrar questões que as protagonistas da narrativa não conseguiam articular nem enquadrar num contexto maior de relações sociais desiguais” (SOBOTTKA, 2015, p. 15).

Mas, conclui sua discussão teórica frisando uma impossibilidade das maiores no que tange às contribuições de Axel Honneth (2003). Para Sobottka (2015), o referido autor teria negligenciado o aspecto referente à individualização. Em suas palavras “o autor parece ter esquecido as consequências que a “dessimbolização” e a individualização institucionalizada têm como bloqueadoras de autorrelações práticas positivas. E sem elas, as dificuldades para protagonizar lutas por reconhecimento tornam-se muito grandes” (SOBOTTKA, 2015, p. 16).

Ao nosso modo de ver, tais pontuações levantadas por esse autor merecem algum destaque da nossa parte no que seria relativo a algumas dúvidas que as mesmas suscitam. No que concerne à possibilidade de aplicação da teoria do reconhecimento na análise de políticas públicas, tal afirmação ensejaria duas faces.

A primeira, positiva, pois prevê essa possibilidade de aplicação da referida teoria, porém, logo em seguida, a face negativa. Esta se refere à necessidade, nas entrelinhas, de uma espécie de porta-voz o qual pudesse ser capaz de articular experiências de sofrimento e desrespeito que os sujeitos os quais teriam passado por tais vivências não conseguiriam articular num esquema e organização suficientemente profícuo para a criação de um movimento social que tenha por base a tal luta pelo reconhecimento.

Essa afirmação traz logo de saída alguns problemas teóricos, visto que a gramática moral do conflito, elaborada na teoria do reconhecimento honnethiana, não prevê uma análise *x* ou uma experiência *y* capazes de formularem ou embasarem um movimento social.

As experiências compartilhadas de desrespeito são, segundo Honneth (2003) possíveis propulsores de movimentos sociais que almejem a luta pelo reconhecimento. Mas as experiências sociais e as consequentes resultantes das interações sociais não são mensuráveis matematicamente.

Conseguimos perceber o papel central dos porta-vozes num movimento social, mas não conseguimos verificar a necessidade de um protagonista como esse para mostrar o potencial que o sofrimento pode promover para uma busca por reconhecimento.

Assim, conseguimos manter a expectativa de que a maioria dos ditames preconizados por Honneth (2003) servem de embasamento teórico para pesquisas que versem sobre grupos altamente estigmatizados pela sociedade, onde existem sofrimento e desrespeito compartilhados donde nasce uma gramática moral advinda dessas experiências. E com esses compartilhamentos os movimentos sociais são possíveis, não de forma inevitável, mas com todas as suas bases engendradas por essas experiências.

2.5 A localização da luta pelo reconhecimento na discussão acadêmica sobre a ação coletiva

Faz-se necessário, de certa forma, discorrermos brevemente sobre as chamadas teorias de ação coletiva a fim de situarmos melhor a inscrição da análise sobre a luta pelo reconhecimento oriunda da Teoria Crítica a qual falamos amplamente nos demais tópicos deste capítulo.

Existe uma gama de estudos e de abordagens acerca da chamada ação coletiva como forma de análise dos processos de luta, inserção, conquista identitária e formação de grupos e movimentos sociais. Essas abordagens podem ter finalidades mais pragmáticas ou, ainda, podem atentar para esferas de ordem mais subjetivas dos sujeitos analisados.

Mancur Olson (1999), por exemplo, é um autor que critica fortemente o pluralismo e, ainda mais, o marxismo. Para ele, os indivíduos não agirão para a consecução dos propósitos dos demais, já que, segundo o seu pensamento, as pessoas seriam altamente racionais e calculariam muito bem a suas adesões a movimentos e a grupos sociais.

Para Olson (1999), a teoria tradicional sobre a formação dos grupos sociais não forneceria subsídios adequados para a análise desses grupos, visto que não levariam em consideração, de acordo com seu pensamento, a falta de disposição dos indivíduos em, verdadeiramente, cooperarem com os demais.

Para ele, desta forma, há de se levar em conta a existência do que ele chamou de “*free rider*”, ou seja, de um conjunto de comportamentos oportunistas que são tomados pelas pessoas a fim de entrarem de “carona” em grupos e movimentos sociais tão somente para conquistarem e maximizarem os seus objetivos.

Olson (1999) utiliza o entendimento da chamada interação estratégica a qual vincula o pensamento racional dos indivíduos, não fazendo questão de incluir no seus modelos de pesquisas os aspectos culturais ou identitários, por exemplo. Ao nosso olhar, tal modelo de análise de grupos sociais reduz o comportamento dos sujeitos a níveis puramente racionais e, ainda mais, economicistas, deixando de lado aspectos vitais, inclusive da própria interação social metodológica, como as trocas de experiências, ideias e ações entre os indivíduos que são capazes de fornecer diferentes resultados dessas interações e formar um enorme número de possibilidades de criação e desenvolvimento de grupos sociais.

Olson (1999) leva em consideração a teoria da utilidade marginal e traz as principais características dessa teoria para análise de grupos sociais, especialmente para a análise dos chamados grupos de pressão nos Estados Unidos dos anos 50 do século XX. Ainda que esse tipo de ferramenta de pesquisa reduza muito as ações coletivas às escolhas racionais dos indivíduos e que diminua – em demasia – os papéis dos grupos sociais enquanto agentes de mudança de algum aspecto social, gostaríamos de frisar a lucidez desse autor ao observar que nem tudo são flores nas ações coletivas e que, sim, existem muitos daqueles que se unem a um grupo tão somente para angariar os recursos e atingir os objetivos que eles têm no âmbito individual.

Outra forma de abordagem das ações coletivas é a que advém de Alberto Melucci (2001). Este autor faz uma análise, bem como uma profunda reflexão comparativa sobre os movimentos sociais de outras épocas e os mais contemporâneos, sempre se indagando se o que está sendo analisado é, de fato, um movimento social.

Melucci (2001) nos diz que a ação coletiva deve ser pensada como uma ação que acaba se opondo a algum tipo de adversário e que, por vezes, esse adversário é algum tipo de organização. Segundo ele, a ação coletiva e a organização “adversária” deveriam estar numa perspectiva de paridade, no sentido de ocuparem mesmo plano para que se verifique as causas de um conflito latente.

A pergunta primordial para esse autor seria “como ocorre a ação coletiva até que chegue a ser considerada um movimento social?”. Melucci (2001) utiliza bastante o conceito de identidade numa perspectiva sistêmica de modo a realizar as suas compreensões sobre as ações coletivas.

De acordo com esse autor, os movimentos sociais poderiam ser de fruto histórico (concepção materialista) ou de caráter cultural. E a ação coletiva, assim, seria uma

consequência da constituição da dinâmica de um determinado movimento social. Para o autor, há de se ter uma disputa pelo sentido para que haja um movimento social, sentido esse que somente emergiria após a identificação do tipo de padrão social que o movimento social visaria modificar.

O que Melucci (2001) buscaria seria uma profunda análise dos conflitos a partir da ênfase numa abordagem que faz com que o comportamento sobressaia. Para ele, há de se pensar no campo das emoções e dos conflitos para se atingir a percepção da identidade criada pela ação coletiva, o que o diferencia totalmente da lógica economicista de Mancur Olson (1999).

Assim, para esse autor o conflito seria um instrumental para a necessidade do surgimento de ações de natureza coletiva e as interações sociais as quais ele tem como fundamentais para a análise de movimentos sociais são aquelas que têm a identidade como alicerce para um determinado comportamento coletivo decisivo para formar um grupo social potente para quebrar um padrão social indesejado.

Outra grande abordagem sobre a ação coletiva viria de James Scott (2013). Este autor é um cientista político que faz uso de perspectivas antropológicas para as suas pesquisas sobre os movimentos dos camponeses no sudeste da Ásia. Ele critica muito o olhar dos sociólogos para os chamados “grandes movimentos sociais”, o que termina por deixar de lado completamente aquilo que ele veio a chamar de pequenas resistências as quais seriam as dimensões “menores” ou “particularizantes” dos movimentos sociais.

O discurso dos camponeses, de acordo com este autor, seria situacional e elaborado tomando como partida as relações sociais estabelecidas entre as diferentes classes e o posicionamento dos indivíduos em relação a elas.

Porém, ao nosso modo de ver, o discurso oculto tão falado em sua pesquisa, acaba por ser um dos maiores trunfos dentro de sua análise, justamente por ter a sensibilidade de perceber que o que é ocultado seria, sim, uma estratégia de resistência (ainda que ofereça uma verificação extremamente difícil ao pesquisador).

O discurso oculto geralmente está em uma espécie de oposição, de acordo com Scott (2013), no que tange a fronteira tênue entre essas duas formas, o que faz com que o próprio discurso seja um objeto de luta. Tal autor preconizou em suas pesquisas, inclusive, a análise dos discursos ocultos presentes em sistemas de dominação extremamente fortes, tais como nas

castas, por exemplo. Quanto mais presente a dominação, tanto mais forte será o chamado discurso oculto.

Scott (2013) também atenta para os eufemismos como mecanismos de coerção, trazendo à tona a suavização das relações de dominação. Esse autor critica fortemente a naturalização da submissão proposta, segundo ele, por algumas teorias sociológicas. Ele frisa que o conceito de hegemonia deve ter desconstruído, pois do jeito que o mesmo é discutido não levaria em consideração o principal ponto subjacente a ele o qual seja o conflito.

Segundo este autor, os sociólogos só enxergavam o que estava inserido no discurso público, deixando de lado os impactos – e a existência inclusive – dos discursos ocultos. Ele nos diz que os sujeitos tendem a evitar os confrontos abertos, suavizando em suas ações os impactos sofridos, por exemplo, pelos processos de exploração por que passariam.

Assim, de acordo com esse autor, o discurso oculto seria a própria realização da resistência efetivamente, bem como seria um produto social que somente se faria presente em espécies de manifestações em espaços pensados pela sociedade como marginais.

Scott (2013) ainda sublinha que a dignidade dos sujeitos sofreria marcas intensas após processos de dominação e a humilhação seria um aspecto latente nos indivíduos nessas relações de dominação e sendo mais intensas quando ocorressem entre nossos familiares e colegas de trabalho.

Nesse sentido, podemos fazer um contraponto entre a sua teoria e a abordagem honnethiana acerca dos processos de reconhecimento dos sujeitos. Levar em consideração os aspectos identitários, bem como aqueles relativos à dimensão moral dos indivíduos são condições decisivas para entendermos como se verificaria o processo de formação da luta pelo reconhecimento dos catadores de materiais recicláveis. E para todos aqueles grupos fortemente estigmatizados.

Existem diversas abordagens circunscritas nas análises relativas às ações coletivas, algumas mais ao lado dos aspectos econômicos, outras mais próximas das abordagens interacionistas, mas a análise advinda de Axel Honneth (2003) acerca da gramática moral do conflito como subsídio para o entendimento da luta pelo reconhecimento de um dado grupo social foi a que mais nos auxiliou na compreensão das lutas inerentes à formações de associações e cooperativas de catadores na cidade de São Luís.

CAPÍTULO 3: O MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES (MNCR) COMO PONTO DE ARTICULAÇÃO E ATUAÇÃO DOS CATADORES BRASILEIROS

Neste terceiro capítulo da pesquisa, discorreremos sobre o papel fundamental do Movimento Nacional dos Catadores (MNCR) para as principais conquistas dos catadores de materiais recicláveis no Brasil nas duas últimas décadas.

Para isso, a primeira seção deste capítulo aborda as origens históricas do movimento citado e as principais demandas do mesmo quando do momento de sua criação. Já na seção posterior, trouxemos de que maneira se configurou a ressignificação da atividade laboral dos catadores a partir das iniciativas de articulação realizadas pelo MNCR.

A terceira seção deste capítulo traz a análise de diversas publicações realizadas pelo Movimento Nacional dos Catadores (MNCR) e de que forma as mesmas serviram de base tanto para a formulação de uma agenda do movimento, quanto foi fundamental para uma maior coesão do mesmo no Brasil.

E a última seção deste terceiro capítulo é referente à elaboração de um panorama socioeconômico dos catadores de materiais recicláveis no país e uma síntese acerca dos principais indicadores levados em conta em relação a esses sujeitos.

3.1 As origens históricas do Movimento Nacional de Catadores

Antes de adentrarmos na análise sociológica propriamente dita das experiências de organização coletiva (ASCAMAR e COOPRESL) observadas no presente estudo, acreditamos que seja interessante discorrermos, primeiramente, sobre o Movimento Nacional de Catadores (MNCR) dada a sua atuação como agente fundamental para a conquista de direitos e pela luta pelo reconhecimento da categoria dos catadores de materiais recicláveis no Brasil.

Ao longo desta pesquisa verificamos a centralidade do MNCR nos processos de articulação das lutas empreendidas pelos catadores. Ele fora fundamental para a criação tanto da ASCAMAR quanto da COOPRESL em São Luís, bem como possui intensa representação no que concerne à manutenção de associações e cooperativas de catadores no Brasil. E, ainda mais, verificamos que o MNCR é o agente que torna possível as lutas por reivindicações desses grupos desde a sua criação e é o que mostraremos a seguir.

O movimento citado surgiu há vinte anos, ou seja, em 1999, durante o Primeiro Encontro de Catadores de Papel, mas fora fundado oficialmente em 2001, no Primeiro Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, evento realizado em Brasília e que teve como resultado, além da fundação do MNCR, a produção da Carta de Brasília² o qual é um documento que registrou as maiores reivindicações dessa categoria até então.

Tal carta preconiza os três grandes objetivos dos catadores, cada um levando em conta os pontos para a sua devida efetivação. No primeiro objetivo, destinado de forma direta ao Poder Executivo, existe a busca pelos seguintes pontos: garantias de convênios para os catadores; inclusão dos catadores no Plano Nacional de Qualificação Profissional; políticas de subsídios para a aquisição de maquinário necessário para a reciclagem de materiais; erradicação dos lixões em todo o país, dentre outros pontos.

No segundo objetivo sublinhado na Carta de Brasília, há a preocupação com a cadeia produtiva do processo de reciclagem e existe a busca por políticas de financiamentos e subsídios para a industrialização dos materiais recicláveis e onde as empresas sociais formadas por catadores de materiais recicláveis fossem priorizadas nesse processo industrial da reciclagem.

E, no tocante ao terceiro objetivo, a carta citada dava enfoque para a busca da cidadania dos moradores (as) de rua e onde se destacava a importância do Censo do IBGE passar a quantificar, ou melhor, reconhecer a existência da população de rua brasileira. Também preconizava o direito à cidade para esse segmento populacional, assim como havia a latente preocupação para a geração de renda, o direito à educação e o direito à saúde dos moradores (as) de rua.

Já no ano de 2003, ocorreu o Primeiro Congresso Latino-americano de Catadores de Materiais Recicláveis, realizado em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. Nesse congresso fora produzida a Carta de Caxias, documento que procurou a difusão da causa dos catadores por toda a América Latina.

Em 2006 houve outro marco histórico do MNCR, a realização da Marcha para Brasília. Nesse evento, o movimento reuniu cerca de mil e duzentos catadores os quais levaram as principais reivindicações do movimento, sendo o principal destes a criação de postos de trabalho em associações e cooperativas com bases nos princípios da economia solidária.

2 Sobre a Carta de Brasília, ver: <http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia>

No que tange a sua bandeira, criada em 2001, o MNCR a descreve da seguinte maneira, que articula elementos ambientais, socioeconômicos e, principalmente, o foco no trabalho organizativo de catadores e catadoras:

A verde folha é a representação da natureza; em seguida o azul, que representa nosso comprometimento com a luta e nossas águas, o amarelo representa as catadoras e os catadores de mãos dadas formando o mapa do Brasil, demonstrando a nossa maior riqueza, a nossa unidade na luta pela economia solidária, o preto é o carrinho, símbolo de nossas ferramentas de trabalho e uma das provas de que esta economia nos exclui, pois desde a invenção da roda, toda a tecnologia, inteligências artificiais, a riqueza e a “evolução” dos seres humanos, nós puxamos carrinhos e por fim o vermelho, simboliza nossa paixão [...] simboliza a catadora e catador de materiais recicláveis, principal ator da reciclagem (MNCR, publicado em 19/03/2011).

Ainda sobre o contexto socioeconômico que permeava o surgimento do MNCR, Silva (2006) sublinha que:

A precarização, a mão de obra volátil (super e subqualificada), os grandes contingentes de desempregados perenes tornavam-se aspectos estruturantes das novas relações no cenário internacional (...) assim, a década de 90 apresentava irremediavelmente contundente as fraturas do sistema econômico e social que se havia optado: o contingente de pessoas que utilizavam as ruas como espaço de vida e subsistência atingia índices assombrosos (SILVA, 2006, p. 11).

Desta forma, observamos que o contexto referente ao crescimento e o empobrecimento da população, este último como consequência socioeconômica das políticas econômicas que vinham falhando desde os anos setenta no Brasil e a crise internacional que assolou economicamente diversos países no final dos anos noventa, fomentou o incremento do contingente populacional em situação de rua. A catação, atividade antiga e historicamente já debatida neste estudo, passou a ser solução para a reprodução socioeconômica para um número cada vez maior de pessoas. E o MNCR veio como uma resposta institucionalizada para esse aumento de pessoas vivendo e sobrevivendo devido a atividade de catador.

No que tange à natureza do movimento, devemos, antes, ressaltar um ponto importante. Não há menção deste ou daquele nome de um ou outro responsável pela fundação do MNCR; existe, sim, o desejo de se destacar a importância de um movimento nacional que possa articular as reivindicações e os interesses da categoria dos catadores de materiais recicláveis.

Dito isto, a natureza do MNCR reside na missão, segundo seus próprios registros, de sublinhar a importância dos catadores enquanto trabalhadores e enquanto merecedores de dignidade pela sociedade dada tal relevância para a chamada sustentabilidade.

3.2 Ressignificação da atividade laboral dos catadores e a questão da governança ambiental

O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis conseguiu trazer luz sobre as reivindicações dos catadores, sobretudo para três pautas principais, conforme discutiremos a seguir. A primeira diz respeito às melhorias das condições de trabalho dos catadores; a segunda reivindicação seria referente à preocupação no que tange à elaboração de políticas especificamente voltadas para a questão dos resíduos sólidos, bem como para a regulamentação da atividade exercida por esses sujeitos; e, por fim, a terceira seria referendar a importância dos catadores no que concerne à chamada governança ambiental lhes conferindo importância e protagonismo nas regras do campo social em questão.

Para Silva (2006), no que se refere à importância do MNCR:

A partir do momento que uma nova identidade é vivida cotidianamente pelos catadores, ela acaba por ser consequentemente forjada institucionalmente, sendo essa identidade, dessa forma, mediada por dispositivos complexos de reconhecimento e participação no espaço público contribuindo notoriamente em diferentes níveis para que o catador tenha consciência de seu papel, não só como sujeito público que presta um serviço imprescindível, mas também porque por meio dessa visibilização, mudanças mais complexas ocorrem (SILVA, 2006, p. 4).

Assim, para a autora citada, fora o MNCR o agente responsável por se colocar o debate sobre as condições e vida e trabalho dos catadores na agenda concernente às políticas públicas brasileiras e a fazer dos indivíduos que sobrevivem economicamente às custas da catação, por alguma forma, mais “visíveis” tanto ao poder público quanto em relação à sociedade em geral.

Ou seja, apesar do trabalho de catação possuir uma vigência histórica antiga, foi somente a partir da criação do MNCR que as pautas de reivindicações dos catadores se tornaram públicas e que eles passaram a ser vistos como um grupo social com existência no espaço público, enquanto categoria de trabalho e como um grupo formalmente institucionalizado mediante o surgimento do referido movimento.

Ainda segundo as reflexões de Silva (2006):

É apenas na década de noventa que os catadores começaram a articular parcerias e a toma consciência de que seu trabalho, muito mais do que uma motivação econômica estava estreitamente ligado às formas de regulação e governação ambiental. Assim, no período que cresce em todo o mundo questões sobre a governação ambiental, os catadores cada vez mais estabelecem e consolidam parcerias com setores da sociedade civil que os ajudam a retomar o processo de expansão do movimento desde uma perspectiva da preservação ambiental” (SILVA, 2006, p. 16).

Duas questões, acima destacadas por Silva (2006), servem para contextualizar o processo de emergência do movimento de catadores, caso de sua conexão com a questão ambiental – conforme já destacado no capítulo 1 – e o estabelecimento de parcerias com entidades da sociedade civil, com organizações não governamentais e empresas.

Porém, alguns pontos considerados como consequência da criação do MNCR, segundo a autora citada, merecem ser observados no presente estudo, visto que reconhecemos alguns deles nas falas dos catadores entrevistados para esta pesquisa.

O primeiro ponto que devemos destacar seria uma certa “crise de identidade” que acabou por ser gerada após a criação do MNCR. Esta se refere tanto ao catador que se viu em dúvida sobre exercer a catação ou apenas ser um articulador de movimento social, ou seja, passou a ser um porta voz daquilo que já exerceu como atividade e das experiências que já personificou enquanto catador.

Tal crise identitária também pode ser percebida nos sujeitos que exerciam a catação como atividade laboral sazonal e ficaram com algumas questões que pairam acerca da atividade. Eles são população de rua e catadores? Ou ser catador passou a ser, ainda que de forma precarizada, uma categoria acima da chamada situação de rua? Tais indagações também nos foram trazidas quando da realização de nossas entrevistas com os catadores.

Ainda sobre a época do surgimento do MNCR e da importância de sua criação enquanto arcabouço institucionalizado de viabilidade de lutas dos catadores, há de se sublinhar o aumento da discussão, bem como da produção, acadêmica referente a essa categoria de trabalho e, ainda, no que se refere à sustentabilidade e à governança ambiental.

Cada vez mais passou a se debater academicamente sobre desenvolvimento sustentável, economia solidária, economia circular, dentre tantos outros eixos de análise que acabam sempre como dar protagonismo, de uma forma ou de outra, aos catadores de materiais recicláveis.

Outro resultado da criação do MNCR pode possuir uma ambivalência. Tal resultado se refere à corresponsabilidade sobre a política de resíduos sólidos no Brasil. Se antes ela era uma atribuição única e exclusiva do Estado brasileiro, após a institucionalização do MNCR ela passou a ser compartilhada também com as cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Se por um lado as cooperativas de catadores se constituíram como agentes centrais para a efetivação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, por outro lado conseguimos observar uma responsabilização de um grupo que, por mais que esteja através do MNCR institucionalizado, ainda vive sob a égide constante da precarização e da estigmatização social. Como possuirão meios próprios para implementarem mudanças no campo do qual fazem parte?

Acerca disso Silva (2006) salienta que:

As mudanças sociais empreendidas por tais movimentos se inscrevem muito mais numa concepção de governação agonística que, por ser complexa, acaba sendo relacional, formada por redes e conexões, mas que nem por isso é resultado de ação mútua, mas sim de articulações que muitas vezes são caracterizadas por sua precariedade e não linearidade” (SILVA,2006, p. 27).

Ainda assim, apesar de todas as ponderações feitas aqui até então, é notável o número de conquistas angariadas pelo MNCR, bem como a forma com que o movimento conseguiu ressignificar a função do catador para a economia circular e para a sociedade em geral enquanto trabalhadores e, principalmente, enquanto sujeitos dignos de respeito e atenção em relação às suas reivindicações.

No quadro a seguir (Quadro 6), retomamos uma periodização acerca da evolução da questão dos catadores de materiais recicláveis, que sublinha as principais questões subjacentes ao desenvolvimento desse grupo social. Assim, no período que antecede o surgimento do MNCR, a questão dos catadores aparece como o resultado da dinâmica econômica (Anos 1950-1970). Nas décadas seguintes, já com a organização do Movimento, a questão do catador assume contornos políticos, com a reivindicação da existência no espaço público (Anos 1980-1990) e a ampliação dos espaços de articulação política (Anos 2000).

Quadro 6 – Perspectivas de atuação na vida dos catadores.

Década de 1950-70	Década de 1980-90	A partir do ano 2000
<ul style="list-style-type: none"> - Catador como resultado da lógica de produção, principalmente em sua compreensão desde uma perspectiva econômica; - Motivação econômica; - Sobrevivência. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reivindicação da profissão: a imagem do Catador é aliada aos princípios da Ecologia - Profissionais desempregados (cada vez em maior número na década de 80 – considerada a “Década perdida” para os economistas, devido a estagnação no crescimento econômico dos países latino-americanos) - Reação ao sistema formal de trabalho - Autonomia em relação ao mercado formal - Resposta a questões subjetivas ligadas ao rompimento de vínculo com familiares, dependência química entre outros. 	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação em nível nacional e internacional (América Latina) - Criação de um Movimento Nacional de Luta por direitos: a figura do Catador é aliada à organização política - Re-significação do “estigma” de “catador de lixo” para “agente prioritário da limpeza pública” - Imagem de parceiro do governo e agente ambiental - Reconhecimento oficial da profissão “catador” no CBO (Código Brasileiro de Ocupações) - Desafio crescente: distanciamento das lideranças da categoria das “bases orgânicas” não organizadas. - Catador organizado x Catador não-organizado - Distanciamento da situação de rua

Fonte: Silva (2006).

Os catadores conseguiram, assim, inscrever muitas de suas pautas na chamada agenda ambiental e passaram a fazer parte dos agentes aptos a exercerem a governança ambiental correlata a ela. Há de se manter, por outro lado, a observância ainda no que tange às lutas por reconhecimento empreendidas pelo MNCR, bem como em relação aos esforços por articulação de ideias e reivindicações das associações e cooperativas que dele fazem parte e por ele são representadas junto ao poder público e junto aos demais parceiros institucionais.

A respeito das mudanças, até certo ponto, da visibilidade dos sujeitos assim denominados catadores, e acerca das mudanças tanto no que tange à ocupação dos mesmos, como no que se refere ao seu papel enquanto cidadãos, Silva (2006) elaborou o quadro mostrado acima.

Tal elaboração consegue sublinhar tanto os aspectos socioeconômicos que permearam o contexto de criação do MNCR, quanto também nos fornece elementos de reflexão sobre as conquistas e os desafios enfrentados pelo MNCR até a sua análise. Nos dias atuais outros desafios foram acrescentados à pauta do movimento e é o que pretendemos discutir a seguir

através de um tópico específico sobre algumas publicações desenvolvidas pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

3.3 A agenda do MNCR sob as lentes de suas publicações

Para observarmos como tem sido feita a articulação do MNCR, para além do estabelecimento de parcerias empreendidas pelo movimento, resolvemos a nível ilustrativo sublinharmos os últimos dez artigos divulgados no site do MNCR apenas como forma de situarmos essas reivindicações do movimento na contemporaneidade.

O artigo mais antigo dos últimos dez divulgados pelo MNCR (2016) versa sobre o projeto Cidade dos Sonhos, campanha da rede Purpose, onde ciclistas e pedestres teriam o direito a fazerem propostas para a melhoria da cidade de São Paulo durante a ação citada.

No que concerne ao MNCR, o movimento conseguiu que a pauta “resíduos sólidos” fizesse parte das medidas prioritárias para qualquer cidade “dos sonhos” brasileira, junto das temáticas mobilidade, áreas verdes e energia. Nesse artigo, assim, fica clara a pretensão do MNCR de situar os catadores como protagonistas da questão referente à coleta seletiva e à sustentabilidade para a efetivação das chamadas cidades inteligentes no Brasil (MNCR, 2016, disponível em <http://www.mnrc.org.br/artigos/projeto-cidade-dos-sonhos-faz-consulta-na-avenida-paulista>).

No nono artigo mais antigo produzido pelo MNCR (2016) existe uma discussão acerca do Terceiro Congresso do Movimento Nacional da População de Rua. Para além do tom político da publicação contra os projetos considerados “golpistas” pelos catadores em 2016, o foco do artigo foi discorrer sobre a importância da troca de experiências entre os projetos de economia solidária com a população de rua. O referido congresso contou com a participação de catadores advindos de todas as regiões brasileiras (MNCR, 2016, disponível em <http://www.mnrc.org.br/artigos/termina-o-3o-congresso-do-movimento-nacional-da-populacao-de-rua>).

Ao nosso modo de ver, o oitavo artigo mais antigo do MNCR (2016) é o que consegue reunir mais elementos que estamos discutindo até então sobre o movimento. Na referida publicação vemos uma espécie de balanço sobre os quinze anos de atuação do MNCR e se coloca como problemática central do grupo a necessidade de valorização dos catadores visto que, segundo eles, a importância dos mesmos já seria algo notório.

Ainda sobre a publicação há a menção sobre as seguintes conquistas do movimento: reconhecimento legal da profissão de catador no ano de 2013; a proposta sobre a reciclagem popular; normas da Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010). Quanto aos entraves ao desenvolvimento das atividades inerentes aos catadores, os maiores desafios são: exploração demasiada dos catadores devido à tributação do material reciclado; exclusão dos catadores do processo de reciclagem, por muitas vezes, devido à falta de recursos próprios tais como caminhões próprios; número baixo de catadores estruturados em cooperativas frente ao elevado número de catadores atuando de forma solitária³ (MNCR, 2016, disponível em <http://www.mnrc.org.br/artigos/201ca-importancia-dos-catadores-ja-foi-aceita-agora-o-debate-e-sobre-a-sua-valorizacao201d>).

Já em outro artigo houve a discussão sobre as experiências internacionais na Expocatadores. Houve a discussão sobre a proposta de lixo zero empreendida na cidade de Berkeley, na Califórnia; as políticas públicas sobre reciclagem inclusiva na América Latina; e, por fim, os exemplos de empresas sustentáveis na França. Os catadores presentes na feira aprenderam sobre experiências bem-sucedidas e possibilidades de aplicação desses modelos em suas cooperativas (MNCR, 2016, disponível em <http://www.mnrc.org.br/artigos/experiencias-internacionais-na-expocatadores-2016>).

Em outro artigo houve o debate sobre a possibilidade de parceria entre reciclagem e artesanato como forma de aporte para as cooperativas de catadores. O artigo mencionou a importância de oficinas de artesanato para incremento e/ou geração de renda para catadores e artesãos por meio dos materiais recicláveis e vários dos catadores presentes viram possibilidades reais de implementação dessas ideias em suas cooperativas.

Sobre a proposta das oficinas, o MNCR (2016) disse que:

O artesanato feito de materiais recicláveis é uma das possibilidades de emprego e renda para catadores e artesãos. Essa foi a proposta que ocupou o “Espaço Metal” no Centro Mineiro de Referência em Resíduos (CMRR), durante a Expocatadores 2016, com oficinas de artesanato. Sobras de garrafas PETs, latinhas e panos foram usados como matérias primas para confecção de bijuterias, bonecas, quadros, além de utensílios e mosaicos decorativos (MNCR, 2016, disponível em <http://www.mnrc.org.br/artigos/reciclagem-e-artesanato-uma-parceria-possivel>).

3 Cf. matéria: <http://www.mnrc.org.br/artigos/201ca-importancia-dos-catadores-ja-foi-aceita-agora-o-debate-e-sobre-a-sua-valorizacao201d>

O artigo seguinte do MNCR (2018) versa sobre a decisão do Parlamento Europeu de suspender os subsídios para a incineração de resíduos e nos diz que:

Tantos os Estados-Membros como os operadores terão de garantir que a produção de energia a partir dos resíduos respeite o princípio da hierarquia dos resíduos, evitando assim os efeitos de distorção nos mercados de resíduos e subprodutos. Os Estados-Membros também são obrigados a rever regularmente as suas políticas e informar sobre quaisquer desvios (MNCR, 2018, disponível em <http://www.mncr.org.br/artigos/parlamento-europeu-suspende-os-subsidios-para-incineracao>).

O próximo artigo do MNCR (2018) discorre sobre um importante edital promovido pelo TRT do estado de Mato Grosso, voltado exclusivamente para os catadores, buscando a realização de coleta de resíduos na entidade citada (MNCR, 2018, disponível em <http://www.mncr.org.br/artigos/trt-no-mato-grasso-abre-edital-catadores-realizarem-coleta-de-residuos>).

O artigo seguinte é uma nota técnica acerca do Programa Lixão Zero do Ministério do Meio Ambiente. Apesar do MNCR (2019) reconhecer a importância do fim dos lixões, eles defendem uma transição lúcida e inclusiva dos catadores que sobrevivem da catação nesses locais. Sobre isso eles dizem que:

[...] o programa acaba por não observar a lei da regência, que ao tempo que determina o encerramento dos lixões, também obriga o poder público à inclusão social e econômica das cooperativas e associações de catadores e, ainda, à implantação do sistema de coleta seletiva pelo município; [...] é do poder público as obrigações de incubação/capacitação dos catadores; incentivos às cooperativas e associações, dentre outras (MNCR, 2019, disponível em <http://www.mncr.org.br/artigos/nota-tecnica-programa-lixao-zero-do-ministerio-do-meio-ambiente>).

O próximo artigo versa sobre o dia mundial da reciclagem e traz um novo balanço sobre os catadores brasileiros e a conquista crescente das reivindicações desses sujeitos nas agendas política e acadêmica deste país. Porém, continuam frisando a importância da valorização e do reconhecimento efetivo desses sujeitos.

Também sublinham que mais de 92% da categoria é composta por negros e 75% dos catadores é de mulheres e frisam que apenas 10% conseguem se organizar em associações e cooperativas ainda devido aos entraves da precarização enfrentada por esta atividade. Mas também apontam os entraves mais atuais pelos quais a categoria vem passando.

Sobre isso, eles dizem que:

Além das disputas em torno do campo de trabalho, há disputas que estão centradas no campo da representatividade, movimentos individualistas, empresas milionárias, organizações não governamentais e até mesmo aplicativos de celulares que lucram muito, vem com seus apoios, mas que no fundo mantém a categoria na mesma situação de extrema exploração (MNCR, 2019, disponível em <http://www.mnrc.org.br/artigos/dia-mundial-da-reciclagem>).

E no artigo mais recente produzido pelo MNCR (2019) há a celebração do Dia Nacional de Luta e Mobilização dos Catadores (07 de junho). Sobre isso, resolveram destacar que:

A partir da assinatura do Acordo Setorial da Logística Reversa (2015), os desafios dos catadores aumentaram, pois além da luta política, também entramos como responsáveis técnicos sendo considerados pelas empresas os melhores atores na execução de logística reversa (MNCR, 2019, disponível em <http://www.mnrc.org.br/artigos/7-de-junho-e-o-dia-nacional-de-luta-e-mobilizacao-dos-catadores>).

Desta forma, conseguimos perceber um alinhamento das publicações do MNCR com a proposta do movimento de articular, seja por meio de eventos, seja por meio de lutas políticas e jurídicas, o movimento de forma verdadeiramente nacional.

Ainda assim, a adesão dos catadores em associações e cooperativas ainda é extremamente baixa, o que denota os desafios acerca da questão do reconhecimento da categoria e do potencial das ações coletivas subjacentes a esses grupos. Tanto no que condiz ao campo profissional, quanto no que concerne à valorização desses sujeitos enquanto detentores de direitos, respeito e dignidade por parte de toda a sociedade.

3.4 Um breve panorama socioeconômico dos catadores no Brasil

Para fecharmos nossas pontuações acerca da importância do MNCR para as conquistas de alguns objetivos em comum na realidade dos catadores de materiais recicláveis no Brasil, falaremos sobre dados específicos a esses sujeitos e que apresentaram profundas mudanças de paradigmas em relação à atuação dos mesmos.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2013) divulgou um extenso relatório inteiramente dedicado a esses profissionais e que fora intitulado “Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável”. Será sobre os resultados

apreendidos na referida pesquisa que discorreremos a respeito dos catadores e do MNCR logo a seguir.

Logo no início do relatório citado, os autores nos dizem que:

de maneira geral, trata-se de pessoas que encontram nessa atividade a única alternativa possível para realizar a sobrevivência por meio do trabalho, ou pelo menos aquela mais viável no contexto das necessidades imediatas, dadas as restrições que lhes são infringidas pelo mercado de trabalho (IPEA, 2013, p. 5).

Além das questões concernentes à desigualdade social e às imensas dificuldades na entrada e na manutenção em postos no mercado de trabalho, o referido relatório também sublinha a questão da sazonalidade no desempenho dessa atividade tendo em vista aspectos tais como a variação de na oferta dos resíduos, maior ou menor presença de crianças e adolescente dependendo da época do ano e a variação no preço dos materiais recicláveis.

Ainda no início da publicação de IPEA (2013) também apontam para o aumento dos incêndios criminosos em galpões onde esses profissionais fazem as alocações dos materiais que passarão pela triagem e/ou comercialização, pois os moradores que residem em locais próximos a esses galpões veem nessa atividade um sinônimo de alocação de mau cheiro e de acúmulo de lixo, fazendo dos catadores verdadeiros vilões no contexto do espaço público.

Sobre esse assunto, acreditamos que se faz necessária uma reflexão acerca da violência cometida contra os catadores de materiais recicláveis, para além dos incêndios criminosos cometidos contra seus galpões. Infelizmente, as estatísticas divulgadas sobre o referido assunto são poucas, assim como são pouquíssimas as produções acadêmicas que versem de forma preponderante sobre o assunto. Em uma matéria do ano de 2017, encontramos uma denúncia realizada pelo Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Material Reciclável (CNDDH).

Tal centro encaminhou para o Alto Comissariado de Direitos Humanos, em Genebra, a denúncia de que entre março e agosto do ano de 2017 foram registradas 419 denúncias de violência e 69 assassinatos cometidos contra pessoas em situação de rua no Brasil e mais 25 mortes desse público ocasionadas por negligência por parte do poder público em relação a elas ainda nesse mesmo ano.

Além da busca pela diminuição da violência contra esses sujeitos e da responsabilização dos atores praticantes desses crimes, o CNDDH sugere que:

As entidades reivindicam a moradia como política central de acesso à rede de assistência social, mas apontam a necessidade de que tal política seja desenvolvida de forma intersetorial, que o modelo ‘etapista’ de acolhimento seja superado, e que sejam desenvolvidos programas que respeitem o direito à cidade e evitem que essas pessoas sejam enviadas para as periferias (SCHRAMM, 2017, disponível em <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/violencia-contra-populacao-em-situacao-de-rua-no-brasil-e-denunciada-a-onu/22629>).

Percebemos, pelos conteúdos expostos na matéria, que os desafios da população em situação de rua, onde se encontram um grande número de catadores, perpassam pela enorme violência que esse público é exposto diariamente, assim como pelo descaso do poder público e pela quase que ausência de políticas públicas voltadas especificamente para essas pessoas. Assim, discorrer sobre eles é também discorrer sobre questões urbanas, seus desafios e sobre políticas públicas que deveriam levar em conta a existência desses sujeitos.

Voltando para os dados sublinhados pelo IPEA (2013), tal órgão ressalta a importância de levarmos em consideração a heterogeneidade que envolve os catadores de materiais recicláveis. Se, por um lado, alguns de seus integrantes desempenham tal atividade desde a infância, tantos outros só se inseriram nessa atividade laboral devido à perda de emprego ou por tantas outras razões contingenciais. E ainda existem aqueles que intercalam o desempenho dessa atividade com a realização de outro tipo de trabalho.

A publicação do IPEA (2013) ainda enfatiza que os trabalhos acerca dos catadores devem ser cada vez mais minuciosos, justamente devido à tamanha heterogeneidade, seja esse referente à forma de exercer tal atividade, seja no local onde as desempenham, seja de forma individual ou coletiva, levando ainda em consideração tantos outros diversos aspectos que fazem parte do universo dos catadores de materiais recicláveis, como ainda a configuração familiar que possuem e o tipo de habitação ou local onde residem.

Ainda deve ser feita outra ressalva no que concerne à fragilidade dos catadores na cadeia da reciclagem, por mais que os mesmos sejam responsáveis por 90% do material que é reciclado no Brasil. Sobre isso os autores nos dizem que “por sofrerem de uma infinidade de carências sociais e econômicas, constituem a parte mais frágil da cadeia, quase sempre dependentes da ação dos atravessadores e das indústrias, que determinam os preços, o volume e as condições dos materiais que serão adquiridos” (IPEA, 2013, p. 19).

A publicação também enfatiza o aumento do número de associações e cooperativas de reciclagem e ressalta a importância da questão da ação coletiva para esses grupos trazendo dois exemplos. O primeiro faz referência à rede de associações, CATAUNIDOS, criada em

Belo Horizonte, em 2006, e já mencionada neste estudo ressaltando sua relevância histórica e socioeconômica para iniciativas de catadores.

E o segundo exemplo faz referência a um estudo empreendido por Damásio (2010) o qual analisou variáveis socioeconômicas em 83 unidades produtivas ligadas à reciclagem nas Grandes Regiões para avaliar os graus de eficiência das mesmas.

O estudo citado levou em consideração fatores como posse de equipamentos de produção, condições de trabalho, posse de capital para a montagem da infraestrutura necessária à produção, posse de conhecimento adquirido sobre o processo produtivo e sobre associativismo e cooperativismo, dentre outras variáveis.

Outro fator relevante sublinhado pelo IPEA (2013) e já mencionado nesta pesquisa se refere à falta de precisão no tocante ao quantitativo de associações e cooperativas que fazem parte do universo da reciclagem. As estatísticas não seriam precisas e seriam realizadas para fins específicos, segundo os atores da publicação, o que dificulta um melhor mapeamento acerca dos empreendimentos voltados para a reciclagem.

Apesar da imprecisão dos dados já mencionada pelo próprio IPEA (2013), levaremos em consideração o estudo, realizado pelo mesmo instituto, no ano de 2011 e cujo nome é o “Diagnóstico sobre Catadores de Resíduos Sólidos”. Tal estudo conseguiu analisar um elevado número desses profissionais trazendo à tona vários aspectos referentes tanto à realidade profissional dos mesmos, quanto os aspectos socioeconômicos condizentes a esses sujeitos.

Levando em consideração tamanhos esforços do estudo acima citado e para fins de conhecimento acerca de alguns dados referentes aos catadores de materiais recicláveis, iremos trazer a seguir um quadro-síntese, elaborado pelo IPEA (2011), o qual nos fornece uma série de indicadores sociais a respeito desses sujeitos.

Dos 387.910 catadores em atividade no Brasil, a maioria está na região Sudeste, com 161.417 catadores, seguida pela região Nordeste a qual conta com 116.528 profissionais desempenhando tal atividade. Ainda sobre a região Nordeste, a mesma é a que possui a porcentagem mais elevada de analfabetismo entre os catadores (34%), assim como abarca a menor média de faixa de renda (R\$459,34) no comparativo com as demais regiões do país.

A maioria dos catadores de materiais recicláveis no Brasil é composta por homens, sejam eles na maioria negros ou pardos, residentes em áreas urbanas, em casas com baixo acesso, em sua maioria, à coleta de esgoto, com rendimento baixo em todas as regiões deste

país, com baixíssimo acesso à creche para seus filhos e com uma grande disparidade socioeconômica no que tange ao componente regional. O Nordeste ainda é a região que possui quase todas as piores taxas no que se refere a esse recorte social acerca dos catadores.

Conseguimos notar, pelo apanhado de variáveis coletadas nesse estudo do IPEA (2013), que os recortes regionais devem ser levados em conta tanto por pesquisas, como a nossa, que versem sobre os catadores de materiais recicláveis, assim como, e ainda mais, pelos formuladores de políticas públicas que procurem ensejar melhorias no contexto de vida desses sujeitos. O quadro 07 aqui utilizado serve de excelente ilustração de como as grandes problemáticas nas áreas de educação e habitação, por exemplo, perpassam e fomentam, muito mais, as condições de vida e de trabalho dos catadores.

Ainda assim, procuramos nesse capítulo discorrer sobre a importância do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, ou MNCR, como agente capaz de empreender modificações profundas na realidade desses profissionais, visto que as conquistas como a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dentre tantas outras, vêm estimulando os catadores a atuarem cada vez mais em grupos, leia-se associações e cooperativas, como forma de fortalecerem a atividade que desempenham, dentre outros aportes de diversas formas.

Desta forma, percebemos no MNCR um movimento capaz de fortalecer e reunir os objetivos dos catadores a ponto de conseguirem aumentar o número de associados e cooperados dentro do espaço da reciclagem, fato esse que fomenta a ação coletiva em torno da chamada luta pelo reconhecimento buscada por essas pessoas e, um tanto mais possível, a partir de ações em grupo.

Quadro 7 - Síntese da situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável no Brasil

Categorias	Indicadores	Brasil	Sul	Sudeste	Nordeste	Centro-Oeste	Norte
Demografia	Total de catadores	387.910	58.928	161.417	116.528	29.359	21.678
	Média de idade dos catadores	39,4	38,9	40,6	38,3	40,0	36,5

	Mulheres (%)	31,1	34,1	30,9	29,3	34,1	29,5
	Negros (pretos e pardos) (%)	66,1	41,6	63,0	78,5	71,3	82,0
	Catadores residentes em áreas urbanas (%)	93,3	93,5	96,2	88,5	95,6	93,2
	Total de residentes em domicílios com pelo menos um catador	1.426.584	196.787	578.190	456.060	99.412	96.135
	Razão de dependência de crianças em domicílios com pelo menos um catador	50,0	53,5	43,6	55,3	46,3	64,1
	Formalização da força de trabalho (CTPS e RJU) (%)	38,6	32,2	45,7	33,8	38,4	29,0
Trabalho e renda	Rendimento médio do trabalho dos catadores (R\$)	571,56	596,9	629,89	459,34	619,00	607,25
	Desigualdade de renda entre os catadores (índice de Gini)	0,42	0,42	0,39	0,43	0,37	0,42
	Residentes em domicílios com pelo menos um catador extremamente pobre (menos de R\$70 <i>per capita</i> %)	4,5	4,1	2,2	8,4	1,8	3,8
Previdência	Catadores com contribuição previdenciária (dados PNAD 2012) (%)	15,4	25,9	17,7	6,2	10,6	7,4
	Cobertura da população idosa em domicílios com pelo menos um catador	57,8	59,1	56,1	61,5	55,1	54,8
Educação	Taxa de analfabetismo entre os catadores	20,5	15,5	13,4	34	17,6	17,2
	Catadores com 25 anos ou mais com pelo menos ensino fundamental completo (%)	24,6	20,6	28,3	20,4	23,9	30,0

	Catadores com 25 anos ou mais com pelo menos ensino médio completo (%)	11,4	7,9	13,5	9,7	10,8	14
Acesso a serviços públicos	Domicílios com pelo menos um catador com esgotamento sanitário adequado (%)	49,8	40,9	75,4	32,5	28,0	12,3
	Crianças (0 a 3 anos) que frequentam creche residentes em domicílios com pelo menos um catador (%)	22,7	19,8	27,9	21,7	18,5	13
	Domicílios com pelo menos um catador com acesso a energia elétrica (%)	99,0	98,5	99,7	98,4	99,5	98,4
Inclusão digital	Domicílios com pelo menos um catador com computador (%)	17,7	20,1	26,4	7	19,2	9

Fonte: Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2012a); PNAD 2012 (IBGE, 2012b).

Porém, cabe frisarmos que muito embora esse aumento tenha sido significativo, há de se lembrar que o número de catadores que ainda prefere atuar de forma isolada permanece maior do que o número daqueles que se organizam em grupo, e as explicações assim como esse assunto já foram abordados nesse estudo quando falamos dos entraves ao associativismo e ao cooperativos nos empreendimentos de reciclagem no Brasil.

CAPÍTULO 4: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO RECONHECIMENTO NA ASCAMAR E NA COOPRESL

O presente capítulo discorre sobre como se configurou o processo de luta bidimensional pelo reconhecimento na ASCAMAR e na COOPRESL. Para isso, fizemos na primeira seção do mesmo um apanhado histórico sobre a época de constituição das duas entidades enquanto associação e cooperativa. Ainda na mesma seção, discutimos como o programa municipal de nome EcoPontos gerou impacto sobre a renda dos catadores de materiais recicláveis.

No que concerne à segunda seção deste capítulo, buscamos mostrar de que maneira se encontra o panorama socioeconômico dos agentes pertencentes à associação e à cooperativa a fim de termos um perfil dos membros dos dois empreendimentos de economia solidária. Na terceira seção deste capítulo, discorreremos sobre a organização da produção na ASCAMAR e na COOPRESL, levando em consideração, igualmente, de que maneira se constitui a comercialização dos materiais recicláveis nos locais citados.

Já na quarta seção, nosso objetivo foi discutir brevemente as questões do estigma e da visibilidade em torno das vivências dos catadores de materiais recicláveis, fazendo uma ponte entre a discussão teórica referente a essas duas questões e as experiências de constrangimento compartilhadas, por alguns desses agentes, trazidas na quinta seção.

E nas últimas duas seções deste capítulo, buscamos trazer de que maneira a luta pelo reconhecimento dos catadores, analisados na associação e na cooperativa, conseguiu construir a articulação entre as dimensões de luta a nível de ação coletiva e a nível individual. E também discorreremos sobre o impacto da pandemia do COVID-19 sobre a atividade desses agentes.

4.1 Origens históricas do surgimento da ASCAMAR e da COOPRESL

A Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de São Luís (ASCAMAR) surgiu, enquanto associação, em 17 de abril de 2004. Porém, antes dessa data oficial da criação da entidade, os catadores de materiais recicláveis que fizeram parte de sua constituição já se conheciam e possuíam um objetivo comum: decidir de que forma iriam

continuar atuando como catadores após a desativação do Lixão do Jaracaty que deu lugar a um shopping center em São Luís em 1999.

No início da associação a mesma contava com 180 associados que viram numa experiência de economia solidária a oportunidade de continuarem exercendo a atividade a que já estavam acostumados e escaparem do desemprego e, muitas vezes, da fome. Mas em pouco tempo o número de associados caiu drasticamente e passou a girar entre doze e vinte e um associados nos anos seguintes.

A ASCAMAR está localizada na Rua de São Pantaleão, número 1094, no bairro da Madre Deus. Sua sede funciona num galpão cedido por tempo determinado pela Prefeitura de São Luís e onde funcionava a antiga Fábrica de tecelagem São Luís. As suas instalações apresentam vários problemas, mas o principal problema apontado pela presidente da associação, a Sra. Maria José Nascimento, é o fato da sede não ser própria o que, para os associados, geraria uma certa dependência em relação ao poder municipal.

Hoje em dia a associação conta com 16 associados, sendo que destes nove são homens e sete são mulheres. Historicamente nesta associação o número de mulheres sempre se sobrepôs ao número de homens. Porém, desde o ano de 2018 a configuração se modificou, fato que não conseguiu ser explicado pela presidente da associação. Mas a questão da alta rotatividade dos associados e o pedido de uma forma de “estágio probatório” de seis meses para tentar diminuir tal rotatividade pode estar na essência da explicação para a mudança de configuração de gênero na associação citada.

Já no que concerne à Cooperativa de Reciclagem de São Luís, ou COOPRESL, a mesma foi fundada em maio de 2003 e no dia 26 de dezembro do mesmo ano ela foi organizada formalmente como cooperativa.

A mesma está situada, em terreno emprestado, no campus da Universidade Federal do Maranhão, na Avenida dos Portugueses, número 1966, no bairro do Bacanga em São Luís. Sua presidente é a Sra. Maria José Castro.

Atualmente a cooperativa conta com o número de dezessete catadores em atividade, sendo sete mulheres e dez homens nessa entidade. Segundo sua presidente, a questão de gênero nunca foi primordial para a inserção de um indivíduo na cooperativa e, sim, a vontade de desenvolver a atividade ligada à reciclagem.

Ainda segundo a presidente dessa instituição, a falta de sede própria não chega a ser um problema tendo em vista que seria algo momentâneo para a cooperativa e que, ainda no

começo do ano de 2020, eles estariam trabalhando em seu próprio galpão. Essa seria a grande reivindicação da cooperativa, mas deixou de ser, de acordo com ela, devido à conquista da sede própria para a mesma. E a Sra. Maria José Castro ainda nos relatou que, muito provavelmente, além do galpão novo na região do Itaqui-Bacanga, a cooperativa continuaria com o funcionamento de galpões de triagem na UFMA e na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Algo que foi notado durante essa pesquisa no comparativo entre a ASCAMAR e a COOPRESL é que ambas possuem uma alta rotatividade dos seus membros desde a fundação das duas entidades o que geraria um grau de ausência de pertencimento dos associados e cooperados em relação às instituições de que fazem parte, segundo alguns autores.

No que tange a essas observações Magni e Gunther (2014) nos dizem que o cooperativismo entre os catadores de materiais recicláveis tem gerado diferentes tipos de experiências as quais são analisadas e comparadas em seu artigo. E nessas diferentes experiências podem surgir algumas questões referentes à autogestão.

Sobre isso, as autoras sublinham que:

No que tange às questões específicas de autogestão, foi observado incremento na regularidade das reuniões de gestão. No entanto, foi constituído um grupo, chamado de núcleo central, que acaba por tomar as decisões mais relevantes da cooperativa, com a resignação dos outros cooperados; [...] aproxima-se de um sistema puramente capitalista, no qual a maioria dos cooperados entende que os componentes deste grupo são, na verdade, os donos da cooperativa. Mesmo diante dessa realidade, os cooperados se dizem satisfeitos, já que com o aumento de sua renda, conseguiram adquirir a tão esperada cidadania (MAGNI; GUNTHER, 2014, p. 154).

Essa discussão, trazida pelas autoras, nos ajuda a entender a participação de alguns membros – e não de todos - em eventos importantes para o debate em torno da aquisição de direitos dos catadores de materiais recicláveis. De acordo com as entrevistas que realizamos nas duas entidades e com a observação de diversos momentos nos locais citados, percebemos que existem núcleos centrais de tomada de decisões em ambos os empreendimentos de economia solidária aqui pesquisados. Em uma fala da presidente da COOPRESL, a Sra. Maria José Castro, quando ela nos disse que:

Dona Michelle, eu hoje me sinto importante porque até medalha de honra ao mérito já recebi, vou lhe enviar as fotos. Eu já fui em diversos lugares representando a cooperativa, semana passada mesmo, quando a senhora me ligou, eu estava no trem indo “pro” Pará que me chamaram “pra” falar em nome dos catadores aqui do Maranhão. Eu tenho orgulho de ajudar essas pessoas, indo a eventos, reuniões

importantes. E essa medalha então...essa medalha diz como “tô” ajudando tanta gente (Maria José, presidente da COOPRESL, 21 de outubro de 2019, sede da cooperativa).

No que concerne às reivindicações materiais da ASCAMAR e da COOPRESL, a maior demanda da primeira diz respeito ao anseio de possuir uma sede própria, um caminhão próprio e mais maquinários. Sobre a reivindicação do caminhão, o fato é que a ASCAMAR venceu um edital de fomento, promovido pela FUNASA, em 2011. Naquele momento, a associação foi contemplada com um caminhão. Porém, a entidade não tem um motorista próprio e isso faz com que haja uma certa dependência em relação à necessidade de um motorista oriundo de órgão público que auxilia a associação.

No que tange à renda mensal de cada empreendimento analisado neste estudo, encontramos alguns empecilhos para a devida observação dos números e/ou balanços realizados pelas entidades verificadas. Essa questão pode ser explicada pelas dificuldades organizativas enfrentadas pelos dois empreendimentos, que não dispõem de um setor de contabilidade próprio e, nesse sentido, reproduzem os desafios enfrentados por diversos empreendimentos da economia solidária.

Outro fator que dificulta a obtenção desse tipo de informação está relacionado com o fato de que existe muita variação no processo de comercialização dos materiais recicláveis, o que torna difícil falar em um valor médio mensal de vendas e de obtenção de receitas.

Contudo, gostaríamos de sublinhar aqui que segundo depoimentos das presidentes das duas entidades, a partir da implementação do programa dos EcoPontos, por parte do Comitê Gestor de Limpeza Pública da Prefeitura de São Luís, houve um incremento da produção tanto na associação quanto na cooperativa. Acerca do projeto, a presidente da COOPRESL nos disse que:

A situação na cooperativa melhorou sim. Acredito que tenha melhorado noventa por cento porque os EcoPontos agora “dá” uma sustentabilidade muito grande. Todos os EcoPontos vêm “pra” nós, segundas, quartas e sextas. Aí vai “pro” galpão onde quem é que “tá” fazendo é a Prefeitura, mas a gente vai, eu acho, reformar também o da UFMA, que a gente vai ficar dentro das universidades, tanto na UEMA como dentro da UFMA e nossa, nossa renda aumentou muito, graças a Deus..os EcoPontos. Mês passado, foi bem, bem, bem mesmo e esse mês também não vai ser tão mau não, apesar da chuva, de nós estarmos às vezes na chuva, na lama, de ficar toda suja e a gente ficar assim cheia de lama, cheia de tabatinga, mas “tá” ótimo, melhorou muito. A Prefeitura tem dado um suporte muito grande sobre isso, tem nos amparado bem, e a gente “tá” tocando o barco “pra” frente, se parar é pior, mas pode ter certeza que melhorou bem” (Maria José, presidente da COOPRESL, 17 de janeiro de 2020, sede da cooperativa).

No que se refere a isso, as informações referentes à renda mensal tanto da associação quanto da cooperativa foram divulgadas pelo Poder Municipal pela sua agência oficial de notícias que nos diz que “com a implantação dos EcoPontos, uma iniciativa da gestão do Prefeito Edivaldo Holanda, o ganho dos rendimentos das cooperativas beneficiadas aumentou em cerca de 600%”. E continuam destacando, sobre a renda dos catadores, os seguintes pontos:

[...] Em 2016, quando começaram a ser implantados os Ecopontos, a COOPRESL coletava 55 toneladas mensais de materiais recicláveis, mas só tinha o aproveitamento de 50 toneladas mês. Com os Ecopontos, a coleta chegou a 110 toneladas mensais, com aproveitamento de material processado de 80 toneladas. A renda média bruta da cooperativa também aumentou. Antes a era de R\$ 3.000,00 e cada cooperado recebia em torno R\$ 300,00. Agora a renda média mensal bruta da cooperativa chega a aproximadamente a R\$ 16.500,00, que equivale à renda média bruta por cooperado R\$ 1.100,00. Todo o material reciclável descartado pela população de São Luís nos Ecopontos é entregue gratuitamente às cooperativas pela Prefeitura de São Luís. Diariamente caminhões usados na coleta seletiva vão até os Ecopontos, recolhem os materiais e deixam nas cooperativas que agora podem usar seus veículos para fazer a coleta em outros pontos da cidade. Isto permitiu às cooperativas a diversificação dos seus negócios. Foi o que aconteceu com a ASCAMAR que agora, além de comercializar os materiais recicláveis que recebe, produz e revende produtos feitos a partir da reciclagem do óleo de cozinha recebido nos Ecopontos.

Na ASCAMAR funciona uma pequena fábrica de produtos de limpeza e higiene (sabão em barra e líquido, detergente e sabonete) feitos a partir da reciclagem do óleo de cozinha usado. O recebimento do produto foi iniciado com a inauguração do Ecoponto Residencial Esperança, em setembro de 2017. O equipamento foi o sétimo entregue em São Luís. Desde então, já foram recolhidos nos Ecopontos mais de 1.100 mil litros de óleo de cozinha usado. Com isso, a renda média bruta mensal da associação que era compreendida na faixa de R\$ 6.000,00, em 2016, passou para R\$ 10.500,00 (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2019, disponível em <http://www.agenciasaoluis.com.br/noticia/21638/>).

Sobre isso, gostaríamos de sublinhar que, enquanto atuamos como supervisora de uma ONG, entre 2007 e 2010, fizemos um levantamento na época citada e a renda mensal de associados e cooperados de ações coletivas de catadores de materiais recicláveis em São Luís girava em torno de R\$100,00 a R\$300,00.

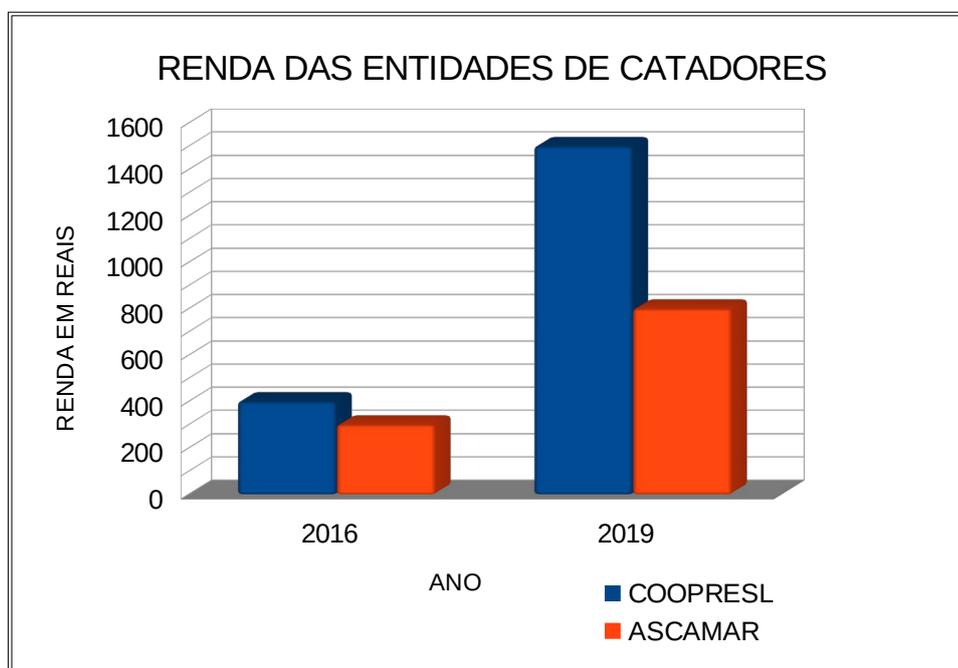
Podemos perceber, pelos dados divulgados pela Prefeitura de São Luís, que houve um incremento de produção e de renda, ao menos no que tange às informações referentes à

ASCAMAR e à COOPRESL, visto que são as duas entidades beneficiadas, até o presente momento, pelo projeto relativo aos EcoPontos na referida capital do Maranhão.

Também gostaríamos de mencionar a importância no aumento das doações de materiais recicláveis, para além do projeto citado, principalmente a partir de 2011, assim como houve o aumento da regularidade em relação a essas doações. Em anos anteriores, segundo as presidentes das duas entidades, nem todos os parceiros tinham regularidade nas doações antes do ano de 2011. Muito provavelmente isso se deve à implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos a partir do ano de 2010.

A cidade de São Luís contava, até o final de 2019, com 15 EcoPontos distribuídos pela cidade e outros quatro equipamentos destes estão em construção segundo a Prefeitura de São Luís. Eles funcionam das 07 às 19 horas, de segunda a sábado. Os materiais que são recebidos nesses postos são: eletrônicos, entulhos, madeiras, óleo de cozinha, pneus, recicláveis, podas de árvores, volumosos (como sofás, por exemplo) e restos de capina.

Figura 7 – Renda das entidades de catadores



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do Comitê gestor de limpeza urbana, Prefeitura de São Luís, (2019).

Há, ainda, a promessa de que muito em breve tanto a ASCAMAR quanto a COOPRESL venham a funcionar em dois galpões de triagem que estão sendo construídos

pela Prefeitura de São Luís. Um galpão irá funcionar na região do Anel Viário (próximo de onde hoje funciona a associação) e que será destinado à ASCAMAR; e, o segundo galpão, na região do Itaqui-Bacanga para alocar a COOPRESL. Devemos sublinhar que primordialmente a cooperativa funcionava na Vila Maranhão, região que faz parte da chamada área Itaqui-Bacanga na cidade de São Luís.

4.2 O perfil socioeconômico dos membros das duas entidades

Nessa seção apresento informações com o objetivo de mostrar quem são as pessoas que compõem a ASCAMAR e a COOPRESL. Nesse sentido, discorrerei sobre algumas características de seus associados e destacarei alguns pontos que julgamos relevantes para o entendimento do funcionamento das mesmas e da realidade que permeia as vidas dos sujeitos que dela fazem parte.

Entretanto, gostaríamos de ressaltar que não faremos uma análise econômica aprofundada acerca de seus membros ou da produção desses empreendimentos de economia solidária, visto que são a relação de reconhecimento mútuo, de luta por reconhecimento dos sujeitos e da ação coletiva realizada por eles que, de fato, nos interessam neste estudo.

De acordo com levantamento que realizei no período de outubro de 2018 até janeiro de 2019, por meio de entrevistas realizadas a partir de questionário que se encontra em anexo a esta tese (Apêndice A), a ASCAMAR contava com dezesseis catadores, dos quais nove são homens e sete são mulheres. As idades variam de 24 a 68 anos e todos se declaram pretos ou pardos (Quadro 9). A totalidade dos entrevistados informou ainda que já atuaram na atividade de catador de material reciclável na Rua Grande, principal rua voltada para o comércio tradicional na cidade de São Luís.

Todos os associados moram em bairros localizados nos arredores da associação. Quase todos se declararam solteiros, mas, segundo a presidente da associação, a Sra. Maria José Nascimento, sempre ocorrem situações de mulheres aparecerem na instituição em busca de cesta básica, leite e/ou dinheiro “devido” por parte dos companheiros que atuam na associação.

E quanto à COOPRESL, a cooperativa contava com dezenove cooperados, sendo nove mulheres e dez homens. Apenas nove cooperados disseram ser casados ou possuírem união estável. As idades giram de 19 a 70 anos nesta instituição (Quadro 10). Todos se

autodeclararam negros ou pardos. Nem todos já atuaram nessa atividade na Rua Grande. Todos os cooperados moram nas proximidades da região do Itaqui-Bacanga atualmente.

De acordo com o levantamento realizado no final do ano de 2018, para fins de mapeamento dos associados e cooperados, elaboramos quadros para que possamos observar as composições das entidades aqui analisadas neste estudo. Vale à pena, somente, reiterarmos que existe uma grande rotatividade entre os membros dos empreendimentos de economia solidária aqui observados, muito embora, segundo as suas representantes, isso vem diminuindo após adotarem o sistema de estágio probatório, com duração de seis meses, para os novos associados e cooperados a fim de evitar uma saída precoce dos mesmos.

Quadro 8 – Perfil dos associados da ASCAMAR em dezembro de 2018.

PANORAMA DOS ASSOCIADOS DA ASCAMAR			
NOME	IDADE	SEXO	AUTODECLARAÇÃO DE COR*
MARIA NASCIMENTO	40	FEMININO	PARDA
ROSA	68	FEMININO	PRETA
MARCELA	24	FEMININO	PRETA
LUANA	29	FEMININO	PARDA
ANDERSON	42	MASCULINO	PRETO
FLÁVIO	37	MASCULINO	PARDO
MARIA	39	FEMININO	PRETA
CARLA	45	FEMININO	PRETA
MARCOS	35	MASCULINO	PARDO
ANA	26	FEMININO	PARDA

ROBERTO	37	MASCULINO	PRETO
EMERSON	29	MASCULINO	PARDO
JOÃO	44	MASCULINO	PRETO
JOSÉ	27	MASCULINO	PRETO
ANDRÉ	26	MASCULINO	PARDO
RICARDO	28	MASCULINO	PARDO

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas realizadas na associação. (*) Conforme autoidentificação.

Quadro 09 – Perfil dos cooperados da COOPRESL em dezembro de 2018.

PANORAMA DOS COOPERADOS DA COOPRESL			
NOME	IDADE	SEXO	AUTODECLARAÇÃO DE COR*
MARIA	70	FEMININO	PARDA
LUIZ	42	MASCULINO	PRETO
VANESSA	22	FEMININO	PARDA
MARCELO	35	MASCULINO	PARDO
LUCAS	34	MASCULINO	PARDO
ROBERTO	39	MASCULINO	PRETO
ESTEVÃO	42	MASCULINO	PARDO
RITA	19	FEMININO	PARDA
MARIANA	23	FEMININO	PARDA
RENATA	25	FEMININO	PRETA

LIANA	29	FEMININO	PRETA
JOÃO	43	MASCULINO	PRETO
JOSÉ	48	MASCULINO	PARDO
EDUARDO	29	MASCULINO	PARDO
PAULO	33	MASCULINO	PARDO
JÚNIOR	26	MASCULINO	PRETO
PÂMELA	21	FEMININO	PRETA
VIVIANE	25	FEMININO	PARDA
TERESA	31	FEMININO	PRETA

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas realizadas na associação. (*) Conforme autoidentificação.

Quanto à renda auferida pelos catadores, informação que obtive a partir de entrevista com representantes das duas organizações (Apêndice B), a renda média mensal de cada catador se situa na faixa de R\$ 700,00 a R\$ 800,00. Segundo a presidente da ASCAMAR, a renda média mensal de seus associados gira em torno de R\$700,00 ao passo que no caso da COOPRESL, a renda média mensal de cada cooperado gira em torno de R\$800,00 conforme relatado pela presidente da cooperativa.

Como podemos verificar, a renda média mensal de cada catador ainda é muito baixa, apesar dos investimentos realizados nos últimos quatro anos e, ainda, apesar da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o que denota a precariedade do trabalho que desempenham cotidianamente, bem como a vulnerabilidade a que estão sujeitos. Também notamos uma disparidade na comparação entre os valores informados pelas presidentes das duas entidades e o que fora divulgado pelo Comitê Gestor de Limpeza Urbana de São Luís e mostrado aqui na seção anterior deste mesmo capítulo.

Segundo o IBGE (2020), o rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, no Maranhão, foi R\$ 2.071,00. E o rendimento nominal mensal domiciliar per capita no ano de 2020 foi de R\$ 676,00. O salário médio mensal dos

trabalhadores formais, na cidade de São Luís, foi de 3,1 salários mínimos. Assim, conseguimos notar que tanto a renda média dos associados da ASCAMAR, quanto dos cooperados da COOPRESL ainda estão bem abaixo dos valores apresentados no período observado pelo IBGE. Os valores, os percentuais e os comparativos do relatório apresentado pelo referido órgão podem ser verificados mais detalhadamente a seguir.

Tabela 3 - Rendimento médio da população ocupada no Maranhão no comparativo com outros estados.

Maranhão	R\$2.071,00
Distrito Federal	R\$ 4.871,00
Rio de Janeiro	R\$ 3.303,00
São Paulo	R\$ 3.162,00
Amapá	R\$ 2.879,00
Bahia	R\$ 2.254,00
Minas Gerais	R\$ 2.252,00
Piauí	R\$ 2.143,00

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do IBGE – PNAD contínua 2020.

4.3 A organização de produção nos dois empreendimentos de reciclagem

No que tange ao processo de produção na ASCAMAR e na COOPRESL, gostaríamos de tecer alguns comentários tanto ao que diz respeito aos materiais comercializados por essas instituições, quanto em relação às parcerias estabelecidas por elas e que servem de fomento para o pleno funcionamento desses empreendimentos de economia solidária.

Quanto à comercialização de materiais e preço realizado, a ASCAMAR comercializa papel branco a R\$ 0,20 o kg; papel misto a R\$ 0,10; papelão a R\$ 0,20; plástico filme a R\$ 0,70; e, por fim, o chamado plástico pet a R\$ 0,50. Assim, a associação citada comercializa mensalmente cinco tipos de materiais recicláveis e pratica os preços citados por cada quantidade de material aqui mencionado.

Já no que concerne à COOPRESL, os materiais e preços comercializados são: papelão (R\$ 0,20 o kg); papel (R\$ 0,30); plástico (R\$ 0,70); ferros (R\$ 0,30); balde (R\$ 0,30); bacia (0,30). Os valores desses materiais foram discriminados desta forma pela presidente da cooperativa. Cabe sublinharmos que a entidade ainda recebe e comercializa outros materiais, tais como alumínio, PVC, PET e madeiras em geral.

No que se refere aos tipos de materiais comercializados pelas duas entidades, gostaríamos de frisar algumas pontuações em relação ao ciclo da reciclagem no Brasil. Segundo um relatório do IPEA (2013) sobre a situação dos catadores de materiais neste país:

Entre os produtos com índices reaproveitamento mais elevados do país estão o alumínio e o papelão, 77% e 94%, respectivamente. Segundo Oliveira (2011), outros produtos com um bom percentual são: as latas de aço (47%), os papéis de escritório (43,7%) e embalagens longa vida (27%). Alguns produtos, como o vidro, não obtêm níveis maiores de reciclagem devido à insuficiência de fábricas para seu processamento em relação à escala em que é feita a coleta, além de constituírem processos de transformação ainda muito onerosos (IPEA, 2013, p. 11).

Notamos que alguns dos materiais com maiores potenciais de reaproveitamento, citados pelo levantamento mencionado, não são comercializados nem pela ASCAMAR nem pela COOPRESL. Segundo as presidentes das duas instituições a explicação é a mesma a qual seja de que os principais parceiros das mesmas não efetuariam doações desses materiais, tais como as latas de aço, por exemplo.

Podemos adicionar outra explicação a essa problemática e que, inclusive, já fora mencionada no presente estudo. A mesma se refere ao fato de que os empreendimentos de reciclagem no Brasil ainda são, por um lado, muito dependentes de entidades de fomento para a sua produção e, por outro lado, não conseguem dar conta e/ou controlar todo o processo de reciclagem nas associações e cooperativas de reciclagem, fator muito atrelado à centralidade do papel do chamado atravessador quando da comercialização dos bens recicláveis.

Quando falamos em entidades de fomento, gostaríamos de frisar que, ao menos no que concerne à cidade de São Luís, a grande dependência seria em relação às parcerias com o Poder Público Municipal e com o Poder Público Estadual, sobretudo em relação à primeira esfera política citada. Para aprofundarmos tal reflexão, podemos pensar no processo de criação de associações e cooperativas de reciclagem de forma holística.

Se, no começo da criação desses empreendimentos, os maiores obstáculos fazem um certo tipo de simbiose quando do início do processo citado, mais à frente as implicações são

outras. Ocorre tanto o desconhecimento dos trâmites legais e burocráticos para a efetivação de uma associação e/ou cooperativa – já descritos anteriormente nesta pesquisa – por parte dos catadores de materiais recicláveis (que no geral apresentam baixa escolaridade), como também existem dois grandes obstáculos físicos, digamos dessa forma, os quais seriam a necessidade da posse de um local apropriado para o recebimento e triagem dos materiais que serão comercializados pela entidade, assim como algum tipo de maquinário necessário à devida produção. Obviamente que estamos simplificando bastante a questão dessa origem dos empreendimentos de reciclagem apenas para efeito de ilustração da explicação.

Acerca da importância dos projetos de fomento para as entidades de catadores, uma fala da presidente da ASCAMAR, a Sra. Maria José Nascimento, nos auxilia no entendimento da base que eles fornecem para o aumento da produção e para a conquista de melhorias. Segundo ela:

Michelle, graças a Deus teve uma melhoria porque a gente...no começo entre a gente não tinha caminhão próprio, agora a gente tem caminhão através dos projetos que a gente entra...hoje a gente tem maquinário, coisa que a gente não tinha no começo da ASCAMAR quando eu entrei e também devido à renda, graças a Deus aumentou porque hoje em dia “tá” mais valorizado a coleta seletiva, então, hoje em dia, graças a Deus, “tá” sendo valorizado, entendeu? Outra coisa, sede própria a gente ainda não tem, tem que entrar num projeto “pra” ver se encontra uma sede própria mesmo “pra” ASCAMAR. A gente tem cedida, onde a gente “tá”, como tu “viu” desde lá no começo, e o centro de triagem, perto do EcoPonto que foi inaugurado pelo prefeito desde dezembro do ano passado e que foi cedido “pra” gente durante cinco anos. Então é assim, graças a Deus pelo ponto de vista melhorou...deu uma melhoria “né”, ainda não “tá” como a gente quer mesmo, poque a gente ainda não tem a sede mesmo, mas deu uma melhorada” (Maria José Nascimento, presidente da ASCAMAR, 21 de janeiro de 2021, entrevista via aplicativo de mensagem whatsapp devido à pandemia).

Se os catadores conseguem vencer todos esses obstáculos apresentados e saírem da informalidade para estarem numa associação ou cooperativa, ainda passam a enfrentar outros entraves para a manutenção dessas entidades que terminam por estar imbrincados aos obstáculos já mencionados. O principal deles é conseguir lidar com a flutuação dos níveis de doações por parte dos órgãos públicos e das empresas parceiras desses empreendimentos.

Apesar da Política Nacional de Resíduos Sólidos e de toda a potente área denominada “responsabilidade social e ambiental”, como ainda é facultado às empresas o direito de venderem os produtos recicláveis – caso possuam as devidas autorizações – muitas empresas ainda optam pela venda e não parecem se importar nem com a questão ambiental nem com o papel do catador no ciclo da reciclagem.

Sobre isso, enquanto realizava a pesquisa e observava o cotidiano das entidades aqui estudadas, em um dia pude presenciar um diálogo entre um representante do setor privado (não vamos revelar seu nome nem o local para não prejudicarmos a produção e as doações nas entidades), parceiro de uma delas, reclamando tanto sobre minha presença no local, como no que diz respeito ao que ele chamou de “falta de logística” por parte dos catadores. É o que se seguiu na sua fala:

A gente tem que correr atrás de coisa “pra” esse povo, viu senhora? Não pode “tá” só escrevendo e não ajudando esse povo a melhorar, a progredir. Tem que ensinar eles a fazer projeto, a escrever o que o povo gosta de ouvir porque se não seu trabalho aí não serve “pra” nada, não ajuda ninguém só sentar aí com eles e tomar café, não. Esse povo tem que se pegar pela mão e ajudar eles a pescar “pra” não precisar de ajuda (Representante de empresa privada parceira da associação, 20 de agosto de 2019, sede da ASCAMAR).

A fala do representante da empresa foi curta, mas disse muito sobre o que muitos ainda pensam de modo limitado acerca tanto do meio acadêmico como, e principalmente, sobre os catadores de materiais recicláveis. É como se ele se referisse a eles como pessoas sem iniciativa própria e sem vontade de crescer ou de empreender. Como se precisassem de ajuda como as da empresa dele para continuarem existindo economicamente e numa relação com alto grau de dependência.

Outro grande entrave é o preço de venda dos materiais recicláveis. Alguns produtos, por possuírem valor venal muito baixo, apesar de serem passíveis de reciclagem acabam por não serem relevantes aos catadores. Outra questão é a falta de espaço nos galpões dessas associações e cooperativas para a alocação de tantos materiais, visto que todos eles só são comercializados em altíssimas quantidades para a venda geral para aí, sim, os valores serem vistos como interessantes para os membros desses empreendimentos.

Quanto aos locais onde o processo de produção de verifica, pudemos observar que as condições ainda estavam longe daquilo que fora almejado pelos catadores de materiais recicláveis. No anexo desta tese, podemos observar nas imagens o acúmulo de materiais nas sedes da associação e da cooperativa, uma vez que os mesmos são muito pequenos para o armazenamento dos materiais recicláveis recebido pelas duas organizações.

Outros fatores que me chamaram bastante atenção foram o calor presente nos dois locais, assim como a qualidade precária das instalações elétricas e o forte risco da ocorrência

de curto circuito e, conseqüentemente, de incêndio, como veio a ocorrer no galpão da COOPRESL, localizado na UFMA, no dia 2 de novembro de 2018⁴.

Frise-se que quando realizei a observação participante nos dois locais, os novos galpões de triagem ainda não haviam sido cedidos pela Prefeitura de São Luís para as entidades, pois estavam na fase final de construção. Segundo as representantes tanto da associação, como da cooperativa, os mesmos serão muito mais amplos e arejados do que aqueles em que os empreendimentos de economia solidária realizavam o processo de produção.

Quadro 10 – Tipos e valores de materiais comercializados pela ASCAMAR e pela COOPRESL em dezembro de 2019

MATERIAIS	VALORES DE MATERIAIS POR kg	
	ASCAMAR	COOPRESL
PAPEL BRANCO	R\$ 0,20	R\$ 0,30
PAPEL MISTO	R\$ 0,10	NÃO COMERCIALIZA
PAPELÃO	R\$ 0,20	R\$ 0,20
PLÁSTICO FILME	R\$ 0,70	R\$ 0,70
PLÁSTICO PET	R\$ 0,50	R\$ 0,70
FERROS	NÃO COMERCIALIZA	R\$ 0,30
BACIAS E BALDES	NÃO COMERCIALIZA	R\$ 0,30

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas com as lideranças das entidades.

No que se refere às parcerias, estas são firmadas por meio de contratos formais celebrados entre empresas privadas e as entidades aqui analisadas e entre órgãos públicos e as mesmas. Esses contratos firmam doações das empresas e de órgãos públicos para a associação e para a cooperativa que são feitas de maneira agendada e de acordo com o cronograma e itinerário do caminhão de coleta dos materiais. Poucas empresas doam os materiais recicláveis indo até o próprio local da doação, seja esta a associação, seja a cooperativa.

4 Cf. notícia: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2018/11/02/incendio-atinge-terreno-dentro-da-universidade-federal-do-maranhao.ghtml>

A ASCAMAR conta com diversas parcerias. Estas seriam com um hospital, com condomínios, bancos, órgãos públicos federais e municipais e alguns hotéis, mas não foram especificados os nomes das empresas e órgãos parceiros pela presidente da associação.

Quanto à COOPRESL, a mesma estabeleceu, até o momento, parceria com os seguintes órgãos: Tribunal de Justiça do MA; Tribunal Federal; Tribunal Regional Eleitoral; Procuradoria do Estado do MA; Tribunal Regional do Trabalho; Ministério Público; Secretaria da Fazenda do Estado do MA; FUNASA; Tribunal de Contas do Estado do MA; Correios; UFMA; UEMA. Além dos órgãos citados como parceiros da cooperativa, a Sra. Maria José Castro ainda citou parcerias ativas da instituição que preside com um condomínio, um shopping, lojas, escolas, faculdades particulares e uma gráfica, mas estas parcerias não foram por ela especificadas.

Ainda segundo a presidente da cooperativa citada, os EcoPontos trouxeram grande incremento de doações e, por conseguinte, de renda para a cooperativa, visto que, segundo ela, as doações vindas dos EcoPontos chegam sempre nas segundas, quartas e sextas-feiras.

Obviamente que, pelo que pudemos observar ao longo do panorama realizado acerca das condições de trabalho, de renda e da produção desses empreendimentos existem ainda enormes lacunas a serem preenchidas para que as melhorias das condições de trabalhos desses sujeitos, de fato, apresentem melhorias mais significativas. A renda deles ainda é extremamente baixa, ainda falta muita informação sobre o processo produtivo de reciclagem e de comercialização dos produtos recicláveis e ainda falta muito a se fazer para que haja uma maior independência dessas instituições em relação ao Poder Público.

No que concerne às lutas realizadas pelas duas instituições para a melhoria de suas condições de trabalho e para o reconhecimento dos sujeitos que delas fazem parte e do trabalho imprescindível ao meio ambiente que realizam podemos sublinhar que serão as estruturas que discorreremos ao longo das próximas seções deste capítulo.

4.4 A questão da visibilidade e o estigma

Falar das ações dos catadores de materiais recicláveis que tiveram como resultado a visibilidade dos mesmos enquanto sujeitos ou enquanto participantes de grupos é dar uma espécie de no tiro no escuro. Pois, antes, é válido reiterarmos em que medida se tornaram invisíveis socialmente e em que situações esse sentimento de invisibilidade se tornou mais

latente e o que pode ser feito por eles para conquistarem maior respeito, dignidade e, talvez, reconhecimento por parte dessa mesma sociedade.

Antes, alguns pequenos parênteses por parte desta pesquisadora no que concerne a essa invisibilidade. Acreditamos piamente que uma frase mencionada por quase todos os entrevistados deveria com toda a certeza ser levada em consideração enquanto discutimos “níveis de invisibilidade”.

Quase todos me disseram, em algum momento, algo como a frase “A Sra. não sabe”. De fato, não tem nada mais acertado do que uma declaração dessas por parte desses sujeitos. Não existe entrevista ou observação que consiga captar na íntegra os constrangimentos que a maioria deles passou ao longo de suas vidas. Ainda que cada um de nós possa ter acumulado situações adversas por suas trajetórias, ser visto em certas situações por dadas pessoas como semelhantes ao lixo e digno de repulsa muito provavelmente não é algo que faça parte da maioria dos que estão no meio acadêmico, ademais no doutorado. E isso é um dado que causa vergonha em duas vias de pensamento. Sobre isso, Maria nos disse que:

Senhora Michelle, não “foi” “pouca” as vezes que me senti assim..como vou explicar, que as pessoas não “tavam” me vendo. Parece que tem horas que é melhor o povo não me ver “pra” não me “ofender” porque a gente vê o pessoal olhando a gente “torto” fazendo nosso trabalho. Mas quem não gosta de ser respeitado e de “tá” num lugar legal que as “pessoa” te enxerguem? Eu sei que se eu tivesse estudado um pouco mais, mas toda hora dava uma coisa errada...aí eu “pegava” e largava os estudos. Aqui “tá” melhor. Aqui o pessoal respeita a gente (Maria, catadora, 14 de agosto de 2019, sede da ASCAMAR).

A primeira via diz respeito à ausência de políticas públicas que pensem sobre a necessidade de melhorias no que se refere à escolaridade dos catadores de materiais recicláveis. Em vários momentos, ao longo de nossas observações, verificamos que esses trabalhadores não conhecem o ciclo da reciclagem por inteiro, muito menos a importância deles para a economia local e mundial, para além, claro, da função crucial para a melhoria das condições do meio ambiente.

Como refletir e dar voz à luta pelo reconhecimento desse segmento profissional sem conseguir se situar no espaço social? Obviamente que não possuem a escolaridade ambicionada por todos os que entrevistamos e serem colocados à margem da sociedade e silenciados através dos constrangimentos, preconceitos e da invisibilidade não são formas de minorar qualquer consequência de disparidade social que sofrem.

Sobre isso, faz-se importante mencionar a importância não somente da escolaridade para os catadores, mas de conhecimentos específicos que possam vir a alavancar a produção em ações coletivas organizadas por eles, como elementos cruciais para a melhor organização orçamentária, debates sobre cooperativismo, economia solidária, dentre outros temas que permeiam a coleta seletiva e onde eles têm grande importância para se atingir os objetivos relativos à sustentabilidade.

Acerca desses pontos, indaguei a presidente da ASCAMAR, a Sra. Maria José Nascimento, sobre a oferta para eles de algum tipo de curso voltado para as temáticas citadas e ela nos explicou que:

Michelle, cursos assim como você “tá” dizendo ninguém deu “pra” gente não. Negócio é mais sobre meio ambiente, coleta seletiva. A gente participa de seminários, chamam “nós” “pra” essas coisas de sustentabilidade do governo, mas ninguém chega e diz como a gente deve fazer um projeto, uma coisa assim. Aí já precisa da orientação, da ajuda de um e de outro e nem sempre tem quem lembre dos prazos, essas coisas não. (Maria José Nascimento, presidente da ASCAMAR, 21 de agosto de 2019, sede da ASCAMAR).

E a segunda via de vergonha a qual mencionamos há pouco, da nossa parte, faz referência à falta de coragem desta pesquisadora em lançar mão de mais estratégias de pesquisa que, muito provavelmente, conseguiriam captar com muito mais fidedignidade às questões que perpassariam pela rotina dos catadores de materiais recicláveis.

Talvez a ausência de coragem resida na nossa própria experiência pessoal com esses sujeitos há uma década. Não propriamente com eles, mas com as situações de constrangimento absurdas que passamos com os representantes das parcerias estabelecidas com a associação de catadores com que atuamos mais de perto na época sublinhada. Se era fortemente constrangedor ser chamada de “a menina do lixo” por várias dessas pessoas, qual não seria o acúmulo de sentimentos que passariam os catadores? E como lidar com a própria autoestima perante essa gama de situações negativas?

Costa (2004) conseguiu se desprender dessas questões que poderiam advir de sua dimensão pessoal e realizou uma pesquisa na área de Psicologia Social que, dentre outros fatores, buscou perceber quais os mecanismos de criação e manutenção da invisibilidade dos garis. Para isso, exerceu a atividade dos mesmos na Universidade de São Paulo para, justamente, buscar sentir “na pele” como se constrói e reifica a chamada invisibilidade pública.

Sobre isso, ele sublinha que: “A invisibilidade pública é resultado de um processo histórico de longa duração. Rebaixa a percepção de outrem, especialmente a percepção de alguém vinculado à forma baixa do salário assalariado, o trabalho desqualificado, alienado e alienante” (COSTA, 2004, p. 15).

Em seu estudo, o autor citado nos diz que no começo de sua pesquisa imaginava que seria reconhecido pelos colegas da USP, porém, além de não ser reconhecido por eles, pôde perceber a invisibilidade frequentemente mencionada pelos garis no exercício de suas atividades. Mesmo à despeito da importância de tal atividade para o bom e pleno funcionamento do espaço social.

Agora, se Costa (2004) conseguiu captar brilhantemente a invisibilidade pública sentida cotidianamente pelos garis, profissionais assalariados e com conquistas trabalhistas decerta forma bastante asseguradas, como podemos dimensionar, no comparativo, a invisibilidade percebida e vivida diariamente pelos catadores de materiais recicláveis? Como mensurar o nível de desrespeito e, muito mais, de privações de direitos e de exclusão social?

Para além da invisibilidade pública, existe uma questão subjacente em relação ao lixo e no que seria relativo aos que realizam atividades que o envolvem. Essa questão é o estigma. Para Goffman (1975), esse conceito é uma maneira da sociedade criar categorias a fim de tirar aquilo que é visto como “natural” de determinados indivíduos – ou grupos sociais – conferindo dois tipos de identidades para aqueles que são considerados os estigmatizados as quais seriam a identidade real e a virtual. Em outras palavras, é como se a sociedade criasse expectativas normativas do que deve ser visto como normal ou natural e daquilo que deveria ser concebido como estranho, isto é, com padrões diferentes daqueles já pressupostos como os esperados pela normalidade.

Sobre o estigma, Goffman (1975) nos diz que:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável [...]. Assim deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande (GOFFMAN, 1975, p.12).

Para Siqueira e Cardoso (2011), acerca do autor citado e da discussão sobre estigma, os autores sublinham que:

O processo de estigmatização pode variar de acordo com a evidência e a exposição das características do indivíduo. Goffman (1975) caracteriza dois tipos de grupos de indivíduos de acordo com seu estereótipo: o desacreditado e o desacreditável. O indivíduo desacreditado possui características distintas em relação aos normais, sendo estas conhecidas e perceptíveis por estes. O desacreditável também possui características distintas das dos normais, mas nem sempre conhecidas e percebidas por eles. Essas duas realidades podem encontrar-se respectivamente na relação estigmatizados e normais. Goffman (1975) afirma que os normais constroem uma teoria do estigma. Eles constroem uma ideologia para explicar a inferioridade das pessoas com um estigma e para ter controle do perigo que ela representa, acreditando que alguém com um estigma não é verdadeiramente humano (SIQUEIRA; CARDOSO, 2011, p. 95).

Para Goffman (1975), o estigma é aquela noção pré-concebida da sociedade que julga, classifica e cria categorizações acerca dos indivíduos e lhes confere “selos”, marcas daquilo que lhes é estranho e fora dos padrões esperados. Acerca disso, Schilling e Miyashiro (2008) - sobre a discussão a respeito do conceito de estigma trazida pelo autor citado - nos dizem o seguinte sobre a pessoa estigmatizada:

A pessoa portadora desse traço é facilmente identificável como menos desejável, inferior, ruim e perigosa. O conceito indica, portanto, a inferioridade do caráter ou fraqueza moral do indivíduo que porta essa marca, designação atribuída pelos demais membros da sociedade, funcionando como elemento que predetermina a conduta do sujeito. Na dinâmica das relações sociais, quando mantemos contato com um indivíduo, formulamos hipóteses a respeito do seu caráter, das uma conduta, das suas preferências. Tendo como base essa premissa, é possível pensar que, quando um indivíduo assume uma identidade diante de um determinado grupo social ou desempenha um papel, solicita de seus observadores que acreditem na impressão sustentada perante eles,[...] para acreditarem que a personagem que veem no momento possui os atributos que aparenta possuir, e que, de um modo geral, as coisas são o que parecem ser. Quando essas hipóteses formuladas a priori divergem substancialmente da realidade vivida por esse indivíduo, podem surgir evidências de que ele possui atributos que o tornam diferente e menos desejável (SCHILLING; MIYASHIRO, 2008, p. 249).

E prosseguem sublinhando que:

O que determina se uma condição é estigmatizante ou não é a representação que possui no contexto das relações e dos diferentes grupos nos quais o indivíduo estigmatiza-o circula e mantém relações. O estigma, tal como nos apresenta Goffman (1988), é, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo — o que é próprio e peculiar a alguém — e estereótipo — a ideia uma convicção classificatória preconcebida sobre alguém ou lago —, resultando de expectativa, hábitos de julgamento ou generalizações (SCHILLING; MIYASHIRO, 2008, p. 249).

A respeito dos catadores de materiais recicláveis, o estigma recai sobre o catador que atua de forma isolada, assim como sobre o grupo – ainda que, por vezes, de forma assimétrica - a partir da construção social acerca do lixo e de tudo aquilo que o mesmo representa.

No tocante à semântica negativa evocada pelo lixo e traduzida na maneira como o estigma é construído socialmente a respeito daqueles que lidam com o mesmo de alguma forma, Carmo (2009) reitera que:

Os catadores podem ser definidos, entre outros aspectos, como uma categoria profissional que sofre o impacto da semântica negativa do lixo e que por isso seria alvo de estigmas. O estigma se deve à repugnância ao lixo, visto apenas pelas suas características negativas (semântica negativa) também direcionadas às pessoas que o manuseiam profissionalmente. Por semântica negativa do lixo entende-se o conjunto de conotações ruins atribuídas a esse objeto na cultura ocidental. Essas conotações advêm das características dos resíduos inorgânicos (o odor, a aparência e a decomposição), que interferem no valor da mercadoria seca, apropriada para o reaproveitamento. A semântica do lixo, devido ao estigma, explicaria não só a falta de reconhecimento social do trabalho dos catadores, por parte da sociedade (geradora de resíduo aproveitável), bem como as dificuldades de articulação deles no mercado de recicláveis, em franca expansão. Isto é, ela justificaria a dificuldade de formação de redes de cooperação e auxílio mútuos entre catadores, compradores, poder público e os próprios geradores (CARMO, 2009, p. 406).

Ainda sobre as questões do estigma e da visibilidade, gostaríamos aqui de mostrar uma fala da catadora Rosa que nos chamou atenção sobre tais questões:

Senhora, eu já passei por muita coisa com essas mulheres aqui. Já briguei com muita gente, já viajei, articulei com um, com outro. E tudo pra quê? “Pra” conseguir um rumo melhor “pra” mim e “pros” que vieram depois de mim. Agora a maioria do povo que vem aqui nos respeita, admira nosso trabalho, que nós ajudamos o meio ambiente. Antes não, senhora. Tudo viravam a cara “pra” gente fazendo nosso trabalho. Uns “parecia” que tinham agonia com a gente, outros acho que nem viam a gente, muito menos o nosso trabalho. Arrependimento não tenho. Se não fosse minha luta a gente não tinha melhorado nada. Minha luta e das outras que “tavam” comigo lá atrás (Rosa, catadora, 14 de agosto de 2019, sede da ASCAMAR).

Fechados os parênteses – e a nossa “mea culpa” sobre os temas abordados no que concerne a diferentes metodologias de pesquisa – situaremos também a invisibilidade, a partir deste momento, na estrutura das relações sociais de reconhecimento identificadas por Axel Honneth (2003) e que subsidiou os nossos estudos sobre esses indivíduos.

4.5 Principais constrangimentos compartilhados pelos catadores

Algo que definitivamente nos chamou tanta atenção em relação aos catadores de materiais recicláveis em São Luís desde a primeira vez que entramos em contato com os mesmos, ainda em 2007, diz respeito ao fato de não parecer importar para aqueles que estavam junto a eles, de certa forma, as trajetórias, as histórias de vida por trás daqueles homens e mulheres que eram apresentados como importantes, seja por parceiros da associação advindos do Poder Público, seja pelos parceiros advindos da iniciativa privada. Porque notei que eram ditos importantes, mas não eram conhecidos os seus nomes.

Se o nome é um dos principais aspectos da personalidade civil inerente a toda pessoa, por que seus nomes e histórias não eram mencionados? Por que parecia, a todo momento, que o que estaria em jogo era, muito mais, os louros que poderiam ser colhidos das iniciativas de responsabilidade social?

É claro que muitos que perpassaram pela associação estavam fortemente empenhados em melhorarem as condições de trabalho dos catadores. Porém, o que não era dito sobre seus principais sujeitos poderia guardar algum tipo de explicação sobre os desentendimentos que existiam, na época, na associação ou sobre a grande rotatividade de seus membros ou, ainda, sobre a desinformação dos catadores acerca de diversos temas inerentes à reciclagem.

À época, os principais constrangimentos narrados pelos catadores de materiais reciclados diziam respeito a dois aspectos. O primeiro era sobre a invisibilidade tão latente e sentida por eles quando do desempenho de suas atividades. E, o outro aspecto, seria a correlação deles com o lixo. Isto fora mencionado por todos os catadores que faziam parte da associação na época.

A maioria deles, quando mencionava alguma história onde foram comparados com o lixo, demonstrava muita raiva e tantos outros demonstravam muita tristeza. Ouvir esses relatos dos catadores não fazia parte da minha atividade enquanto supervisora de ONG, mas veio à tona acompanhando o dia a dia daqueles indivíduos três vezes por semana durante mais de dois anos atuando junto a eles.

Hoje em dia a maioria dos rostos, dentre aqueles que ouvimos, são diferentes. Também estamos analisando, além de uma associação, uma cooperativa. Muitos daqueles problemas persistem, principalmente os de ordem econômica. Mas nos interessa saber quais foram as lutas travadas não só pelas instituições que abarcam o seu trabalho, mas principalmente o que

foi passado por esses sujeitos e o que fez com que eles se identificassem não só numa atividade a ser desempenhadas, mas também numa história de vida de experiências compartilhadas.

Em que medida esses indivíduos compartilham constrangimentos e relatos capazes de fazerem com que se reunissem numa ação coletiva como forma de busca por melhoria das suas condições de vida e de reconhecimento da importância de suas atividades e de suas existências para a sociedade?

Sobre esse ponto, tanto no que se refere às respostas concedidas pelos catadores nas entrevistas, quanto nas observações participantes que realizamos junto à associação e à cooperativa verificamos muitas semelhanças nos depoimentos desses sujeitos.

Em relação a isso, gostaríamos de frisar que os nomes dos entrevistados foram trocados a fim de preservar o anonimato de suas declarações, já que algumas das mesmas são relatos muito fortes e poderiam comprometer, em algum nível, a continuidade dos mesmos na atividade ou nos locais em que estão inseridos.

Também vale à pena reiterarmos que buscamos extrair ao máximo o que se observou no cotidiano dos catadores em suas atuações tanto na associação quanto na cooperativa, ainda que a observação deles tenha se apresentado de forma desigual, como mencionado na introdução desta pesquisa. Ainda assim, mesmo em meio às diferenças de acesso aos interlocutores e mesmo com o surgimento de uma pandemia, tentamos trazer aqui o processo de reconhecimento formulado por esses sujeitos.

O primeiro ponto de confluências de suas histórias diz respeito à falta de oportunidades de estudo e à falta de emprego na cidade de São Luís, esta última sublinhada com muita veemência pelos entrevistados. Em momentos distintos, fiz uma mesma pergunta para os entrevistados e me pus a ouvir seus relatos. A pergunta foi “Como você resolveu começar na atividade de catador(a)?”. Uma das entrevistadas, a Marcela, nos disse que:

[...] a sra. Sabe ‘né’...você roda de um lado, vai ‘pra’ outro lado e ninguém tem pena das tuas contas não. O jeito é a gente se virar como dá e o que deu foi catar recicláveis lá pelo Centro. Depois apareceu o trabalho aqui (na associação) e melhorou mais um pouco... não tenho mais que ficar a noite toda na Rua Grande (Marcela, catadora, 7 de junho de 2019, sede da ASCAMAR).

Já Luana fez questão de frisar a mudança de posição, segundo ela, com a ida para a associação. Sobre isso ela nos disse que:

[...] antes era muito ruim ‘mermã’, a gente fica na chuva, os ‘pessoal’ olha ‘pra’ gente meio torto quando fica pela frente das ‘loja’ como se fosse roubar. Eu só quero fazer meu trabalho, ganhar meu dinheiro, tu me entende ‘né’? Foi o que deu ‘pra’ mim. Aqui ‘tá’ melhor, fiz estágio, o lugar é melhor, ‘né’? (Luana, catadora, 7 de junho de 2019, sede da ASCAMAR).

Insisto sobre como Luana começou na atividade e ela prossegue nos dizendo que:

Senhora, eu não sei fazer nada. Minha mãe já foi catadora, costureira e fazia faxina pra todo canto. Eu tentei fazer diária pra ver se tirava um “troco”, mas num deu nem “pro” começo. Aí me lembrei que mamãe conhecia a senhora que mandava por aqui e eu resolvi “vim” pedir ajuda. Já fiz o estágio, fiquei um tempo “pra” eles aqui pela Rua Grande...agora “tô” aqui. Já dá pra pensar que “tá” melhor que antes. Mas eu “num” gosto de falar disso não, gosto de pensar que Jesus vai me honrar lá (Luana, catadora, 7 de junho de 2019, sede da ASCAMAR).

Ainda sobre situações de constrangimento passadas pelos catadores, a Sra. Maria José Nascimento, presidente da ASCAMAR, nos fez um relato bastante emocionado sobre o que passou e ainda passa enquanto catadora de materiais recicláveis. Sobre o assunto, ela nos disse que:

[...] muitas pessoas quando veem a gente trabalhar nesse material elas viram a cara, elas assim ignoram a gente. E por que eles ignoram a gente? Porque eles acham que a gente trabalha com lixo, que a gente ‘tá’ fedendo e também quando agente trabalhava naquele centro comercial Rua Grande, muitas pessoas ‘via’ a gente trabalhando naquele material ali que ‘pra’ eles são lixo na porta das lojas eles pegavam se afastavam. Se eles ‘tavam’ perto da gente eles viravam o rosto ‘pro’ lado, atravessavam a rua. Eles pensam que a gente é marginal. Eles pensam ‘talí’ “ah, é marginal”, que ‘tá’ pegando aquilo dali ‘pra’ comprar droga... Então, tem vários preconceitos que a gente passa o dia a dia... Agora, no momento, ainda não, no momento a gente não passa tanto não porque a gente trabalha no galpão e as pessoas que vem fazer a doação admiram o nosso trabalho “tudinho”, mas quando a gente ‘tava’ trabalhando na rua...catando esses tipo de ‘material’ é que gera esses preconceitos dessa maneira, entendeu? (Maria José Nascimento, presidente da ASCAMAR, 17 de dezembro de 2019, sede da ASCAMAR).

Em quase todos os depoimentos colhidos com os catadores de materiais recicláveis há a referência tanto sobre a invisibilidade que eles sentem por parte das pessoas, quanto à associação que, segundo os entrevistados, a sociedade no geral faz sobre eles os comparando ou com o lixo, por lidarem com os resíduos, ou comparando os catadores com marginais e/ou usuários de drogas.

E, também, quase todos os relatos falam sobre a questão “do que restou ou o que deu”. Sentimos, por parte dos entrevistados, muita culpa acumulada por eles ao ouvirmos, de quase todos, que “se tivessem estudo”, “se tivessem dinheiro para pôr currículo em tal lugar”, “se

conseguissem ao menos limpar mercado”, “se não tivessem tido filhos”, “Se não tivessem saído de casa por causa de brigas”, “se tivesse emprego” as coisas seriam diferentes.

O termo “e se” veio à tona dezenas de vezes ao longo das entrevistas. Sobretudo no que concerne à inserção na atividade produtiva aqui analisada. Como vinha à tona há uma década, quando atuamos junto a uma associação, por exemplo. Lembro-me perfeitamente da mistura de sentimentos que eu provocava em relação aos associados da época que sempre eram externalizados pelas frases iniciadas com o “e se”. “Se eu tivesse teu estudo não estaria aqui”, “se eu soubesse escrever não estaria com a mão no lixo”, “se eu ainda tivesse tua idade estaria muito longe”.

Ainda sobre esses relatos, Anderson nos disse que:

Senhora, hoje eu até sinto vontade de vir “pra” cá. Eu acordava antes e pensava que não dava “pra” nada e a mulher já nem queria mais saber de mim. Você fica de um lado “pro” outro pela rua tentando achar um jeito de ganhar dinheiro e pagar ao menos uma conta, mas ninguém “tá” nem aí “pro” que você precisa ou seus meninos...a gente fica aí ao que a sorte pode dar “pra gente”. Aqui agora “tá” melhorzinho. Num sei se a senhora veio aqui antes..era lixo “pra” todo lado, agora dá até gosto de “vim” trabalhar...a gente já sabe até quanto vai receber (Anderson, catador, 7 de junho de 2019, sede da ASCAMAR).

Sobre sua entrada na associação, Anderson nos sublinhou que:

Eu já trabalhei aqui duas “vez”, mas tentava ganhar mais dinheiro aqui e ali e nada dava certo. Até que eu vi que podia crescer por aqui mesmo, porque trabalho de servente de pedreiro não tem todo dia lá por onde eu morava, aí já viu, melhor “tá” no lugar que todo mês tenho um certo, dá até de comer melhor (Anderson, catador, 7 de junho de 2019, sede da ASCAMAR).

Questiono ele sobre sua experiência em relação à fome e faço a seguinte pergunta a ele “O senhor já passou um dia inteiro sem se alimentar?” e ele me fez o relato a seguir:

Mais “teve” “foi” dias que não consegui nada “pra” comer, só “num” era pior porque meus vizinhos são gente boa e de vez em quando um cara lá da rua, que já “tá” velho, faz uma lista “pra” saber quem “tá” pior e vai dando comida “pros” “pessoal” , ou faz um lanche coletivo. Senhora, ainda tem gente que tem o coração bom. Tem tanta gente que vem aqui dizendo que vai ajudar “nós” e não dá nem meio quilo de feijão “pra” nós, como se a gente comece aqui. Até que de vez em quando vem um povo aqui e traz marmita “pra” nós “dividir”, mas eu faço é levar lá “pra” casa (Anderson, catador, 7 de junho de 2019, sede da ASCAMAR).

Ouvindo seu depoimento, resolvo perguntar sobre sua família e indago “Mas essa marmitta o senhor leva para quantas pessoas?”. Anderson responde depois de uma pausa e mostrando um certo incômodo:

Eu levo pro que tiver lá em casa, porque lá tem ovo? Tem. Mas não tem um bife. Se leva o bife e se divide “pra” mais três e dá “certinho”, moça. Com farinha fica “da hora” e a gente encara as coisas. (...) Falar nisso, se a moça tiver uma geladeira velha eu dou meu jeito e vou buscar porque a minha “tá” pra matar a mulher. Vai desculpando aí, viu? (Anderson, catador, 7 de junho de 2019, sede da ASCAMAR).

Luana começa a sorrir e se coloca na conversa, dizendo o seguinte:

Senhora, vai atrás desse aí não. Todo mundo aqui precisa de uma coisa, “num” é só ele não. A gente ganha as marmitas quase todo dia sim, ele que leva “pra” casa dele. Tem que trabalhar “pra” ganhar mais e “tai”, resolvido (Luana, catadora, 7 de junho de 2019, sede da ASCAMAR).

Aproveito e indago sobre o assunto para Luana, fazendo a seguinte questão “Sua alimentação melhorou depois que você veio para cá ou antes era melhor?”. Sobre isso, Luana me respondeu que:

Da água “pro” vinho depois que saí de catar pela Madre Deus. Minha mãe disse que aqui podia ser melhor “pra” mim e eu vim. Ficar sem comer nada nunca fiquei não, mas não tinha muita coisa lá “por casa” porque “tá” todo mundo desempregado, só fazendo uns bicos e tem muita gente lá, aí já viu, “né”? Aqui “tá” melhor “pra” mim e muito, consigo comprar óleo, feijão, arroz, biscoito, café, além do que um e outro que “traz” cesta “pra” gente, é bom demais Na rua não tem disso não, sabia?” (Luana, catadora, 7 de junho de 2019, sede da ASCAMAR).

Os relatos, nesse dia, foram interrompidos por uma empresa parceira que trouxe a sua doação por meio de um representante. O que era para ser motivo de satisfação naquele dia, virou um problema de saúde para todos nós que lá estávamos. Foram doados dois barris de óleo, usado, de cozinha. Segundo os doadores, para que fosse feito “sabão sustentável” a partir dele.

O representante dessa doação resolveu fazer uma demonstração, se voltando para mim, do que poderia ser feito a partir daquele material. Ele, então, abriu um dos barris e o odor era insuportável. Seguiu dizendo que, “com vontade”, seria possível ser feita uma produção de sabonetes artesanais sustentáveis a partir do óleo de cozinha usado, já que uma produção semelhante começou a ser feita na associação desde o ano de 2017.

Logo ele foi embora e um clima de constrangimento se impôs no local porque todos começamos a passar mal quase que instantaneamente com fortes dores de cabeça e enjoo. E os relatos que seguiram a partir desse evento, foram:

A senhora “tá” vendo? Os “pessoal” vem aqui e dão qualquer coisa “pra” nós e a gente tem que achar bom “pra” não perder as outras coisas, sabe? A gente fica passando mal aqui, ele botou esse negócio no meio do escritório do galpão, quê que eu vou fazer com isso aqui no meio sem material “pra” fazer o que ele “tá” mandando? É muito falta de respeito com os catadores isso aí, a senhora não acha? (Marcela, catadora, 7 de junho de 2019, sede da ASCAMAR).

Daí se seguiu a resolução de se tirar a doação do meio do galpão para se colocar em uma parte externa da sede onde vários catadores tiveram que se juntar para carregar os barris e retirá-los do local. Saímos todos do galpão antes do horário de fechamento normal da associação porque todos passamos muito mal e o clima de chateação e constrangimento com a situação atrapalhou completamente a produção naquele dia.

No dia seguinte, estive na associação para saber como todos estavam e dar continuidade à pesquisa. Anderson, Flávio, Luana e Maria ficaram responsáveis pela organização dos materiais, cinco outros associados faltaram – segundo os relatos devido aos efeitos colaterais acarretados pelo odor fétido do óleo – e Carla me pediu para ajudá-la com a organização de uma espécie de planilha de vendas que ela faz à mão para controle do recebimento das doações feitas para a associação.

Nesse mesmo dia, notei que Flávio estava muito chateado e somente o indaguei se estava tudo bem com ele e sua família a fim de buscar entender o que estava acontecendo que o fez preferir trabalhar sozinho num local no galpão e ele me respondeu que:

Senhora, é assim...eu “tô” cansado de não ter as coisas. Eu já andei fazendo coisas de que não gosto nem de lembrar, mas passou. Mas a gente também...a gente trabalha demais, faz força o dia inteiro e não chega a lugar nenhum, parece besta. A senhora não sabe o que é isso, sabe? (Flávio, catador, 8 de junho de 2019, sede da ASCAMAR).

Eu respondo que conseguia entender o ponto sobre o qual ele estava falando, mas o questiono sobre como ele entrou no local e aonde ele pretendia chegar que a frustração com o momento atual o estaria impedindo e a seguir temos um dos depoimentos que mais nos falou sobre a luta por reconhecimento. Flávio nos disse que:

Eu comecei a catar com 24 anos, depois de ser faz tudo e fazer besteira, muita besteira, com pai, mãe e não vem ao caso aqui. Só que me arrependo e muito. Eu já vim “pra” cá três “vez”, não levei a sério porque eu não gosto de barulho, gosto de “tá” só que é muito melhor. Mas ajuda mais “tando” aqui. O pessoal ajuda bastante “nós” e a gente se sente gente, não têm mais aqueles olhares achando que vou roubar o povo lá pelo Centro. Aqui não...a gente “tá” longe dos desconfiados, pessoal trata “nós” melhor e a gente vai “tendo” orgulho de conseguir as “coisa” “pra” cá. Tem caminhão, tem dia certinho “pra” receber, todo mundo gosta de mim e eu prefiro esse trabalho, eu gosto do trabalho de catador e do negócio de sustentabilidade. Tem gente que não sabe, mas a gente é o que mais importa “pra” reciclagem e “pro” mundo não acabar (Flávio, catador, 8 de junho de 2019, sede da ASCAMAR).

Ele nos disse muita coisa e levantou muitas questões, mesmo sendo aquele que menos falava na instituição e sempre preferia terminar logo as suas tarefas do dia do que estar na companhia dos demais numa pequena pausa para o café onde geralmente são as horas em que surgem as conversas, reivindicações e lamúrias referentes ao cotidiano dos catadores.

Fávio, em seu depoimento, nos falou da mudança de perspectiva de vida saindo do trabalho isolado para a sua posterior inserção num grupo; nos falou do estigma que advém de certa parcela da população, que naturaliza o fato de relacionar a atividade de catação com o roubo; nos fala, também, do respeito que vem sendo construindo e gerando reconhecimento dos demais pelo fato dele estar hoje em uma associação; nos fala sobre a possibilidade de ter uma renda mais efetiva, estando numa ação coletiva, conseguindo escapar do desemprego; bem como nos sublinha tanto as conquistas do grupo, como do sentimento de pertencimento a uma atividade que melhora as condições do meio ambiente e preserva a existência do mundo, como em suas palavras.

Percebemos nesse relato como os catadores ainda são frequentemente pensados e definidos socialmente como marginais. Para além do absurdo preconceito que a relação destaca, o mesmo é capaz de produzir efeitos gravíssimos. Não é raro ouvirmos pela mídia notícia sobre assassinatos de catadores de materiais recicláveis, sobretudo daqueles que vivem nas ruas e tentam sobreviver diariamente às mazelas trazidas pelo cotidiano nas mesmas.

Notamos, também, que tanto na época citada quanto nos dias de hoje essa mistura de sensações e sentimentos muito latentes nas falas dos catadores. Porém, antes percebíamos uma visão mais fatalista perante à vida, como se nada mais pudesse ser feito e como se tudo já tivesse sido tentando anteriormente em suas vidas. Nos dias de hoje, percebemos pelas entrevistas e observações que sempre é mencionada a mudança de situação de trabalho com a entrada dos catadores seja na associação, seja na cooperativa.

Mas, a pergunta que norteou a escrita deste presente capítulo justamente sobre o tema central deste estudo, o qual seja a luta pelo reconhecimento dos catadores de materiais recicláveis, foi sobre uma dualidade que essa mudança de situação nos suscitou após ouvirmos os relatos desses sujeitos.

Será se a mudança de situação de trabalho realmente foi modificada na última década de trabalho dos catadores na ASCAMAR e na COOPRESL? Ou será se o fato dos associados e cooperados estarem em localizações diferentes, ou seja, dentro de galpões, fez com que os olhares preconceituosos de outrora desvelados para eles na Rua Grande foram distanciados pelos muros desses novos locais de trabalho?

Estar num empreendimento de economia solidária gerou melhores condições de vida, de fato, para os catadores? Há um maior reconhecimento acerca do trabalho deles? Há mais visibilidade do trabalho deles e deles enquanto seres humanos? Há mais respeito em relação a eles? O preconceito em relação à atuação deles diminuiu ou se reconfigurou?

Todas essas perguntas nortearam o final desta pesquisa sociológica e, muito provavelmente, apesar de oferecermos alguns fatos e respostas, muitas dessas indagações continuarão a rondar os estudos de quem lida com grupos fortemente estigmatizados e/ou marginalizados pela sociedade. Há muito daquela “missão social” por parte de pesquisadores e de empresas e instituições parceiras.

E, de fato, encontramos diversos trabalhos sobre catadores, ainda que muito menos do que gostaríamos. Porém, em sua imensa maioria esses estudos falavam de instituições. De dados sobre produção e sobre os participantes daquelas instituições quando do momento das referidas pesquisas. Ou seja, discorriam muito mais sobre a chamada inclusão produtiva dos catadores de materiais recicláveis.

E esse tem sido o discurso oficial não somente do meio acadêmico. Mas também dos órgãos públicos, das empresas situadas no âmbito da responsabilidade socioambiental e dos ativistas. Mas antes de falarmos em produção, em economia solidária, em vulnerabilidade social e da importância desses sujeitos para o meio ambiente, por que não falamos e analisamos os mesmos enquanto indivíduos possuidores de histórias e dignos de reconhecimento?

Esse último ponto foi o grande desafio e a grande dificuldade quando da elaboração desta tese. Lidamos com porta-vozes dentro dos próprios empreendimentos de economia solidária, com dificuldades inerentes a toda pesquisa, claro, e, ainda, com duas grandes

problemáticas: o constrangimento, por parte dos catadores, em falar de suas próprias histórias e a instituição sempre acima dos indivíduos.

Tendo em vista esses dois desafios ao longo da pesquisa, foi a partir justamente deles que construímos nossa tese sobre a luta pelo reconhecimento dos catadores. Sobre as duas dimensões que abarcam esse reconhecimento, sobre como a ação coletiva interfere nessa luta (positivamente ou não) e sobre as histórias dos sujeitos no comparativo com as histórias das instituições das quais fazem parte.

4.6 O reconhecimento enquanto participantes de ações coletivas e o reconhecimento enquanto sujeitos detentores de respeito e dignidade

Para falarmos sobre as estruturas de reconhecimento mútuo exercidas pelos catadores de materiais recicláveis, se faz apropriado recorrermos às observações realizadas pela teoria honnethiana que serviu de embasamento para o presente estudo.

Axel Honneth (2003) parte da observação dos conflitos e das (re)configurações sociais e institucionais para buscar as lógicas sociais de um ataque individual ou coletivo capaz de promover e/ou embasar uma ação que busque restaurar as relações sociais de reconhecimento mútuo.

Sobre isso, o referido autor esboça algumas distinções sobre o reconhecimento e sobre o respeito. Acerca do reconhecimento, devemos levar em consideração, segundo Honneth (2003), as imbricações e diferenciações no que tange ao reconhecimento jurídico e ao reconhecimento que se refere à estima social. Enquanto o primeiro diz respeito às propriedades universais que constituem os homens, a estima social reúne as propriedades que os particularizam em meio à sociedade.

Nessa explicação, o autor citado sublinha veementemente a importância de tanto conhecermos as propriedades jurídicas que são capazes de constituir o reconhecimento jurídico das pessoas, como, e principalmente, de atentarmos como são formuladas as questões que estruturam o sistema de valores que subsidiariam a chamada estima social. E, ainda sobre essa diferenciação, nos orienta a atentarmos para a estrutura que envolve a capacidade dos sujeitos de se reconhecerem enquanto pessoas de direito.

A teoria honnethiana evoca a tradição jurídica e acadêmica de reflexões sobre os direitos relativos à pessoa e frisa a importância histórica de Thomas Marshall para elaborar uma percepção histórica sobre esse tipo de tradição de direitos.

Entretanto, sua análise está para além da tríade analisada por Marshall a qual seja a da aquisição dos direitos civis concernentes à liberdade durante o século XVIII, a conquista dos direitos políticos ao longo do século XIX e, por fim, a elaboração dos direitos sociais do chamado bem-estar durante o século XX.

Honneth (2003) frisa que:

Faz parte da pré-história dessa categoria de direitos fundamentais a luta conduzida em alguns países no século XIX pela introdução do ensino obrigatório universal; seu objetivo era dotar não a criança, mas o adulto futuro, com a medida de formação cultural que é o pressuposto necessário para o exercício igual de direitos políticos (HONNETH, 2003, p. 192).

E ainda sobre esse assunto ele aprofunda sua crítica nos dizendo que os direitos políticos seriam meras formalidades para grande parte da população a qual não possuía acesso a uma igualdade por não estarem inseridos no mesmo patamar econômico daqueles que, efetivamente, possuiriam as garantias de vida necessárias para o exercício mais amplo do conjunto de direitos outrora citado.

O autor ainda acrescenta que:

Reconhecer-se mutuamente como pessoa de direito significa hoje, nesse aspecto, mais do que podia significar no começo do desenvolvimento do direito moderno: entretantes, um sujeito é respeitado se encontra reconhecimento jurídico não só na capacidade abstrata de poder orientar-se por normas morais, mas também na propriedade concreta de merecer o nível de vida necessário para isso (HONNETH, 2003, p. 193.).

Para além do reconhecimento jurídico, o autor destaca que devemos observar as mudanças na estrutura social as quais propiciaram as mudanças profundas no que concerne à questão da estima social, visto que o paradigma social de honra deu lugar a dois outros parâmetros sociais exponencialmente mais acionados: os conceitos de “reputação” e de “prestígio social”.

Sobre essa “evolução” de parâmetros, o referido autor nos diz que:

A estima social assume um padrão de que confere às formas de reconhecimento associadas a ela o caráter de relações assimétricas entre sujeitos biograficamente

individualizados: certamente, as interpretações culturais que devem concretizar em cada caso os objetivos abstratos da sociedade no interior do mundo da vida continuam a ser determinadas pelos interesses que os grupos sociais possuem na valorização das capacidades e das propriedades representadas por eles; mas, no interior das ordens de valores efetivadas por via conflituosa, a reputação social dos sujeitos se mede pelas realizações individuais que eles apresentam socialmente no quadro de suas formas particulares de autorrealização (HONNETH, 2003, p. 208).

Considerando a existência de universos diferenciados de realização individual, a partir de níveis de estima social reconfigurados pela sociedade moderna, o autor nos propõe a reflexão a partir das ideias de simetria e assimetria. É somente possível, segundo ele, pensarmos em solidariedade à medida em que exista relações simétricas entre os sujeitos que fazem parte de um determinado grupo social.

Tal simetria se coaduna com o princípio de estima social quando existe a tolerância em relação às particularidades dos sujeitos participantes desse grupo social. Mas, para efeitos desta pesquisa sociológica, nos faz imprescindível o entendimento e a observância da estrutura das relações sociais de reconhecimento esquematizadas por Honneth (2003) e demonstrada no segundo capítulo desta tese.

É fundamental para essa pesquisa entender em que ponto as experiências pessoais dos sujeitos e que geram estima social entre eles em diferentes níveis de afetividade se inter cruzam com as experiências pessoais de desrespeito impostas a eles durante suas trajetórias. E em que medida os conflitos sociais decorrentes destas últimas experiências seriam capazes de gerar uma ação coletiva que possua, em seu cerne, a luta pelo reconhecimento enquanto objetivo primordial.

Mas para observarmos tal inter cruzamento de experiências e a estrutura das relações sociais de reconhecimento no que tange aos catadores de materiais recicláveis, resolvemos discorrer sobre essas relações sociais de forma bidimensional.

Assumimos a tese de que seria impossível falar de luta pelo reconhecimento, no que concerne a grupos de catadores, sem falarmos nas experiências desses sujeitos de forma individual, no que tange às experiências deles em relação à sua dignidade, e de maneira coletiva, mais especificamente nas possibilidades de visibilidade enquanto sujeitos dignos dos mesmos direitos que os demais cidadãos a partir da participação deles nas chamadas ações coletivas.

No que podemos aferir sobre a ASCAMAR e sobre a COOPRESL e da observação participante nos mesmos, podemos perceber que tanto a associação quanto a cooperativa

surgiram em decorrência de ações coletivas organizadas por catadores de materiais recicláveis ainda que em graus de afetividade diferentes do que aqueles estabelecidos pela teoria honnethiana. E tais ações alcançaram, ainda que de forma incongruente e dependente de outros agentes que permeiam a esfera social concernente ao meio ambiente em São Luís, muitos dos objetivos que possuíam quando do momento de seus surgimentos.

COOPRESL e ASCAMAR conquistaram as suas sedes próprias, ainda que após muitas reivindicações por parte dessas entidades ao longo de quase duas décadas de existência das mesmas e ainda que as mesmas tenham prazo de cessão, ou seja, de uso por parte da associação e da cooperativa, a princípio por cinco anos; e conseguiram aportes por meio de parcerias que só foram possíveis, porque as duas entidades atuam de forma coletiva.

Também conquistaram o reconhecimento por parte tanto do Poder Público, quanto por boa parte da população maranhense, visto que tanto a cooperativa como a associação são consideradas as principais entidades formadas por catadores na cidade de São Luís e sendo, igualmente, reconhecidas pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

Vale à pena acrescentarmos, também, as diferentes fases e tipos de relações estabelecidas com as esferas municipal e estadual do Poder Público. A depender do governo atuando, houve períodos de maiores ou menores aportes em relação à reciclagem em São Luís e, assim, de maior afastamento ou proximidade em relação à associação e à cooperativa.

Cada ciclo de aproximação ou de afastamento contou com diferentes sujeitos participantes nessas entidades, visto que, além das suas respectivas lideranças, nenhum catador ou catadora de material reciclável permaneceu como membro das mesmas de forma contínua, ou seja, tendo feito parte dessas entidades desde o início sem nunca ter deixado de ser seu membro.

A alta rotatividade dos membros foi uma característica preponderante tanto para a ASCAMAR quanto para COOPRESL e vista com uma certa naturalidade por suas presidentes as quais apontam no estabelecimento de ordens e de horários as principais razões para a não permanência de seus associados e cooperados.

Por parte dos entrevistados, a maioria procurou não dar enfoque para uma possível problemática nessa questão da rotatividade dos membros desses empreendimentos, cabendo a eles apenas discorrerem sobre a falta de conhecimento sobre o processo produtivo como um todo.

Gostaríamos de frisar um outro aspecto peculiar e marcante para a ASCAMAR e para a COOPRESL que se refere às suas lideranças femininas. Tanto a liderança da associação quanto a da cooperativa possuem uma estabilidade de poder nos seus postos facilmente observada, visto que estão há mais de uma década ocupando os cargos de presidentes das duas entidades. Ambas as lideranças, ao narrarem as conquistas das organizações, buscam sublinhar seus papéis enquanto líderes das entidades, como articuladoras dessas conquistas e do reconhecimento social conquistado por elas através de suas trajetórias enquanto presidentes da associação e da cooperativa.

Na entrevista com a Sra. Maria José Castro, presidente da COOPRESL, houve grande enfoque de sua fala acerca das conquistas enquanto catadora de materiais recicláveis, onde podemos destacar uma fala em especial que versa sobre essas realizações antes mencionadas. Ela nos disse que:

Dia quatorze de novembro recebi meu terceiro prêmio pelo serviço prestado ao meio ambiente. Foi do Tribunal de Justiça; fui condecorada com uma medalha de honra e mérito (Maria José, presidente da COOPRESL, 17 de dezembro de 2019, sede da cooperativa).

Gostaríamos de sublinhar nesta pesquisa que o aspecto de reconhecimento mútuo, mencionado tantas vezes por Axel Honneth (2003) ao longo de sua análise sobre luta pelo reconhecimento, foi o aspecto preponderante observado nesta pesquisa como premissa para uma ação coletiva empreendida pelos catadores.

A comunidade de valores, ou solidariedade, evocada por Honneth (2003) também emergiu em diversos momentos nas nossas observações acerca do cotidiano dos catadores. Eles se reconhecem como indivíduos que necessitam de mecanismos de ajuda mútua para atingirem seus objetivos, tanto em relação aos aspectos subjacentes à produção, como também aqueles que se coadunam sobre a busca por respeito cognitivo advindo da sociedade.

Sobre isso, Honneth (2003) esclarece que:

Estimar-se simetricamente nesse sentido significa considerar-se reciprocamente à luz de valores que fazem as capacidades e as propriedades do respectivo outro aparecer como significativas para a práxis comum. Relações dessa espécie podem se chamar ‘solidárias’ porque elas não despertam somente a tolerância para com a particularidade individual da outra pessoa, mas também o interesse afetivo por essa particularidade: só na medida em que eu cuido ativamente de que suas propriedades, estranhas a mim, possam se desdobrar, os objetivos que nos são comuns passam a ser realizáveis (HONNETH, 2003, p. 211).

Quando questionamos os catadores, ainda no princípio de nosso estudo, sobre as motivações para a entrada numa ação coletiva, tais como a associação e a cooperativa, todos os catadores das duas entidades responderam que ingressar numa ação coletiva lhes oferecia melhores condições de trabalho na atividade que exercem. Esse é um fator que gostaríamos de sublinhar porque foi a única motivação que foi unanimidade para os sujeitos aqui analisados. As demais motivações foram elencadas num quadro que elaborei e que subsidiou a conclusão desta pesquisa.

Ainda assim, gostaríamos de discorrer sobre essa motivação referente à entrada numa ação coletiva a partir do relato de dois depoimentos. O primeiro é de Dona Rosa, uma das sócias fundadoras da ASCAMAR. Sobre isso ela nos disse que:

Michelle, nós juntos somos mais fortes. Um catador na rua, sozinho, não tem força “pra” conquistar o que a gente conquistou e vem conquistando. Não tem o trabalho reconhecido, as doações “certinhas”, o caminhão “pra” fazer a coleta. Nós não, aqui é outra coisa. Tem o lugar “pra” sentar, parar para beber uma água “numa” sombra, tem o reconhecimento de nosso trabalho. E o MNCR reconheceu a gente como associação. Por muito tempo fomos a única associação reconhecida por eles aqui. E eu “tava” lá atrás correndo atrás do “meu” e dos outros. Já “tive” mais de uma função aqui, mas hoje minha maior função é dizer “pra” esse povo não deixar perder o que conquistamos lá atrás. É ter que conseguir sede própria, uma renda justa, mais reconhecimento do nosso trabalho, de nossa atividade. SE tivesse sozinha isso aqui não “existia”, muito menos não teríamos essas coisas todas aqui que você “tá” vendo (Rosa, catadora, 12 de novembro de 2019, sede da ASCAMAR).

Conseguimos perceber com esse depoimento e os anteriores presentes neste mesmo capítulo, bem como na observação que realizamos nos locais, que estar em uma ação coletiva significa, para os sujeitos aqui observados, estar num local que lhes oferece mais segurança para a realização da atividade, bem como lhes confere mais reconhecimento de sua atividade como crucial para o meio ambiente e, mais, para a sociedade como o todo.

Ainda sobre essa questão da ação coletiva ser vista como melhor do que o desenvolvimento da atividade de maneira isolada, bem como sobre a solidariedade subjacente à atividade na organização, Flávio nos disse que:

Aqui todo mundo se conhece, se ajuda, quando um tem que parar por qualquer coisa, o outro vem e finaliza o trabalho. O pessoal do grupo se trata bem e as empresas que vêm aqui tratam “nós” com respeito, conseguem ver o trabalho da gente no galpão, tá senhora (Flávio, catador, 12 de novembro de 2019, sede da ASCAMAR).

Para além da conquista de caminhão, de maquinários e sedes, ainda que cedidas num primeiro momento, estar em uma ação coletiva significa ter força para conquistar objetivos do grupo estando esses sujeitos mais próximos da conquista de pautas de reivindicação do MNCR por exemplo. Pautas essas que, ainda que cheguem para aqueles que desempenham a atividade de forma isolada, só encontram a sua totalidade, no sentido da materialização da conquista da demanda, quando o catador está inserido numa ação coletiva, seja essa uma associação ou uma cooperativa.

De acordo com o que foi percebido nas entrevistas presentes nas seções anteriores e observado na pesquisa de campo, os membros das organizações elencaram várias mudanças de ordem positiva ao migrarem da atividade isolada para as iniciativas em grupos, no que se refere ao desenvolvimento da atividade de catadores de materiais recicláveis.

Nos relatos, vimos que foram apontadas pelos entrevistados várias melhorias nas condições de trabalho, maior organização dos horários e tarefas dos catadores e aumento da visibilidade social através do reconhecimento da atividade – e de sua importância para a sociedade e para o meio ambiente – a partir da entrada desses agentes nas organizações.

As conquistas – e o reconhecimento – a nível individual se coadunam, de acordo com as entrevistas, com as realizações no âmbito coletivo. Sobre essa junção da luta pelo reconhecimento a níveis individual e coletivo, podemos atentar para o seguinte depoimento:

Senhora, eu trabalho no projeto desde quando ele começou e deixa eu lhe falar...ainda hoje continuo aqui trabalhando na associação. E se antes, “bem antigamente”, eu trabalhava na Rua Grande, agora posso dizer que estou num galpão. E sabe qual é a maior diferença hoje que eu vejo em relação “de quando” iniciou o projeto? Hoje nós temos nosso trabalho valorizado e localizado. O povo sabe onde estamos localizados, entende? Estamos numa sede, num galpão. E o principal é que não tem aquela imensa dificuldade que a gente tinha antes. Hoje tudo é mais fácil de se conseguir aqui numa sede. Nós temos toda a garantia daqueles que prezam pelo nosso trabalho; nós só precisamos de um projeto que diga que vamos ter certeza que nunca vai faltar o nosso galpão (Rosa, catadora, 12 de novembro de 2019, sede da ASCAMAR).

Podemos perceber, com o relato citado, que houve a percepção de melhoria das condições de trabalho e de vida, com a saída da realização da atividade nas ruas e a consequente mudança para o desenvolvimento da atividade num galpão de posse da associação, situado à Rua de São Pantaleão. Dona Rosa também sublinhou as mudanças e conquistas da associação e avalia que hoje há uma facilidade maior para a realização dos objetivos dos catadores.

No que se refere à COOPRESL, isso também fica em evidência ao vermos o depoimento acerca da importância do catador, enquanto agente ambiental, para a presidente da cooperativa:

Há vinte anos atrás, quando a gente começou, quando a COOPRESL começou, ninguém achava que...todo mundo achava que era lixo, que lixo não dá dinheiro, que lixo é lixo. Hoje todo mundo sabe que ele é material reciclável, que é matéria-prima, então, dá dinheiro, tanto que já tem muita gente engajada nesse segmento. Inclusive tem até empresas tirando de nós a oportunidade é...de sobrevivência a partir desse material. Alguns empresários aí querendo “passar a perna” na gente de tanto valor que já tem a reciclagem. E avançou muito. Nós somos reconhecidos, eu nunca me senti discriminada aqui, nem o pessoal aqui da cooperativa também não, sempre nós temos orgulho de dizer que somos catadores de material reciclável, somos agentes ambientais nessa questão da sustentabilidade. Onde vamos hoje somos bem recebidos pelas maiores autoridades, então, aqui no Maranhão, principalmente em São Luís, tudo melhorou muito nessa questão do reconhecimento. A gente quer já receber nossa prensa, picotadeira, nosso escritório já “tá” praticamente montado, com impressora. E queremos que as grandes empresas, de vez em quando, trouxessem as doações para nós, nos ajudassem com essa logística (Maria José Castro, presidente da COOPRESL, 29 de maio de 2020, entrevista via Whatsapp devido à pandemia).

Mas e no que concerne à dimensão individual? O que tem sido feito pelos catadores para conquistarem maior dignidade e respeito por parte da sociedade e de que forma essas ações conseguem ter impacto sobre a autoestima e o chamado auto respeito desses sujeitos?

Nesta pesquisa, partimos da perspectiva de que as instituições formadas e organizadas por catadores não podem constituir, unicamente, a construção da luta pelo reconhecimento desse grupo social. Assim, partimos do pressuposto de que essa luta tem caráter bidimensional, ou seja, que ela é construída enquanto ação coletiva e que é mantida e refletida pelos sujeitos que sofrem com essas experiências de desrespeito e humilhação.

Notamos ao longo desta pesquisa, principalmente na seção 4.5, que tais experiências citadas fizeram parte das trajetórias de todos os catadores de materiais recicláveis que eram membros das duas entidades aqui analisadas sociologicamente. E que essas experiências de caráter tão negativo e com mecanismos de desprezo tão marcantes em suas vidas fizeram com que resolvessem buscar nas ações coletivas uma espécie de proteção em relação às mazelas conceituais de discriminação oriundas da sociedade.

Essa proteção é explicada por eles, ao longo das entrevistas, pela separação que é realizada dentro do próprio movimento local de catadores. O catador de material reciclável que atua nas ruas, de forma isolada e independente de qualquer tipo de grupo de catadores acaba sofrendo, segundo eles, muito mais do que os catadores que fazem parte de associações ou cooperativas.

Quando indagamos a eles sobre o porquê dessa diferenciação interna entre os próprios catadores, a única resposta que obtivemos diz respeito a não ter que ser visto realizando tal atividade que desempenham.

Pelo que pudemos observar e verificar com as entrevistas realizadas neste estudo, o catador de material reciclável das ruas está mais exposto à sociedade e seus mecanismos de humilhação, enquanto aqueles que participam das ações coletivas acabam ficando confinados nos galpões de triagem onde funcionam as sedes desses empreendimentos solidários, longe em grande parte dos olhares e do vocabulário discriminatório da sociedade. Mas é claro que essa é apenas a menor parte das explicações inerentes às novas experiências coletivas.

Estar numa associação ou cooperativa, segundo tudo que ouvimos e observamos, torna possível a maior visibilidade do trabalho relativo à atividade do catador. Enquanto aquele que desempenha a mesma atividade isoladamente é percebido, segundo eles, pela sociedade como alguém estigmatizado pelo trabalho com o lixo e com a ambivalência referente ou à sobrevivência ou à marginalidade, os grandes opositos que pairariam sobre aqueles catadores que trabalham por conta própria, a dimensão muda de figura em relação aos que desempenham o trabalho em grupos, sobretudo no que tange aos grupos formalmente constituídos.

Os catadores inseridos em grupos de ações coletivas, tanto aqueles que analisamos nesta pesquisa, como aqueles que foram entrevistados em diversas pesquisas que trouxemos aqui, mencionam sempre o melhor tratamento recebido pelos demais indivíduos, no sentido de serem vistos como agentes que realizam uma atividade importante para o meio ambiente. Aliás, a concepção de agente ambiental é bastante evocada por aqueles que fazem parte de grupos e isso ficou visível nas falas da maioria dos entrevistados, principalmente daqueles oriundos da COOPRESL.

Em diversos momentos, os catadores da cooperativa e, sobretudo, a sua liderança, fizeram referências tanto à importância das parcerias com as esferas públicas e privadas, bem como discorriam sobre a importância dos catadores enquanto agentes ambientais. Em uma dessas falas, a presidente da cooperativa disse que:

Preconceito não, nunca...eu tenho orgulho de ser catadora de materiais recicláveis, só lamento às vezes quando alguém sem conhecimento nos chama de catadores de lixo. São uns imbecis. Quer seja poder público ou não sempre somos respeitados; temos reunião com governo direto...estadual, municipal, federal e sempre somos recebidos com muito respeito porque somos responsáveis pela sustentabilidade

(Maria José Castro, presidente da COOPRESL, 20 de agosto de 2019, sede da cooperativa).

Como verificamos ao longo desta pesquisa, diversos estudos mostraram que a atividade de catador ainda possui sua maior parcela de atuação na maneira isolada e muitas vezes ainda se relaciona tanto com a situação de rua como com o desemprego e/ou desalento. Ainda assim, suas reflexões sobre a evolução dessa autoimagem dos catadores merecem nosso destaque.

Ainda assim, por todo este estudo foi citada a alta rotatividade dos membros da associação e da cooperativa. Mas como explicarmos essa consequência negativa, e até certo ponto inesperada de uma entidade de economia solidária? E os laços de solidariedade advindos do reconhecimento mútuo de exclusão, de sofrimento e de humilhação pelos quais esses indivíduos passam cotidianamente?

Sobre isso, já mencionamos algumas explicações na seção anterior no que concerne ao caso específico dos catadores analisados na cidade de São Luís, mas gostaríamos de frisar mais uma a elas. O isolamento. Tal característica é extremamente marcante na vida dos catadores de materiais recicláveis e passar a lidar com um grupo para a realização de uma atividade é sempre um desafio novo, pois perpassa pelo entendimento e pela aceitação de regras e da convivência com outros indivíduos.

Levando isto em consideração, não conseguimos observar a motivação necessária para a criação de um movimento social que tenha como objetivo, por exemplo, a resistência política. Ou, até mesmo, por exemplo, a mudança de concepção política. Percebemos, muito mais, uma indignação com as experiências acumuladas ao longo das trajetórias desses sujeitos que foi capaz de buscar um novo rumo, sim, a partir da lógica da ação coletiva.

O conflito subjacente aqueles catadores participantes de ações coletivas que analisamos veem o mesmo muito mais em relação à sociedade, mais especificamente ao modo como a sociedade os enxergava e muitos ainda os enxergam e em certa medida com si mesmos, se levarmos em consideração o desejo deles de mostrarem que, agora sim, pertencendo a essas ações coletivas, eles conseguem ter uma ocupação, uma renda, uma forma de serem associados à concepção de agente ambiental fundamental para a sustentabilidade.

As experiências individuais de humilhação são, em grande medida, deixadas de lado quando há a entrada desses agentes em grupos formalmente constituídos de catadores de

materiais recicláveis. Mas não são esquecidas, visto que foram elas as principais motivações, junto ao desemprego e à falta de renda, para preferirem o trabalho em grupo do que a atividade isolada que trazia consigo os olhares, o estigma e os preconceitos de parcelas da sociedade.

Passa-se a promover a discussão pelo que a ação coletiva precisa para que as conquistas do grupo possam ser, igualmente, dos indivíduos. Toda a busca por parcerias, projetos, aprovação de leis, luta por maquinários, caminhões, sede próprias, inerentes à realidade das entidades de catadores, se impõe sobre os sujeitos, mas de forma positiva, sendo percebidas como aquisições que, muito provavelmente, serão fundamentais para o aumento de suas rendas e pela visibilidade do trabalho que decidiram desenvolver.

É exatamente aí que a esfera bidimensional da luta pelo reconhecimento dos catadores de materiais recicláveis se faz presente, ao levarmos em consideração que o reconhecimento enquanto catadores que são, hoje, percebidos como agentes ambientais que contribuem ativamente para a coleta seletiva e, assim, para a sustentabilidade do planeta, são capazes de ter reconhecimento social quando as ações coletivas de que fazem parte alcançam conquista após conquista os seus objetivos.

Notamos, igualmente, que há uma percepção desigual entre os catadores das ações coletivas aqui estudadas. Tanto no que condiz à semântica negativa, como também no que se refere à luta pelo reconhecimento (isso na discussão de âmbito da dimensão individual).

Percebemos que na cooperativa, a questão da humilhação e do desrespeito quase que não aparece nas falas e no cotidiano da entidade. Parece, a todo momento, que há uma gramática própria da superação dessa fase que já fora absorvida pelos catadores que dela fazem parte e, muito mais, pela presidente da cooperativa.

O discurso de cooperação e parceria com o poder público e com as entidades privadas a todo momento parece que se alinha com as conquistas ao longo da trajetória da COOPRESL e que se entrelaçam com a própria trajetória de sua liderança. É a construção de um discurso com misto de gramática própria com aquilo que possível entidades financiadoras de uma cooperativa de catadores a todo momento sublinham no tocante à sustentabilidade conquistada por meio de agentes ambientais que, no caso citado, são os catadores de materiais recicláveis.

A própria palavra “lixo” não foi mencionada em quase nenhum momento nas entrevistas com os cooperados e com sua liderança; o mesmo só foi falado quando se

discorreu sobre a desinformação daqueles que usam a palavra no lugar de falarem aquilo que seria o correto, ou seja, o material reciclável.

A pessoa mais velha da cooperativa sou eu, que “tô” com 72 anos, comecei em 2000, aí você pode imaginar quanto anos eu tenho de trabalho nessa cooperativa. E foi muito difícil, com muita dificuldade, foi muita, muita, muita...houve enfrentamento, muitas caminhadas muitas pedras, muitos espinhos, muitas portas na cara, “pra” chegar onde chegamos hoje. Já “pros” que vem “tá” mais fácil porque as portas já “tão” abertas, né, mas não foi fácil não, mas eu e a cooperativa conseguimos (Maria José Castro, presidente da COOPRESL, 19 de novembro de 2019, sede da cooperativa).

Notamos, na passagem citada, que há uma visão de transposição e de conquista de um lugar que é tanto dela e da cooperativa, lugar esse resultante como fruto de seus esforços e que lhes conferiu reconhecimento, fato que fica claro quando ela diz “para chegar onde chegamos”. Assim, vemos que a cooperativa, representada por sua liderança, enaltece um lugar de superação onde já não é permitido – ou necessário – se falar no passado com dimensão de degradação ou humilhação, mas sim num passado de lutas que foram substituídas por conquistas que são, ao mesmo tempo, da cooperativa e de sua presidente.

Já no que concerne à ASCAMAR, percebemos que, por mais que em alguns momentos a autoimagem dos catadores relativa à noção de agente ambiental se faça presente, a dimensões relativa ao desrespeito, sofrido pelos catadores quando da atuação individual, ainda aparece muito em seus relatos.

A questão das conquistas da associação são, sim, também frequentemente mencionadas, mas nunca num lugar de finitude, ou melhor, numa concepção de que o objetivo maior já se realizou ou de que já se chegou num lugar que representaria este ou aquele ponto de virada na forma pela qual a sociedade os enxergaria.

Há, muito mais, os relatos de como a ação coletiva os fortaleceu enquanto catadores de materiais recicláveis e que as lutas seriam constantes. O maior objetivo da associação seria uma sede, de fato, própria ou com condições suficientes para a ampliação da produção. Da mesma forma, a questão das parcerias com as esferas públicas e privadas também são fortemente mencionadas, mas como um meio para a consecução dos objetivos da entidade e não como um fim em si mesmo.

A gramática moral do conflito aqui, para voltarmos à discussão de Honneth (2003), é muito mais perceptível em relação à associação do que no que seja relativo à cooperativa. O

conflito aparece em relação à sociedade no que tange às experiências compartilhadas pelos catadores de memórias sociais advindas do desprezo, do preconceito e da humilhação (seja esta última velada ou literal).

O conflito em relação ao Estado se mostra de maneira tênue devido à dependência que ainda existe dos catadores da associação em relação às iniciativas e aos projetos que possam vir do poder público. Há, assim, a luta pelo reconhecimento da importância dos catadores para a conquista da sustentabilidade, reconhecimento esse que somente poderia vir da ação estatal e da expertise daqueles que dele fazem parte para a participação em editais de fomento, por exemplo.

Sobre isso, gostaríamos de mencionar aqui a fala da presidente da associação a respeito desses assunto. Ela nos disse que:

Olha Michelle, deixa eu te dizer, até que eu dou graças a Deus no sentido da melhoria que teve aqui na associação, tanto em equipamentos que a gente já tem alguns e com o caminhão melhorou no sentido financeiro, aí deu uma alavancada assim um pouco. Graças a Deus eu “tô” terminando de ajeitar minha casinha, tudinho, entendeu? Então, quê que acontece...o que tem que melhorar mesmo é melhorando nosso trabalho...é as pessoas, tanto a gente como os empresários se “conscientizar” né...do nosso trabalho “pra” poder a gente ser reconhecido realmente porque a gente já somos reconhecidos, mas não da maneira certa, como você sabe. A gente ainda tem alguma dificuldade porque as vezes os empresários no lugar deles fazerem a doação do material, eles fazem é vender...que é a ambição do ser humano...quanto mais tem, mais eles querem ter, mas é assim, mas graças a Deus a gente melhorou e se Deus permitir a gente vai melhorar muito mais (Maria José Nascimento, presidente da ASCAMAR, 14 de janeiro de 2021, entrevista via aplicativo de mensagem whatsapp devido à pandemia).

Como notamos nesta passagem, a luta pelo reconhecimento persiste de forma bidimensional na associação, no sentido de que é ensejada pelos objetivos condizentes ao reconhecimento dos catadores em sua importância e de uma maneira correta que ainda, como no relato, não é aquela que é esperada pelos catadores.

Há a luta pelo reconhecimento dos catadores enquanto indivíduos merecedores de ações voltadas para a conquista de seus objetivos, um reconhecimento que não paire apenas no campo do discurso, mas que se efetive de maneira prática através tanto da ação dos empresários, por meio das doações dos materiais recicláveis, como também por parte do Estado, com a garantia da aquisição e da manutenção de direitos dos catadores.

4.7 Os efeitos da pandemia do COVID-19 sobre as atividades dos catadores de materiais recicláveis

Na conclusão deste capítulo, trouxemos a luta pelo reconhecimento dos catadores de materiais recicláveis numa dimensão bastante objetiva a qual seja a garantia de direitos em uma situação atípica para esses sujeitos. Discorremos, aqui, sobre como a pandemia do COVID-19 os afetou nas dimensões individual e coletiva e debatemos como, no caso desses agentes, essas duas perspectivas são altamente correlacionadas, de maneira que são praticamente não-excludentes quando falamos em pessoas que lutam por um reconhecimento que ainda perpassa, e muito, pela ação do Estado e pelo olhar da sociedade sem o véu do estigma em relação a eles.

Poderia ter realizado este tópico com um tratamento puramente histórico. Porém, ao conversarmos frequentemente com os sujeitos centrais a esta pesquisa e observarmos como eles foram um dos grupos que mais foram penalizados durante a pandemia, resolvemos elaborar a conclusão desta tese ressaltando os enormes desafios enfrentados pelos grupos aqui citados.

A pandemia do coronavírus ou comumente chamada de pandemia do COVID-19 remonta ao mês de dezembro de 2019, segundo os registros oficiais, tendo sua origem na cidade de Wuhan, na China. Em onze de março de 2020, houve a declaração, por parte da Organização Mundial de Saúde (OMS) de que se tratava de uma pandemia causada pelo vírus SARS-COV 2. A mesma ainda se encontra em curso apesar do desenvolvimento de várias vacinas criadas em tempo considerado recorde e fruto dos esforços da comunidade acadêmica e científica mundial.

Nosso objetivo aqui não é discorrer sobre os efeitos de uma pandemia que ainda nos aflige, que matou milhões de pessoas por todo o mundo e que adoeceu, muitas vezes deixando sequelas físicas e emocionais, outros tantos milhões de indivíduos. Isso é feito através de levantamento históricos e jornalísticos diariamente.

O que realmente nos motiva a incluir a mesma nesta tese de doutorado é o fato de que ela trouxe uma gama terrivelmente diversificada de efeitos sobre a população mundial e, como já era de se esperar por todos nós, trouxe efeitos ainda piores para aqueles que se encontram mais à margem da sociedade, distantes dos recursos necessários à sobrevivência, seja ela física, seja ela econômica.

Primeiramente, para sublinharmos alguns pontos a nível econômico, gostaríamos de frisar os efeitos da pandemia de COVID-19 para a economia mundial, para virmos de uma perspectiva macro até atingirmos nosso objetivo maior com esta conclusão de pesquisa.

Segundo entrevista concedida pelo embaixador e professor Rubens Barbosa à RÁDIO USP (2020), as consequências mais prementes da pandemia dizem respeito ao retrocesso econômico a nível mundial, a queda dos níveis de comércio exterior e aumento da dívida pública. Ainda em relação aos efeitos da pandemia na economia mundial, o embaixador frisou as mudanças mais notáveis que o mundo passará a partir dessa crise de amplitude internacional (RÁDIO USP, 2020, disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/efeitos-da-pandemia-na-economia-global-serao-de-longa-duracao/>).

No que se refere às mudanças na organização do panorama econômico mundial, o entrevistado apontou quais foram as modificações nas tendências do comércio no que diz respeito ao incremento de operações financeiras de natureza online e digitais. Outro forte mudança apontada por ele será a intensa diversificação das cadeias produtivas tendo em vista a crescente nacionalização de produtos observados como estratégicos (para efeitos elucidativos, podemos pensar nos insumos para a criação de vacinas do COVID 19). E outro ponto macroeconômico apontado por Barbosa seria a possível tensão entre Estados Unidos e China no que tange aos acordos comerciais e aos interesses geopolíticos (RÁDIO USP, 2020, disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/efeitos-da-pandemia-na-economia-global-serao-de-longa-duracao/>).

Já no que se refere ao Brasil, o IBGE (2020) verificou que o produto interno bruto, ou PIB, encolheu 4,3% no ano de 2020, um dos maiores tombos econômicos da série históricas brasileira verificada pelo IBGE desde 1990. E, segundo analistas, ainda poderia ter sido pior já que a previsão era a de que o PIB brasileiro iria encolher por volta de 6,5% no ano de 2020. Segundo os economistas, a referida queda econômica do Brasil só não foi pior devido à criação do auxílio emergencial, ainda que tal explicação mereça, mais à frente, algumas considerações relevantes a esse assunto e à relação com o aumento da vulnerabilidade social dos catadores de materiais recicláveis.

A partir de meados de abril do ano de 2020, o referido auxílio emergencial passou a ser pago pelo Governo Federal para as faixas da população mais afetadas pelo desemprego (seja ele resultante das medidas de isolamento social promovidas pelos estados, seja ele resultante de retração econômica brasileira observada desde 2014). Isso acabou freando, ou

minimizando, alguns efeitos econômicos da pandemia do COVID-19 no Brasil e promovendo até algumas “ondas de crescimento” do comércio brasileiro a partir, principalmente, do terceiro trimestre de 2020.

Quando pensamos em renda de uma pessoa acabamos pensando tanto no poder de compra desse indivíduo como na capacidade dele de gerir e honrar com seus compromissos orçamentários. Mas quando olhamos para a questão de forma muito mais atenta, a questão se torna proporcionalmente ainda mais complexa. Não ter renda é não ter condições mínimas de sobrevivência em sociedade, é não ter meios para existir enquanto sujeito apto a exercer as mais diversas atividades donde se inclui, por exemplo, sair para procurar um emprego.

Durante a pandemia do coronavírus, muito e exaustivamente se chegou a falar sobre a criação de um auxílio emergencial para os desempregados no Brasil. Porém, quando falamos na criação de uma renda emergencial para os catadores de materiais recicláveis, não houve uma congruência de ideias por parte tanto do poder público como do debate da sociedade civil.

Em relação ao impacto da paralisação das atividades dos catadores de materiais recicláveis, obviamente não concordamos com a continuidade do trabalho dos mesmos, com uma grave pandemia em curso, se não forem garantidas as condições mínimas de higiene, proteção e de manutenção da saúde e vida dos mesmos.

Se levarmos em consideração tudo que foi explanado nesta tese, teremos em mente que na maioria das associações e cooperativas de catadores deste país não existe o mínimo para a garantia das realizações das atividades desses sujeitos de forma cem por cento segura. Para exemplificarmos isso, podemos pensar na questão das roupas e dos EPI'S para os catadores que ainda se apresentam como artigos muito distante de suas realidades.

E se pensarmos, ainda mais, naqueles catadores que exercem suas atividades de maneira individual, longe de algumas benesses com as quais os catadores que se inserem em ações coletivas contam, as consequências são ainda mais dramáticas. Primeiro porque muitos deles não são nem quantificados pelas ações de pesquisas de amostragem nacionais. E, segundo, porque já não contavam com as condições mínimas de segurança para desenvolverem seus trabalhos como, por exemplo, as máscaras de proteção.

A criação de um auxílio emergencial para os catadores, no Maranhão, somente foi efetivada em março de 2021, após algumas rodadas de discussões entre o poder público e os

catadores de materiais recicláveis a partir de muitas reivindicações feitas por estes últimos. Sobre isso, podemos trazer aqui o que fora relatado em uma reportagem do canal G1:

Foi lançado o edital do Programa Estadual de Incremento à Renda dos Catadores Maranhenses (auxílio emergencial) no valor de R\$ 400,00 para catadores maranhenses, visando ajudar esse segmento a enfrentar as adversidades sociais decorrentes da pandemia da Covid-19. Segundo o Governo do Maranhão, o cadastramento é destinado para catadores e catadoras de resíduos sólidos, vinculados a associações e cooperativas, conforme previsto pela Lei Estadual Nº 11.380. O edital de cadastramento estará disponível para consulta a partir de 1 de março de 2021 e os interessados deverão acessar o site. O secretário de Estado do Trabalho e da Economia Solidária, Jowberth Alves, informou que o processo para início do pagamento do auxílio emergencial terá início no mês de abril. “Após a sanção da lei, feita pelo governador Flávio Dino, estamos realizando a abertura de edital para que catadores e catadoras de resíduos sólidos sejam cadastrados pelas associações e cooperativas para que tenham acesso ao benefício”, explicou (G1 MARANHÃO, 2021, disponível em <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/02/24/maranhao-lanca-edital-para-catadores-receberem-auxilio-emergencial-a-partir-de-abril.ghtml>).

Apesar da demora se fazer presente em relação a medidas de garantia de renda e de subsistência dos catadores, algumas iniciativas de ONGs e de indivíduos tentaram diminuir essa grande lacuna dos governos no Brasil em relação a eles.

Por exemplo, a ONG Pimp My Carroça, que atua há oito anos tentando dar visibilidade aos catadores de materiais recicláveis através do grafite, foi a principal instituição que se dedicou a um projeto de criação de renda mínima para os catadores. Por meio do chamado financiamento coletivo, 2.332 pessoas e 80 empresas destinaram recursos para a campanha da ONG citada. Isso gerou um montante de R\$1,5 milhão que possibilitou a destinação de R\$ 650,00 para cada um dos 2.117 catadores de 189 cidades brasileiras (PORTAL UOL, ECOA, 2021, disponível em <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/05/03/campanha-pretende-arrecadar-r-500-mil-por-cestas-basicas-para-catadores.htm>).

Apesar da iniciativa ser extremamente importante e louvável por parte da referida ONG, pudemos perceber que ela não conseguiu dar conta do quantitativo de catadores de materiais recicláveis os quais desempenham diariamente suas atividades no Brasil. Nesta tese sublinhamos que o número de catadores pode passar de um milhão de indivíduos e que pelo fato de muitos deles estarem na informalidade e não participarem de ações coletivas, fica muito complicado o trabalho que se refere a mensuração exata de seu quantitativo.

Outro problema gigantesco com o qual a Pimp My Carroça lidou foi uma forma de invisibilidade com que poucos de nós se atentam em relação aos catadores. Essa invisibilidade se refere tanto a ausência da posse de um CPF, quanto em relação aos mesmos terem uma conta bancária.

Segundo a ONG, 97% dos catadores contemplados pela ação deles não possuía conta em banco, fato que aumentou ainda mais o processo de logística da ONG na hora de encaminhar os recursos arrecadados (PORTAL UOL, ECOA, 2021, disponível em <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/05/03/campanha-pretende-arrecadar-r-500-mil-por-cestas-basicas-para-catadores.htm>).

Existiu também uma iniciativa de financiamento coletivo, criada pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) que pretendia destinar uma renda mínima de cem reais para cada catador do país. Tal iniciativa ainda se encontra em curso nas redes sociais, mas não conseguiu atingir a adesão que vinha buscando, seja pela falta de publicidade no que tange às bandeiras do movimento social, seja no que se refere à própria invisibilidade dos catadores para grande parcela da sociedade.

No que se refere ao MNCR (2020), o representante do movimento sublinhado disse que alguns desafios estão sendo enfrentados para além da falta de renda dos catadores e nos chamou atenção para refletirmos seriamente sobre as consequências da pandemia do COVID-19 em relação a esses trabalhadores.

Segundo o representante do movimento, desde julho de 2020, muitos catadores e muitas das associações e cooperativas dos mesmos optaram por voltar às suas atividades, a despeito de todos os enormes riscos deles entrarem em contato com materiais infectados pelo coronavírus. Tal decisão se fez presente devido à ausência de políticas sociais, ainda que emergenciais, em relação ao público dos catadores de materiais recicláveis (MNCR, 2020, disponível em <http://www.mnrc.org.br/noticias/apoie/campanha-de-solidariedade-aos-catadores-do-brasil>).

Apesar de muitos deles, segundo o representante do MNCR (2020), terem conseguido receber as parcelas do chamado auxílio emergencial realizado pelo governo federal, outros milhares de catadores não conseguiram receber tais parcelas do referido auxílio, visto que esbarraram nos entraves burocráticos advindos do governo, tais como falta de um CPF ativo, falta de uma residência fixa ou a falta de acesso tanto aos dispositivos bancários (como já

relatamos aqui, muitos nem possuem conta em banco) como, sobretudo, a falta de conectividade à rede de internet.

Outros fatores que o representante do MNCR (2020) chamou atenção dizem respeito à queda acentuada dos níveis de produção por parte das associações e cooperativas de catadores devido à diminuição no quantitativo de doações de materiais para as mesmas, seguida da intensa alta no valor dos preços dos materiais comercializados pelos catadores.

Tal alta dos preços, segundo ele, ocorreu devido à diminuição da oferta de matéria-prima desses materiais, uma vez que o comércio passou muito tempo fechado e, na outra parcela de tempo, aberto mas com clientela muito inferior ao que tinha antes em seus níveis de comercialização normais.

A quantidade de insumos buscados pelas indústrias também diminuiu drasticamente, segundo ele, durante a pandemia. Assim, podemos notar que há um intenso desequilíbrio entre a oferta e a demanda dos materiais recicláveis o que já começou a gerar uma outra crise no setor de reciclagem.

Desta maneira, podemos perceber que a instabilidade de renda que já era um entrave para as associações e cooperativas de catadores – assim como para aqueles que desempenham a atividade de forma isolada – passou a ser um desafio ainda maior para eles no decurso da pandemia e, muito provavelmente, o setor ainda terá que lidar com as consequências da mesma num futuro próximo devido à instabilidade e alta dos preços e, ainda mais, pela queda dos níveis de doações e, conseqüentemente, de produção na atividade deles.

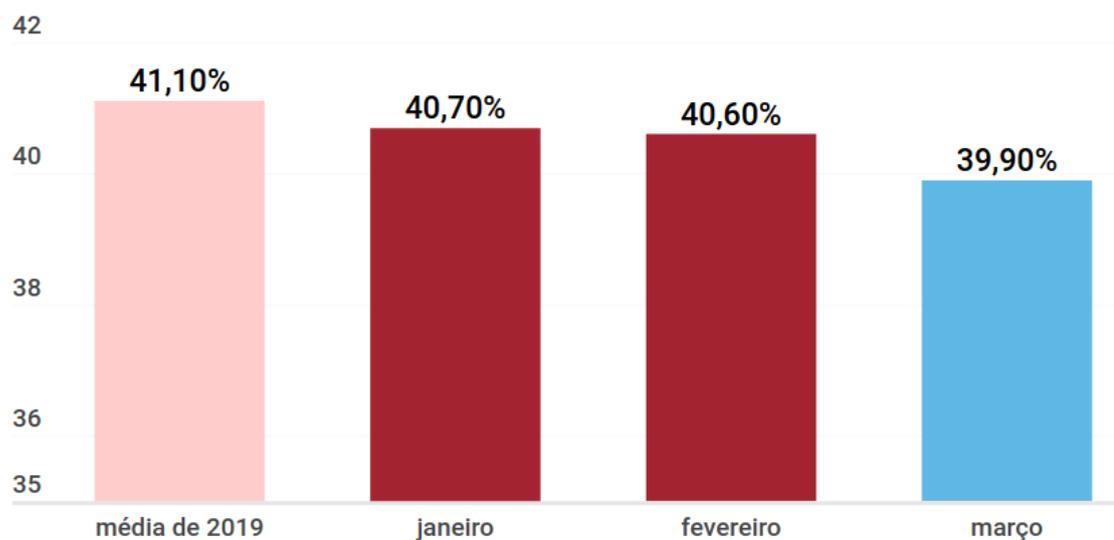
Apenas para efeito ilustrativo, gostaríamos de elencar alguns gráficos a seguir acerca do momento *sui generis* que emergiu a partir da crise resultante da pandemia do coronavírus no que concerne à economia brasileira.

De acordo com o gráfico 4 do IBGE (2020), podemos perceber que só nos meses de janeiro e fevereiro de 2020 as taxas de informalidade atingiram valores próximo à média de todo o ano de 2019 devido ao início da crise econômica deflagrada pela pandemia do COVID-19.

No que tange aos danos ao meio ambiente, quando o processo de coleta seletiva e de reciclagem são excluídos da cadeia de acondicionamento e destino final dos resíduos e, sendo assim, como todo o lixo sendo diretamente descartado nos aterros sanitários e lixões, acabamos por romper com os objetivos principais de reciclagem. O reaproveitar, o repensar, o

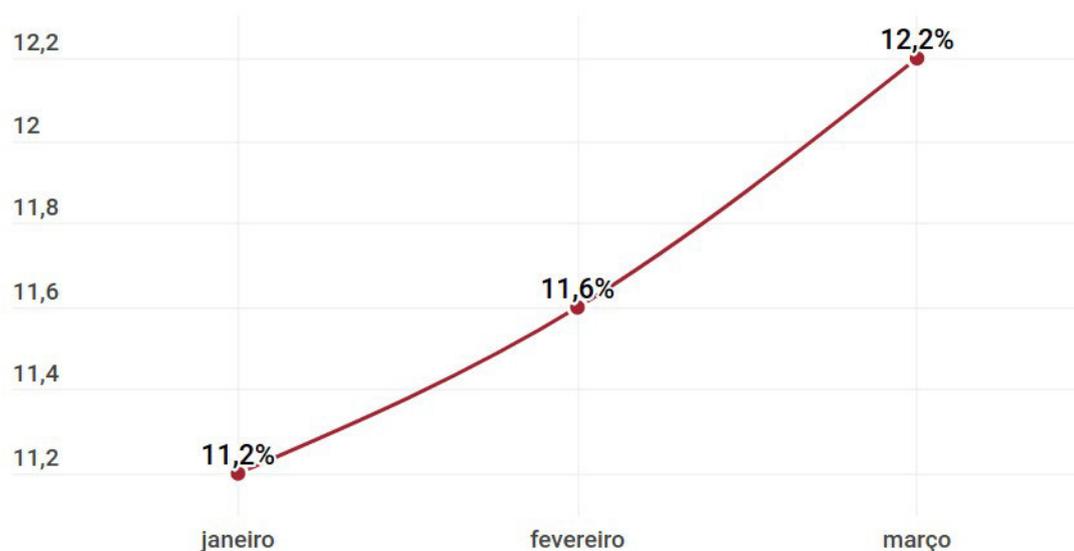
reutilizar, o reduzir e o reciclar (os famosos cinco erres da reciclagem) não são feitos e o resultado final é o descarte errado dos resíduos no meio ambiente.

Gráfico 4 – Taxa de informalidade do primeiro trimestre de 2020.



Fonte: PNAD contínua, IBGE, 2020, extraído de Época Negócios, Infogram, 2020.

Gráfico 5 – Taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2020.



Fonte: PNAD contínua, IBGE, 2020, extraído de Época Negócios, Infogram, 2020.

O descarte total e erradamente realizado desses materiais aumenta consideravelmente os índices de poluição e de contaminação do meio ambiente e possui impacto direto, inclusive, nos hábitos de consumo e de descarte da população, visto que a coleta seletiva ainda é um processo relativamente novo na sociedade brasileira e ainda não possui raízes profundas o suficiente nos hábitos diários dos indivíduos (ABRELPE, 2020, disponível em <https://abrelpe.org.br/panorama/>).

Com a falta de logística e, sobretudo, de conhecimentos pertinentes acerca do descarte e acondicionamento adequado do lixo durante a pandemia do COVID-19 no que tange ao potencial de transmissão do vírus durante as atividades de separação e de reciclagem do lixo, a maioria dos governantes estaduais optou por impor a paralisação das atividades dos catadores de materiais recicláveis no Brasil. Vale ressaltarmos, igualmente, que não houve uma orientação específica acerca desse público que tenha vindo ou sido normatizada pelo âmbito do poder público federal.

Todo o lixo passou a ir diretamente para os lixões e para os aterros sanitários. Segundo o panorama organizado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – ABRELPE (2020), as cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis são responsáveis por cerca de 90% da coleta de todos os resíduos considerados como recicláveis neste país. Essa porcentagem tão expressiva nos mostra como a coleta seletiva e a reciclagem sofreram grandes perdas nas suas realizações e, muito mais, podemos já de antemão imaginar o impacto da paralisação das atividades dos catadores em suas vidas, na sua renda, bem como o terrível impacto causado ao meio ambiente com a referida paralisação.

Sobre esse momento tão peculiar da pandemia, gostaríamos de aqui sublinharmos as falas das lideranças das ações coletivas analisadas nesta pesquisa. Acerca da COOPRESL, foi dito que:

Obrigada, querida, pela tua ajuda com a gente com a campanha, mas está a mesma coisa, mesmo jeito, trabalhando precariamente e mal nessa pandemia e tentando tudo que a gente consegue aqui, coisas poucas, mas a gente vai “tá” se segurando até quando der. Obrigada” (Maria José Castro, presidente da COOPRESL, 8 de abril de 2020, entrevista via aplicativo de mensagem Whatsapp devido à pandemia).

Já em relação a ASCAMAR, segue o relato de sua liderança no que concerne aos efeitos da pandemia do COVID-19:

Michelle, deixa eu te dizer. A primeira vaquinha que foi feita a gente recebeu só cem reais. Por quê? Porque não foi só “pra” ASCAMAR, foi pra todos os catadores, e a gente “tava” apoiando, porque tu sabe a situação dos catadores. Eles, às vezes, só têm aquela renda, “pra” sustentar a família, nem todos tem bolsa família então, não foi só “pra” ASCAMAR, foi pra várias outras cooperativas. foi “pra” 360 catadores, entendeu? Essa vaquinha foi nacional, aí a coisas não “tá” sendo muito fácil não; eu tento ser dura, outras vezes tento levar na brincadeira, “pra” minha cabeça não ficar penando, mas têm momentos que a gente realmente para “pra” pensar e a situação acaba ficando muito triste. E eu realmente não “tô” me sentindo muito legal não. Estou com uma tristeza dentro de mim. Assim que a vida que a gente “tá” lutando, eu vejo que os outros catadores que “tão” ao meu redor, que trabalham comigo, ficam me pressionando. Pressionando como? Porque certo que eles têm também família, têm que se virar, porque tem a família, mas eu fico com aquele peso que além da minha família, tem eles “pra” “mim” cuidar, logo porque sou eu que sou a presidente, então, “tá” um pouco cansativo, eu mesma não sei nem te explicar direito. Eu tento ser forte “pra” fortalecer eles também, mas tu sabe que sempre chega aquele momento que a gente tem uma fraqueza. Eu não conto “pra” ninguém...eu desabafo no meu status e contigo agora. E fora minha vida pessoal não “tá” legal não, é muita carga “pra” “mim” carregar. Mas Deus proverá, tento lutar contra isso, mas a gente fraqueja. Peço a Deus “pra” tirar essa tristeza de mim, tentar espairer e esquecer. De alimentação ninguém assim...Consegui com um parceiro, ele me procurou “pra” arrecadar alimentos pra gente e eu pedi ajuda “pra” CREUMA também, uma associação da Cidade Olímpica. Ele ficou de tentar arrecadar cestas “pras” famílias carentes, como as nossas. Mas “tô” tentando superar, porque a tristeza é só naquele momento, depois eu levanto a cabeça. Eu estou até acostumada. Tem dia que a gente tem que cair, mas depois segue em frente (Maria José Nascimento, presidente da ASCAMAR, 12 maio de 2020, entrevista via aplicativo de mensagem Whatsapp devido à pandemia).

CONCLUSÃO

Como fora mencionado neste estudo, levamos em consideração na construção desta tese o aspecto bidimensional da luta pelo reconhecimento dos catadores de materiais recicláveis. Atentamos, ao longo desta pesquisa, para as questões que envolvem a luta pelo reconhecimento citada, seja no que concerne ao meio ambiente, à sustentabilidade, às políticas públicas voltadas para a destinação do lixo ao longo da história, à economia solidária, ao Movimento Nacional de Catadores até chegarmos às particularidades da ASCAMAR e da COOPRESL na cidade de São Luís.

Observamos os aspectos de vulnerabilidade que perpassam por esses sujeitos e que advém dos preconceitos, da quase inexistência de políticas públicas específicas para esses grupos e da própria situação econômica que produz e reifica desigualdades constantemente neste país.

No caso dos catadores de materiais recicláveis, essa lógica econômica excludente tende a gerar uma vulnerabilidade econômica tão extrema que esses sujeitos adquirem, perante a sociedade em alguns momentos, o viés da invisibilidade. E, quando visíveis, sofrem diferentes tipos de desrespeito e de humilhações pelo fato de lidarem, em suas atividades, com o lixo.

O associativismo e o cooperativismo, imersos no que se refere à Economia Solidária, têm se mostrado uma saída de reconhecimento do ofício dos catadores de materiais recicláveis, os quais percebem nessas ações coletivas maneiras de subverterem a lógica social operante em relação a eles e conquistarem maior renda e mais visibilidade enquanto trabalhadores.

Durante esta pesquisa sociológica que se ateve ao processo contínuo de luta pelo reconhecimento dos catadores de materiais recicláveis, pudemos colocar numa espécie de balança as conquistas e os entraves à consecução dos objetivos desses sujeitos em relação à existência de uma ação coletiva protagonizada pelos mesmos.

Se, por um lado, esses indivíduos conseguiram conquistar aportes para doações, ações e formalização de associações e cooperativas, sobretudo a partir da criação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010), por outro lado, os entraves ao desempenho de suas atividades nos parecem muito mais preponderantes e nos fazem vislumbrar um futuro para a

ação coletiva deles não tanto pessimista, eu diria, mas muito árdua em diversos âmbitos da vida social desses sujeitos.

Quanto às formas de desrespeito sublinhadas pela teoria honnethiana as quais sejam os maus tratos e a violência; a privação de direitos e a exclusão; e a degradação e a ofensa, percebemos que apenas a dimensão da violência física não fora mencionada pelos entrevistados como uma motivação para a inserção numa ação coletiva.

A privação de direitos relativos à sobrevivência e ao trabalho foram motivadores dos mais citados pelos catadores, mas a dimensão relativa à degradação e a ofensa foi sublinhada com bastante veemência por esses agentes como motivadora da migração do âmbito individual para o coletivo no que concerne ao desenvolvimento da atividade de catação exercida por eles.

Sobre isso, produzimos um quadro relativo às motivações para a entrada dos catadores a partir do que foi observado nas entidades analisadas. Vale à pena frisarmos que mais de uma opção poderia ser mencionada por cada entrevistado e que a quantificação se refere ao número de catadores que apontou cada uma dessas motivações que elencamos como causas para a entrada deles em cada uma das ações coletivas de que fazem parte.

Quadro 11 - Motivações apresentadas para participação em ações coletivas de catadores.

Motivações	ASCAMAR	COOPRESL
Reconhecimento do MNCR	4	6
Desrespeito à atividade isolada	13	9
Maior renda em ações coletivas	10	12
Estabilidade na realização da atividade em grupos	4	0
Organização da atividade em associações ou cooperativas	2	8
Melhores condições de trabalho em ações coletivas	16	17

Reconhecimento da atividade na dimensão coletiva	9	12
---	---	----

Fonte: Elaborado pela autora a partir das entrevistas.

Notamos que tanto a totalidade de catadores da associação como os pertencentes à cooperativa relataram que as melhores condições de trabalho foram cruciais para a saída da atividade isolada para a realizada em grupos. A segunda motivação para essa migração de atuação que foi bastante apontada por eles diz respeito à possibilidade de maior renda em ações coletivas.

Porém, é muito difícil dissociar as ações coletivas daqueles que as compõem, no tocante aos catadores de materiais recicláveis, visto que, como ilustrado no quadro anterior, podemos perceber que os sujeitos que participam dessas ações coletivas levaram em consideração motivações tanto de âmbito relativo à renda e ao trabalho, como aquelas relativas à busca por respeito sobre a atividade que desempenham.

Desta maneira, ao longo de nossa pesquisa sobre os catadores de materiais recicláveis percebemos uma luta pelo reconhecimento que possui matizes muito particulares e que, sendo assim, não são comparáveis a lutas de grupos de pressão, movimentos de resistência ou movimentos sociais de caráter político, por exemplo.

A luta pelo reconhecimento dos catadores é diária e bidimensional por ter suas bases na busca deles pela dignidade e pelo respeito de forma congruente e em relação a eles enquanto sujeitos e enquanto grupos que desempenham atividade profissional crucial para a preservação do meio ambiente.

Acerca da peculiaridade da luta pelo reconhecimento dos catadores, gostaríamos de sublinhar, uma última vez, a discussão tão profícua ensejada por Axel Honneth (2003) quando da análise de uma gramática moral dos conflitos sociais e sobre esse processo de construção. Acerca disso, o referido autor nos diz que:

Nem em Hegel nem em Mead havia-se encontrado uma referência à maneira como a experiência de desrespeito social pode motivar um sujeito a entrar numa luta ou num conflito prático; faltava de certo modo o elo psíquico que conduz do mero sofrimento à ação ativa, informando cognitivamente a pessoa atingida acerca de sua situação social. Gostaria de defender a tese de que essa função pode ser cumprida por reações emocionais negativas, como as que constituem a vergonha ou a ira, a vexação ou o desprezo; delas se compõem os sintomas psíquicos com base nos quais um sujeito é capaz de reconhecer que o reconhecimento social lhe é negado de modo injustificado. A razão disso pode ser vista, por sua vez, na dependência constitutiva

do ser humano em relação à experiência do reconhecimento: para chegar a uma autorrelação bem-sucedida, ele depende do reconhecimento intersubjetivo de suas capacidades e de suas realizações” (HONNETH, 2003, p. 220).

Desta maneira, defendemos a tese que a luta pelo reconhecimento dos catadores de materiais recicláveis, enquanto grupos ainda socialmente estigmatizados, apresenta duas dimensões que caminham juntas. Uma que reitera o pertencimento deles à sociedade como sujeitos dignos de respeito e visibilidade e outra que os creditaria o reconhecimento enquanto grupos que lutam para desempenhar uma atividade profissional com todas as garantias de direitos próprias à esfera do trabalho.

Assim, torna-se impossível discorrer sobre a inclusão produtiva dos catadores sem levar em consideração as experiências compartilhadas de desprezo social que, em muitos casos, fomentam a entrada deles em ações coletivas em busca da efetivação do reconhecimento social que eles buscam enquanto profissionais e como sujeitos.

Discorrer sobre os catadores de materiais recicláveis é falar, igualmente, de políticas públicas para o meio ambiente, para a educação, para a geração de emprego e renda. É falar, também, sobre os efeitos da desigualdade social, sobre movimentos sociais, sobre resistência social. É falar sobre ação coletiva e, ao mesmo tempo, é discorrer sobre a solidão e os desafios da atividade isolada daqueles que preferiram esse caminho em vez de outras possibilidades na atividade de grupo.

Ainda que tudo isso se imponha sobre a realização da atividade dos catadores, é inegável o caminho de conquistas que essa categoria trilhou nos últimos vinte anos. Há um reconhecimento social em construção no que concerne a esses sujeitos e que foi pavimentado pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis. Tal movimento tem se mostrado como um protagonista na luta por aquisição de direitos dessa categoria, ainda que enfrente mudanças de diretrizes nas políticas nacionais de estímulo à atividade.

Sobre as ações coletivas que analisamos neste estudo, gostaríamos de frisar a importância da associação e da cooperativa de catadores de materiais recicláveis para o fortalecimento da categoria no Maranhão e a base de reconhecimento já bastante estruturada por ambas as ações.

Para além do aumento da renda dos agentes verificada na série histórica na cidade de São Luís, a percepção de cada indivíduo pertencente a essas ações sobre si mesmos de forma muito mais positiva e fundamental para a questão do meio ambiente, enquanto membros de entidades ligadas ao fomento da sustentabilidade, e enquanto indivíduos dignos de

reconhecimento e de autorrespeito baseiam a tese de que a luta por reconhecimento dos catadores de materiais recicláveis é bidimensional e contínua no desenvolvimento da atividade desempenhada por eles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. São Paulo: ABRELPE, 2020. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/panorama/> Acesso em 21 nov. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Modelos prontos pelas normas da ABNT**. Disponível em: <https://www.normasabnt.org/modelos-prontos-pelas-normas-da-abnt/> Acesso em 21 jul. 2021.

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ÂNGELO, Cláudio. **O Aquecimento Global**. São Paulo: Publifolha, 2007.

ARANTES, Bruno. **Condições de trabalho e saúde psíquica dos catadores de materiais recicláveis de uma cooperativa de segundo grau da região metropolitana de Belo Horizonte**. 2015. 119 p. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

ARAÚJO, A. M.; LIMA, J. C.; RODRIGUES, C. Empreendimentos urbanos de economia solidária: alternativa de emprego ou política de inserção social? **Revista Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 119-146, nov. 2011.

ARAÚJO, T.; QUEIROZ, A. Economia circular: breve panorama da produção científica entre 2007 e 2017. **XIX Engema**. 2017. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/417.pdf> Acesso em 23 out. 2019.

BARRETO, O; SILVA, J; GORI, R; SELBITTO, M. Logística reversa como ferramenta para sustentabilidade: um estudo sobre cooperativas de catadores de resíduos no Tocantins. **Revista eletrônica em gestão, educação e tecnologia ambiental**, Santa Maria, v. 19, n. 2, p. 333-343, mai/ago. 2015.

BATISTA, André. Direitos humanos e a luta por reconhecimento – O sentido filosófico dos direitos humanos em Axel Honneth. 2011 **Revista Liberdades**, n. 9, jan/abr. 2012.

BEAUD, Stephane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2007. 235 p.

BONI, V; QUARESMA, S. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista eletrônica dos Pós graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Santa Catarina, v.2, n. 1, p. 68-80, janeiro-julho/2005.

BOSI, Antônio de Pádua. **História dos catadores no Brasil**. São Paulo: Verona, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J; PASSERON, J. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BUCLET, Benjamin. Os peritos não governamentais da biodiversidade amazônica. **Revista Pós Ciências Sociais**. São Luís, vol. 6, n. 12, 2009.

CARMO, S. A semântica do lixo e o desenvolvimento socioeconômico dos catadores de recicláveis: considerações sobre um estudo de caso múltiplo em cooperativas na cidade do Rio de Janeiro. **Caderno EBAPE**. v.7, n. 4, dez. 2009.

CATTANI, A; HESPANHA, P.; GAIGER, L.; LAVILLE, J. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM. Preview. São Paulo: CEMPRE, 2019. Disponível em <https://cempre.org.br/>. Acesso em 10 dez. 2019.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM. Preview. São Paulo: CEMPRE, 2010. Disponível em <https://cempre.org.br/wp-content/uploads/2020/11/5-guia-da-cooperativa-de-catadores.pdf>. Acesso em 15 mai 2018.

CONKE, Leonardo Silveira; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. A coleta seletiva nas pesquisas brasileiras: uma avaliação metodológica. *urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 199-212, abr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692018000100199&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 julho. 2021.

CORTEZ, F. **Luta por reconhecimento: uma análise intersubjetiva das histórias de vida de catadoras de materiais recicláveis**. Orientador: Otacílio Amaral Filho. 2019. 94 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/12693><http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/12693>. Acesso em 29 mai 2021.

COSTA F. B. **Homens invisíveis: relato de uma humilhação social**. Rio de Janeiro: Globo Livro, 2004.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Cores dos coletores de resíduos**.

CONAMA. Disponível em: www.legisweb.com.br/legislacao/id=97507. 2001. Acesso em 05 de maio de 2017.

COUTO, G. **"Eu tenho muito orgulho de onde a gente chegou": um estudo da trajetória de uma família de catadores de materiais recicláveis em Santa Catarina a partir de diferentes perspectivas geracionais**. 2020. 311 p. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.

CULTI, M; KOYAMA, M.; TRINDADE, M. **Economia solidária no Brasil: tipologias dos empreendimentos econômicos solidários**. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

DAMÁSIO, João. **Para uma política de pagamento pelos serviços ambientais urbanos de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis**. Salvador: Pangea, 2010.

DEMAJOROVIC, J; CAIRES, E; GONÇALVES, L; SILVA, M. Integrando empresas e cooperativas de catadores em fluxos reversos de resíduos sólidos pós- consumo: o caso Viralata. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 7, ago 2014.

DOWBOR, Ladislau. Proposta para um programa de governo municipal: organização de iniciativas locais. **Revista de Administração Municipal - Municípios – IBAM**, ano 53, n. 266, abr/mai/jun. 2008.

EIGENHEER, Emílio. **História do Lixo no Brasil: a limpeza urbana através dos tempos**. Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 2009.

ÉPOCA NEGÓCIOS. **Gráficos mostram como a pandemia afeta a economia brasileira**. Disponível em: https://e.infogram.com/b6c348bb-20f2-480b-a63e-ca74f729b0aa?parent_url=https%3A%2F%2Fepocanegocios.globo.com%2FEconomia%2Fnoticia%2F2020%2F04%2Fcoronavirus-graficos-mostram-como-pandemia-afeta-economia-brasileira.html&src=embed#async_embed. 2020. Acesso em: 30 mar 2021.

FARIA, Maurício. **Autogestão, cooperativa, economia solidária. Avatares do trabalho e do capital**. Florianópolis: Editora em Debate, 2001.

FEIL, A; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Caderno Ebape**, v. 15, n. 3, jul. 2017.

FIGUEIREDO, F. F.; SILVEIRA, R. M.; SILVA, P. A produção acadêmica sobre a inclusão sócio-produtiva de catadores de recicláveis no Brasil. **Revista Geographia**, Universidade Federal Fluminense, v. 22, n. 48, jan/jun 2020.

FUHRMANN, Nadia. Luta por reconhecimento: reflexões sobre a teoria de Axel Honneth e as origens dos conflitos sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n.38, p.79-96, jan./jun. 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Mobilização da renda faz inclusão de agentes que vivem da reciclagem**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2020/12/mobilizacao-da-renda-e-faz-inclusao-de-agentes-que-vivem-da-reciclagem.shtml> 2020. Acesso em 30 mar 2021.

GAIGER, Luiz. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Revista Outra Economia**, v. 2, n. 3, p. 58-72, 2008.

GAIGER, Luiz. Conhecer globalmente: um desafio inadiável dos estudos sobre a Economia Solidária. **Revista Outra Economia**, v. 8, n. 14, p. 99-111, 2014.

GIULIANI, Gian. **As empresas e a questão ambiental urbana**. In II Encontro da Associação Nacional de Pós graduação em meio ambiente e sociedade. Campinas, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução: Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC Jones, 1975.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Desenvolvimento fortalece grupos de catadores de materiais recicláveis**. Disponível em: <http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/desenvolvimento/governo-fortalece-grupos-de-catadores-de-materiais-reciclaveis> Acesso em: 01 mai 2019.

GRUPO SALMERON. **O que é economia circular**. Disponível em: www.gruposalmeron.com.br/o-que-e-economia-circular/. 2018. Acesso em: 20 jun 2019.

HORKHEIMER, Max. **Teoria crítica: uma documentação**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008 (1 edição:1968).

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

IDEIA CIRCULAR. **25 posts sobre economia circular**. Disponível em: www.ideiacircular.com/o-melhor-de-2018-25-posts-sobre-economia-circular/. 2018. Acesso em: 20 jun 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010 a**. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 03 de maio de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil), 2010 b**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html?edicao=9024&t=destaques> . Acesso em: 03 de maio de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149. Acesso em: 03 mai 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Estudos e pesquisas, informação demográfica e socioeconômica, n. 38. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163>. Acesso em: 12 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Rendimento nominal mensal domiciliar per capita**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e

Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua – 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama> Acesso em: 15 jan 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos**. Diretoria de estudos e políticas regionais, urbanas e ambientais. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100514_relatsau.pdf Acesso em: 18 ago 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf Acesso em: 17 fev, 2018.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de Despejo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

JORNAL DA USP. **Os efeitos da pandemia na economia global**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/efeitos-da-pandemia-na-economia-global-serao-de-longa-duracao/> 20/10/2020 <https://jornal.usp.br/?p=363774>. 2020. Acesso em 30 de março de 2021.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LEITE, M; ARAÚJO, A; LIMA, J. **O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação**. São Paulo: Editora Annablume, 2015.

LIMA, Jacob. **Cooperativas, trabalho associado, autogestão e Economia solidária: a constituição do campo de pesquisa no Brasil**. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia. (Org.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume. p. 195-221, 2012.

MAGNI, A.; GUNTHER, W. Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua. **Saúde Social**. São Paulo, vol. 23, n. 1, p. 145-156, 2014.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MATTOS, Patrícia. **A sociologia política do reconhecimento**. São Paulo: Editora Annablume 2009.

MEIRELES, M; SCHWENGBER, D; HOPPE, L; SPERHACKE, S. Saberes contemporâneos: a reciclagem como uma forma de reinserção social e promoção de uma ecocidadania. **Gavagai**, Erechim, v. 3, n. 1, p. 99-118, jan./jun. 2016.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MOREIRA, N.; PINHEIRO, P.. Globalização, invisibilidade social e reconhecimento: uma análise da (so)negação de direitos dos catadores de materiais recicláveis. **Revista Direito**. <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/28699/pdf>

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.

Quantos catadores existem em atividade no Brasil. Disponível em:

<http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil>. Acesso em: 30 abr 2019.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **TRT**

no Mato Grosso abre edital para catadores realizarem coleta de resíduos. Disponível em:

<http://www.mnrc.org.br/artigos/trt-no-mato-grasso-abre-edital-catadores-realizarem-coleta-de-residuos> Acesso em: 18 nov. 2020.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.

Parlamento europeu suspende os subsídios para incineração. Disponível em:

<http://www.mnrc.org.br/artigos/parlamento-europeu-suspende-os-subsidios-para-incineracao> Acesso em: 18 nov. 2020.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.

Reciclagem e artesanato: uma parceria possível. Disponível em:

<http://www.mnrc.org.br/artigos/reciclagem-e-artesanato-uma-parceria-possivel> Acesso em: 18 nov. 2020.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Nota técnica do programa lixão zero do Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em:

<http://www.mnrc.org.br/artigos/nota-tecnica-programa-lixao-zero-do-ministerio-do-meio-ambiente> Acesso em: 21 nov. 2020.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.

Experiências internacionais na Expocatadores de 2016. Disponível em:

<http://www.mnrc.org.br/artigos/experiencias-internacionais-na-expocatadores-2016> Acesso em: 21 nov. 2020.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Sete de junho e o dia nacional de luta e mobilização dos catadores**. Disponível em:

<http://www.mnrc.org.br/artigos/7-de-junho-e-o-dia-nacional-de-luta-e-mobilizacao-dos-catadores> Acesso em: 21 nov. 2020.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **A importância dos catadores já foi aceita, agora o debate é sobre a sua valorização**.

Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/artigos/201ca-importancia-dos-catadores-ja-foi-aceita-afora-o-debate-e-sobre-a-sua-valorizacao201d> Acesso em: 18 nov 2020.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.

Termina o terceiro congresso do movimento nacional da população de rua. Disponível

em: <http://www.mnrc.org.br/artigos/termina-o-3o-congresso-do-movimento-nacional-da-populacao-de-rua> Acesso em: 21 nov. 2020.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Dia mundial da reciclagem**. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/artigos/dia-mundial-da-reciclagem> Acesso em: 21 nov. 2020.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Projeto cidade dos sonhos faz consulta pública na Avenida Paulista**. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/artigos/projeto-cidade-dos-sonhos-faz-consulta-na-avenida-paulista> Acesso em 22 nov. 2020.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Apoie a campanha de solidariedade aos catadores do Brasil**. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/noticias/apoie/campanha-de-solidariedade-aos-catadores-do-brasil> Acesso em: 14 de maio de 2021.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Princípios e objetivos da Carta de Brasília (2008)**. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/principios-e-objetivos/carta-de-brasilia> Acesso em: 15 dez. 2019.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.

ONESC, Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo. **Número de Cooperativas de Crédito por Unidades da Federação**. Disponível em: <http://observatorios.dieese.org.br/ws2/tabela/economia-solidaria/numero-de-cooperativas-de-credito>. Acesso em 25.JAN.2018.

PEREIRA, Maria Cecília. **Luta por reconhecimento e desigualdade social: uma análise da experiência dos catadores da Asmare em Belo Horizonte (MG)** São Paulo 2011.

PETTIGREW, Andrew M. Longitudinal field research on change: Theory and practice. Organization science, **Informpubsonline**, v. 1, n. 3, p. 267-292, 1990.

PINHEIRO, P. **Os desafios do trabalho digno: diálogos com o sistema de justiça e histórias de vida dos catadores de materiais recicláveis de Vitória/ES**. 2018. 245 f. Tese (Doutorado em Direitos e Garantias Fundamentais) - Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais, Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2018.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS. Disponível em: <http://www.agenciasaoluis.com.br/noticia/21638/>. Acesso em 01 de maio de 2019.

RATTNER, Henrique. **O resgate da utopia**. São Paulo: Palas Atenas; 2005.

RELATÓRIO BRUNDTLAND. **Nosso Futuro Comum**. ONU, 1987. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf> Acesso em: 22 ago. 2018.

RELATÓRIO DA CONFEÊNCIA RIO 92. **Agenda 21**. Rio de Janeiro, 1992.

RELATÓRIO RIO +20. **O Futuro que Nós Queremos**. Rio de Janeiro, junho de 2012.

ROSENFELD, C; GARCIA, L; CORRÊA, A. Reconstrução normativa em Axel Honneth eos múltiplos justos do mercado de trabalho. **Civitas**. Porto Alegre, v. 15, n. 4, p. 664-685, out./dez. 2015.

SCHARMANN, Franciele. **Violência contra população em situação de rua no Brasil é denunciada a ONU**. Terra de Direitos. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/violencia-contrapopulacao-em-situacao-de-rua-no-brasil-e-denunciada-a-onu/22629> Acesso em: 22 nov.2020.

SCHERER-WARREN, Ilse.; LUCHMANN, Lígia. **Movimentos sociais e participação**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

SCHILLING, F.; MIYASHIRO, S. Como incluir? O debate sobre o preconceito e o estigma na atualidade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 243-254, maio/ago. 2008.

SCHULTZ, R. Economia popular solidária: novos horizontes para a educação popular? **Revista Economia Solidária**, n 10, 2006.

SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa/Fortaleza: Livraria Letra Livre/Plebeu Gabinete de Leitura, 2013.

SDR DOSSIER. **PROSPECTIVE CCDRLVT**. Disponível em: www.ccdr-lvt.pt/index.php?action. 2016. Acesso em: 15 de junho de 2017.

SENNETT, Richard. **Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVA, P. H. **O que fazemos do que fazem de nós: trajetórias sociais e militância entre os catadores de materiais recicláveis no Brasil**. 2015. 226 f. Tese (Doutorado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SILVA, Rosemeire. O movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis: atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. **Revista Interthesis**, UFSC, v. 2, n. 2, 2006.

SILVA, Sandro P. Panorama dos Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil: uma Análise de suas Dimensões Socioestruturais. **Revista da ABET**, vol. 16, num 1, janeiro/junho de 2017.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, Leandro. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos**. Brasília: Ipea, 2016. (Relatório de Pesquisa).

SILVA, Valéria. **A evolução do conceito de sustentabilidade e a repercussão na mídia impressa do país**. São Paulo: 2012.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SIQUEIRA, R.; CARDOSO, H. O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana. **Imagonautas**, v.2, n.1, pp.92-113, 2011.

SOBOTTKA, E. A. Desrespeito e luta por reconhecimento. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 4, p. 686-702, out.-dez. 2015.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Violências e Conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

TRAYCORP. **A logística reversa no e-commerce**. Disponível em: www.traycorp.com.br/conteudo/page/33/?5, 2018. Acesso em: 05 mai 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. **Mapa mental da coleta seletiva**. Disponível em: www.ufrrj.br/institutos/it/de/acidentes/mma6.htm, 2004. Acesso em: 15 mai 2017.

UOL. **Campanha pretende arrecadar 500 mil reais para cestas básicas para catadores**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/05/03/campanha-pretende-arrecadar-r-500-mil-por-cestas-basicas-para-catadores.htm> : 1 Acesso em: 3 mai 2021.

VALOR ECONÔMICO. **A economia na pandemia**. Disponível em: <https://valor.globo.com/coronavirus/a-economia-na-pandemia/2021>. Acesso em: 30 mar 2021.

Verdantix. **Green Quadrant® Sustainable Technology Services (Global) 2012**. Disponível em: <https://1library.net/document/zx3m9ddz-green-quadrant-sustainable-technology-services-global-march.html>. 2012. Acesso em: 15 mai 2017.

VERONESE, Marília. **Psicologia social e economia solidária**. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

WEBER, Florence. **Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS REALIZADAS NA PRIMEIRA FASE DA PESQUISA

Informações Gerais

- 1- Nome?
- 2- Idade?
- 3- Onde o senhor (a) nasceu?
- 4- Qual o seu estado civil?
- 5- O senhor(a) possui filhos?
- 6- Qual o seu grau de escolarização?
- 7- Com que cor e/ou etnia o senhor (a) se identifica?
- 8- O senhor (a) exerce outra atividade profissional além da atividade de catador (a)?

Sobre a instituição

- 9- Quando o senhor (a) entrou na associação/ cooperativa?
- 10- O senhor (a) já havia desempenhado a atividade de catador (a) antes de sua entrada na associação/ cooperativa?
- 11- Quais as principais motivações para a entrada do senhor (a) na associação/ cooperativa?
- 12- Além das motivações apontadas, gostaria de saber do senhor (a) quais das motivações a seguir foram levadas em conta para a entrada na associação/ cooperativa?
 - a) Reconhecimento do MNCR
 - b) Desrespeito à atividade isolada
 - c) Maior renda em ações coletivas
 - d) Estabilidade na realização da atividade em grupos
 - e) Organização da atividade em associações ou cooperativas
 - f) Melhores condições de trabalho em ações coletivas
 - g) Reconhecimento da atividade na dimensão coletiva

**APÊNDICE B - PERGUNTAS ESPECÍFICAS PARA AS LIDERANÇAS DA
ASSOCIAÇÃO E DA COOPERATIVA**

- 1) Quando a associação/ cooperativa foi fundada?
- 2) Como foi o processo de constituição da entidade no início de suas atividades?
- 3) Quantos catadores (as) desempenham a atividade neste momento na associação/ cooperativa?
- 4) Há algum tipo de treinamento para os catadores (as) quando eles passam a fazer parte da associação? Se sim, por quanto tempo?
- 5) A associação/ cooperativa possui sede própria?
- 6) Quais foram as principais conquistas de maquinários da entidade?
- 7) A senhora poderia descrever o processo de realização da atividade nos galpões?
- 8) A associação/ cooperativa possui parcerias a nível privado e/ou público para fornecimento de doações de materiais recicláveis? Se sim, quantas são essas parcerias e com que empresas e/ou órgãos públicos?
- 9) Quais seriam os principais desafios da atividade de catador (a), na sua opinião, na atualidade? São os mesmos daqueles à época do início de sua atividade como presidente da entidade?
- 10) Quem é o catador (a) que se encontra há mais tempo na atividade e continua exercendo a mesma na associação/ cooperativa?
- 11) Como a senhora percebe a atuação da associação/ cooperativa no que se refere à coleta seletiva?
- 12) Quais são as conquistas, a nível de grupo, mais importantes para a associação/ cooperativa? O que ainda falta conquistarem a nível coletivo?
- 13) A nível pessoal, como a senhora avalia a atividade de catadora e de que maneira a associa com o reconhecimento da sociedade?
- 14) Como a senhora avalia o seu papel na associação/ cooperativa?
- 15) Como a senhora avalia o papel do poder público em relação à associação/ cooperativa?

**APÊNDICE C - PERGUNTAS SOBRE A PANDEMIA DO COVID-19 FEITAS
APENAS ÀS PRESIDENTES DA ASSOCIAÇÃO E DA COOPERATIVA**

- 1) Qual o impacto da pandemia na produção da associação/ cooperativa?
- 2) Por quanto tempo as atividades da entidade foram paralisadas durante a pandemia?
- 3) Vocês conseguiram algum tipo de auxílio financeiro por parte do poder público, de empresas privadas ou até mesmo de indivíduos? Se sim, especifique, por favor.
- 4) E como a pandemia afetou a vida da senhora? A senhora poderia descrever que mudanças a senhora percebeu a partir desse momento?

ANEXOS

ANEXO A – Confraternização na ASCAMAR.



FONTE: Maria José Nascimento, Presidente das Associação de Catadores de Materiais Recicláveis.

ANEXO B – Reunião dos catadores na ASCAMAR.



FONTE: Maria José Nascimento, Presidente das Associação de Catadores de Materiais Recicláveis.

ANEXO C – Separação e triagem na ASCAMAR.



FONTE: Maria José Nascimento, Presidente das Associação de Catadores de Materiais Recicláveis.

ANEXO D - Separação e triagem na ASCAMAR.



FONTE: Maria José Nascimento, Presidente das Associação de Catadores de Materiais Recicláveis.

ANEXO E – Transporte de materiais recicláveis na ASCAMAR.



FONTE: Maria José Nascimento, Presidente das Associação de Catadores de Materiais Recicláveis.

ANEXO F - Transporte de materiais recicláveis na ASCAMAR.



FONTE: Maria José Nascimento, Presidente das Associação de Catadores de Materiais Recicláveis.

ANEXO G - Transporte de materiais recicláveis na ASCAMAR.



FONTE: Maria José Nascimento, Presidente das Associação de Catadores de Materiais Recicláveis.

ANEXO H - Cooperativa de Reciclagem de São Luís - COOPRESL



FONTE: Facebook. Disponível em: <https://m.facebook.com/Cooperativa-de-Reciclagem-de-S%C3%A3o-Lu%C3%ADs-Coopresl-1554606144829351/>

ANEXO I - Cooperativa de Reciclagem de São Luís - COOPRESL



FONTE: Facebook. Disponível em:

https://m.facebook.com/1554606144829351/photos/a.1554608208162478/2637514776538477/?type=3&source=48&__tn__=EH-R